Francisco Schmidt
Dom Alberto José Gonçalves
Cel Quinzinho da Cunha
Washington Luís
Alberto Santos Dumont
Theolina Zemila de Andrade Junqueira
Antonio Diederichsen
João Alves Meira Júnior
Candido Portinari
Amador Aguiar
Antonio Machado Sant'Anna
Zeferino Vaz
Nelson Rockefeller
Professora Glete de Alcântara
Capitã Altamira Pereira Valadares
Maurílio Biagi
Saulo Ramos

Histórias de vida

homens e mulheres que marcaram seu tempo

Organização Adriana Silva

Histórias de vida

homens e mulheres que marcaram seu tempo

(1850 - 1929)

Histórias de vida

homens e mulheres que marcaram seu tempo (1850 - 1929)

1ª edição
2022

Organização ▸ **Adriana Silva**
Prefácio ▸ **Luiz Octavio Junqueira Figueiredo**
Revisão ▸ **Eva Barbosa**
Projeto gráfico ▸ **Rita Corrêa**
Fotografia de capa ▸ **pxhere.com**
Impressão ▸ **São Francisco Gráfica e Editora**
Presidente da Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto ▸ **Dulce Neves**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História de vida : homens e mulheres que marcaram seu tempo (1850-1929) / organização Adriana Silva. -- 1. ed. -- Ribeirão Preto, SP : Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-998084-0-1

1. Famílias - Brasil - História 2. História do Brasil 3. Ramos, Saulo, 1929-2013 4. Schmidt, Francisco, 1850-1924 I. Silva, Adriana.

22-114438 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta edição conta com o patrocínio da Usina Alta Mogiana e integra o projeto Plano Anual da Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto (Pronac 193500), da Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal.

Todos os direitos desta edição estão protegidos pela Lei 9.610/1998 e reservados à
FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO
Rua Professor Mariano Siqueira, 81, Jd. América | Ribeirão Preto/SP
(16) 3911.1050
www.fundacaodolivroeleiturarp.com
contato@fundacaodolivroeleitura.com.br

Sumário

Prefácio 11

Introdução 13

1850
Francisco Schmidt, um cidadão brasileiro 21
Leila Heck

1859
De senador a bispo: Dom Alberto José Gonçalves 35
Nainôra Maria Barbosa de Freitas

1860
Coronel Quinzinho da Cunha: A face de uma era 57
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

1869
Washington Luís: De Batatais a presidente da República..... 75
Robson Mendonça Pereira

1873
Da terra roxa ao céu azul: O voo do menino Dumont..... 93
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa e Helena Oliveira Rosa

1874
Theolina Zemila de Andrade Junqueira: A menina que se transformou em sinhá 113
Sandra R. Molina

1875
Diederischen: O empresário da esperança 129
José Manuel Lourenço

João Alves Meira Júnior: Erudito e visionário 147
Renata Sunega

1903
Candido Portinari, o gigante menino de Brodowski..... 159
Adriana Silva e Mônica Oliveira

1904
Amador Aguiar: De bancário a banqueiro 171
Adriana Silva

1906
Extra, extra, a história do Jornalista Antônio Machado Sant'Ana: Embaixador de Ribeirão Preto 181
Adriana Silva

1908
Zeferino Vaz e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto: Uma missão cumprida 193
Adriana Silva

Nelson Rockefeller: A agricultura do Brasil agradece 205
Adriana Silva

1910
Capitã Altamira: Do interior paulista ao *front* italiano 219
Luciana Squarizi

Professora Glete de Alcântara e a Cidade de Ribeirão Preto .. 241
Luciana Barizon Luchesi e Amanda Colnaghi Nassorri

1914
Maurílio Biagi: De semeador do sertão a formador de homens ... 253
Adriana Silva

1929
Saulo Ramos: O jurista poeta 265
Adriana Silva

Sobre os autores 277

Referências 285

Prefácio

Enaltecer os feitos de pessoas abnegadas, que atuam em defesa de suas propostas fazendo repercutir benefícios a coletivos próximos, ou distantes, é mais do que uma questão de sociabilidade, é, antes de tudo, educativo, porque evidencia bons exemplos a serem seguidos. E, como afirma o velho dito popular, o melhor discurso é o bom exemplo. Então, compartilhar, difundir e fazer saber sobre as boas ações de cidadãos do nosso tempo é um compromisso. Também ~e um aspecto de justiça identificar os sujeitos executores dessas ações, sejam elas no campo da cidadania, cultura, do desenvolvimento econômico, da democracia, saúde, educação, enfim, de todas as áreas de abrangência da sociedade. Assim como é certo agradecer, sempre que oportuno, aos que favorecem comunidades distintas com suas práticas profissionais, ativistas ou benevolentes.

Além de todas as motivações, escrever um livro com biografias de homens e mulheres que transformaram suas vidas é um comprometimento com a história. Localizar, no tempo, personagens reais, que interagiram de forma contundente para mudar percursos ou enfatizar rotas importantes, é uma forma de avaliar historicamente os muitos períodos, sejam organizados por décadas, ou séculos.

Este livro é um recorte; nunca se propôs a ser abrangente, mas, sim, sempre desejou ser plural, escolhendo homens e mulheres de várias áreas, com o objetivo de jogar luz naqueles já reconhecidos e naqueles que foram importantes, mas não suficientemente homenageados.

É isso. Este livro é uma singela homenagem a quem interagiu, de uma forma ou de outra, com Ribeirão Preto, ou aqui por perto. E que, a partir de suas vivências com a localidade, expandiram seus feitos para o Brasil como um todo.

Com o olhar voltado para quase 80 anos de história (1850 a 1929), o critério de curadoria para a escolha dos biografados foi, antes de tudo, o de reconhecimento. A impressão em papel toma lugar dos aplausos impossíveis pela ausência dos homenageados. Que este livro possa ser lido por quem deseja saber mais sobre essa região; conhecer mais sobre seus filhos e filhas ilustres; e que, em momentos de desânimo, o leitor possa se inspirar em trajetórias nem sempre muito fáceis, mas que foram destacadas pela determinação, em alguns casos, bondade, em outros, ou mesmo pela astúcia, perspicácia e vivacidade.

Luiz Octavio Junqueira Figueiredo

Introdução

Sempre, em todos os tempos, irremediavelmente, haverá os que guiam e os que são guiados. Os que inovam e os que replicam. Aqueles que mudam o trajeto, inconformados com as modestas ideações, e os que seguem as linhas anteriormente tracejadas. Há os que sucumbem às mazelas da humanidade e os que se rebelam e assim o fazem em nome de suas crenças, sua fé, suas convicções e sua abnegação.

Ainda que as diferenças entre uns e outros sustentam-se em histórias complementares, momentos aleatórios, heranças de longínquos e próximos tempos, oportunidades que se apresentam e que são negadas, reconhecer os feitos dos que se agigantaram, ao longo do percurso, é acender a luz, celebrar.

Uns se apoiaram na inteligência, intuição, vivacidade; outros fizeram-se pioneiros, bravos em busca de concretudes imediatas, ou aptas à eternidade. Homens e mulheres que, na trilha de se fazerem ou se manterem grandes, interferiram na vida de tantos outros. Lá atrás, até os dias de hoje, e pelo futuro afora.

Alguns podem perguntar: Por que esses biografados e não outros? Então, uma nova pergunta: E por que não esses? Foram homens e mulheres de um tempo já distante que, definitivamente, tiveram suas vidas marcadas por seus feitos. Entre 1850, ano de nascimento de Francisco Schmidt, e 1929, quando nasceu Saulo Ramos, muita coisa se movimentou não só de um lugar a outro, mas, sobretudo, da superfície à profundidade.

E não sem intenção, nesse trajeto de 80 anos que separamos dois líderes, temos narrativas de continuidade. O coronel imigrante alemão, por exemplo, começou uma história do café à cana e o neto de imigrantes italiano, Maurílio Biagi, partiu da cana de açúcar à energia, à indústria. Do imigrante que encontrou no Brasil respostas para suas expectativas de vida, ao filho da pequena Brodowski/SP, que virou ministro da Justiça, são histórias de um tempo que passou e que evidenciam uma fração significativa do próprio Brasil.

Nesse percurso, a igreja esteve presente e, de dentro dela, surgiram histórias de muitas interpretações. Religiosos convictos deixaram seus legados, como é o caso do senador que virou bispo, dom Alberto José Gonçalves.

E, sim, são histórias que evidenciam que o poder gerava poder. Do econômico ao político e no sentido inverso. Assim foi com o coronel Quinzinho, que representou a face de uma era. Homem forte, querido por todos. E dessas terras saíram políticos que lá fora se fizeram ainda mais representados. Washington Luís chegou a Batatais/SP vindo de Macaé/RJ e da sua paragem tornou-se alavanca. Dali para o Brasil inteiro.

O menino que sempre pensou que homem voa também saiu daqui de perto para ir longe. Apoiado pelo pai, primeiro Rei do Café, Henrique Dumont, deixou sua pequena cidade para marcar os céus de Paris/França.

Ele inventou o avião que, depois ela, Sinhá Junqueira, compraria para consolidar as forças brasileiras. Mulher que foi mulher. Mãe de muitos, na ausência de seus próprios filhos. Benevolente. Das suas ações, nos beneficiamos até os dias de hoje. Seja passando pelo hospital, ou parando para ler um livro na biblioteca, que leva seu nome e foi sua casa.

Tem homem biografado, nesta obra, que acreditou no futuro quando todos lamentavam as tragédias do passado. Construiu enquanto tantos lamentavam. Antônio Diederichsen teve esperança e, em nome dela, ergueu sua história. Sua herança foi para a cidade, da Santa Casa ao prédio enorme, no centro da cidade. Centro que se agiganta arquitetonicamente pelo feito de outro homem que foi também visionário, João Alves Meira Júnior.

E nem só de edificações concretas se fez a história, nesse período. Saindo de Brodowski para o mundo, Candido Portinari pintou o Brasil para nos fazer orgulhosos da nacionalidade. Marcou uma época que transcende ao tempo. Deu seu recado e ainda se comunica, mantendo-se atual em suas críticas sociais.

Mas também era preciso avançar, fazendo outros avançarem. Amador Aguiar saiu sozinho de Ribeirão Preto/SP e, ao criar uma instituição que emprega mais de 80 mil pessoas, fez de um banco um projeto de vida com suas boas consequências, como a Fundação Bradesco.

E tudo foi sendo relatado. A imprensa ora foi voz, ora foi vez. Antônio Machado Sant'Anna, de tão frequente defensor da cidade, fez-se simbolicamente embaixador. Nas suas pautas, a instalação de uma universidade que só aconteceu porque Zeferino Vaz subiu

na sua enorme capacidade e de bem alto atuou fortemente para a criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ele fez isso lá atrás e não ficou para ver os frutos de sua obra. Como não agradecer a esse homem que vislumbrou o que de melhor poderia acontecer aos habitantes da cidade. Da Faculdade, vieram vitórias que jamais conseguiremos relacionar uma à outra.

Vindo dos Estados Unidos da América (EUA) Nelson Rockefeller causou dúvidas que o tempo desanuviou. Ele interferiu diretamente na história da agricultura do Brasil e, dessa região, ainda mais.

Mas veio a guerra. Ainda que bestificando a humanidade, foi preciso reagir. Enquanto tivesse quem atacasse, era preciso defender. A capitã Altamira deixou Batatais/SP para se unir às enfermeiras e, como liderança, ajudou o seu grupo a ajudar milhares de pessoas feridas.

Outra enfermeira, a professora Glete, tem na bagagem sua história individual a favor do coletivo. Nome forte entre as mulheres, representação legítima das muitas enfermeiras do Brasil.

Entre os que viveram ou passaram pela cidade, os que diretamente interagiram com a história local, ou que nela se inseriram, ainda que de passagem, fazendo-se personagens, narrar esses recortes, partes de uma totalidade de vidas humanas, é sempre lembrar os muitos lados de uma mesma sociedade. Afinal, a história tem dessas coisas. Quando vista a posteriori, permite revisitas escolhidas, agendadas, às trajetórias dos personagens que se elevaram na narrativa linear dos fatos.

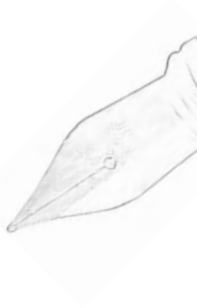
Sempre certos de que uma escolha representa uma não escolha, e que cabem consequências, fica a expectativa de que, em outros momentos, novos homens e mulheres possam ser enaltecidos.

E como não agradecer aos muitos autores desta obra. Alguns já pesquisadores de longa data sobre os biografados, outros emergindo para cumprir uma função determinada.

Desafiados a colocarem no papel, em parágrafos reduzidos, histórias de muitos anos, foi necessário, outra vez, fazer escolhas. O objetivo da obra era reunir referências para propagar um período. Em alguns casos, fazer justiça, em outros, intensificar o poder da região de Ribeirão Preto, em especial, advindo do café.

A leitura pode ser aleatória, a partir de preferências. Pode ser na sua própria linha do tempo que, metodologicamente, já se estabeleceu com base nas datas de nascimento. Ou pode ser um material de pesquisa para recorrer sempre que a curiosidade aguçar demandas.

1850



Francisco Schmidt, um cidadão brasileiro

Leila Heck

Para falar de Francisco Schmidt, a história de um homem inovador e tão admirável, cuja biografia já foi narrada tantas vezes, vale recordar feitos históricos poucas vezes lembrados, que forjaram a vida desse notável empreendedor alemão, naturalizado brasileiro.

Conhecido por seu vigoroso investimento na agricultura do café, no final do século XIX, Francisco Schmidt despontava como um dos maiores produtores e exportadores de café do Brasil – era o Rei do Café, mas foi no auge da economia desse produto que o "Rei" inaugurou outro viés em sua história, o açúcar!

Franz Schmidt é o nome de batismo do imigrante prussiano (alemão) que, já adulto, optou pela cidadania brasileira, utilizando as facilidades do decreto federal conhecido como a "grande naturalização", – publicado em 14 de dezembro de 1889, um mês após a

Proclamação da República –, quando passou a se chamar Francisco Schmidt, uma decisão significativa para consolidar seus interesses não só relacionados ao empreendedorismo, mas também à política, pois, sendo estrangeiro, não poderia usufruir desses direitos e nem mesmo ser proprietário rural[1].

Pintura a óleo de Francisco Schmidt. Acervo do Museu Histórico e de Ordem Geral Plínio Travassos, s/d.

Nascido na região da Prússia (atual Alemanha), filho de Jacob e Gertrudes Rauskolb Schmidt, chegou com seus pais e irmãs, no

[1]MORAIS, Maria Luiza de Paiva Melo. **Companhia agrícola Francisco Schmidt**: Origem, formação e desintegração (1890-1924).

Brasil, em 1859[2], para trabalhar na lavoura de café. Inicialmente, na Fazenda Ibicaba (atual município de Cordeirópolis/SP), de propriedade do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Seguiram depois para a Colônia São Lourenço, na Fazenda Felicíssima, de propriedade do comendador Luiz Antônio de Souza Barros, em São Carlos do Pinhal (atual São Carlos/SP)[3]. Nesse período, o Brasil despontava no mercado econômico mundial na produção de café e os emigrantes europeus davam início a um deslocamento em massa para as terras americanas, nas quais acreditavam que havia oportunidade de trabalho e prosperidade para a família.

Francisco Schmidt trabalhou como colono nas lavouras de café com seus pais até os 28 anos. Em 1873, casou-se com Albertine Kohl (1856 – 1917), nascida em Cubatão e de origem alemã, e cinco anos depois abriu uma casa comercial de secos e molhados na cidade de Descalvado/SP.

O armazém tornou-se ponto de parada de fazendeiros e investidores, e favoreceu Francisco Schmidt para que exercesse seu maior talento: o empreendedorismo. Atendendo à clientela, entre balcões e prateleiras, Francisco Schmidt lucrava mesmo era com a corretagem de compra e venda de terras e cafés. De acordo com o relato do bisneto, Luiz Eduardo J. Schmidt[4], "O armazém era um lugar

---

[2]Nova informação sobre a data de embarque de FS ao Brasil, extraída do livro de embarque, página microfilmada e digitalizada pelo Arquivo do Estado de Hamburgo (Alemanha): Lista de passageiros de Hamburgo_1850_1934, p. 208. (Disponível em: https://www.familysearch.org/wiki/pt/Alemanha,_Hamburgo,_Lista_de_Passageiros. Acesso em: 5, mar. 2022).

[3]Prof. Dr. Rubens Russomano Ricciardi. **Da Fazenda Monte Alegre no século XIX à fundação da FMRP-USP em 1952 - Um breve resumo histórico.**

[4]HASSE, G.; HECK, L. **Engenho central e fazenda vassoural**. 2016.

por onde passava muita gente, alguns paravam para uma refeição e até para dormir. Ele tinha relacionamento grande com o pessoal da corretagem de café". E foi oportuno conhecer a firma alemã Theodor Wille & Cia., sua principal parceria nos negócios e que perdurou até o final de sua vida.

Theodor Wille, também alemão, um jovem de 20 anos de idade, chegou ao Brasil em 1838, para trabalhar em empresas alemãs no Rio de Janeiro, até criar seu próprio negócio, em 1844. Fundou as firmas Wille, Schmillinski e Cia. e a Theodor Wille & Cia. Foi nomeado vice-cônsul da Prússia, em Santos/SP, e de volta à Alemanha, em 1866, funda em Hamburgo uma casa de exportação e importação, que opera até os dias atuais. Abriu filiais em Santos, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, com interesse principal na compra e venda de café, mas com investimentos fortes em logística para o escoamento do produto, como ferrovias, e o principal porto de exportação de café do Brasil situado na cidade de Santos[5].

A saga da Família Schmidt - De Osthofen ao Brasil

Um apêndice de curiosidade que vale a pena destacar, diz respeito à cidade de origem de Francisco Schmidt e os aspectos históricos a ela ligados, que resultaram na vinda da família para o Brasil.

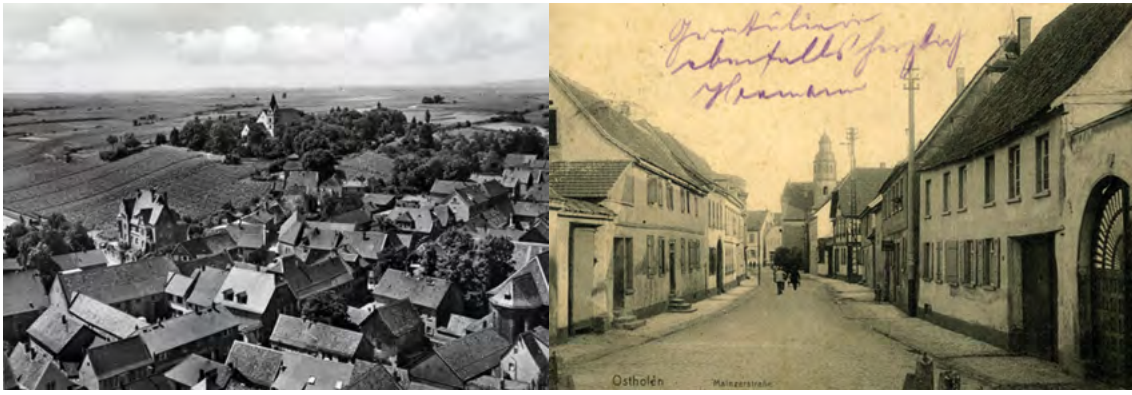
Osthofen, a cidade onde nasceu Francisco Schmidt, está localizada no atual território da Alemanha, a cerca de 10 quilômetros da cidade de Worms, um povoado muito antigo, densamente ocupada desde as Idades da Pedra, Bronze e Ferro, e do Império Romano[6].

---

[5]Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0090d.htm. Acesso em: 5 mar. 2002.

[6]Disponível em: https://pt.frwiki.wiki/wiki/Osthofen. Acesso em: 5 mar. 2002.

Em 1876, uma estrada de ferro ligava as cidades de Mainz a Worms, perto do rio Reno, com população por volta de 3 mil habitantes, não muito diferente dos 9 mil habitantes dos dias atuais.



Vistas da cidade de Osthofen, 1883. Coleção de Cartões-Postais de Maggie Land Blank | Fonte: http://www.maggieblanck.com/Immigration.html.

O nome "Hofen" indica assentamento franco, povo que viveu há mais de mil anos, na Europa, e migrou dessa região para as terras que se tornariam mais tarde a França[7].

Ao longo dos anos, a história da cidade é marcada por muitos conflitos, como a Guerra Camponesa – tão densa quanto a Revolução Francesa, iniciada nessa região com uma revolta dos camponeses e intensificada em 1525, estendendo-se por toda a Europa. Em consequência, grande parte da cidade de Osthoffen foi arrasada com incêndios e aqueles que não morreram, ou não fugiram, perderam suas casas e terras e se submeteram à causa comum dos rebeldes.

[7]Disponível em: http://www.maggieblanck.com/Immigration.html. Acesso em: 5 mar. 2002.

Cem anos depois, a cidade foi novamente reduzida as cinzas, durante a Guerra dos Trinta Anos, um conflito religioso que resultou, além das lutas, em fome e doenças. E, mais uma vez, por volta de 1845 a 1846, já com importância mercantil e circundada de vinhedos, outra tragédia recai sobre esse território e em toda a Europa – a Grande Fome da Batata[8], provocada por uma praga que atacou essa lavoura, matando milhares de pessoas, pois, nessa época, a batata era a principal fonte de alimento dos europeus.

E não parou por aí. Para que a Alemanha se tornasse uma nação, outras lutas foram necessárias, e muitas batalhas travadas entre prussianos e austríacos, durante os anos de 1864 a 1871. Até então, havia uma série de reinos e ducados alemães independentes identificados como Baviera, Brunswick, Freisland, Hessen Darmstat, Oldenburg, etc. Em 1871, com a vitória dos prussianos, foi criado o país da Alemanha.

Anos antes, em 1850, iniciava-se um movimento emigratório em toda a Europa, incluindo os germânicos, que, exaustos com as guerras, perseguições e a fome, saíram aos milhões da Europa em busca de melhores oportunidades de vida nas novas terras da América.

À medida que a imigração aumentava, fomentava o negócio das companhias de navegação para passageiros. O comércio marítimo de cargas, que seguiam das Américas para a Europa, era leve, composta de especiarias, tecidos, lã, algodão, tabaco, etc. Mas, na volta, sobravam espaços, que poderiam ser ocupados com mais cargas, como, por exemplo, de pessoas. Uma solução rentável, encontrada pelas companhias marítimas, foi enviar agentes para todos os cantos europeus, anunciando suas tarifas de viagem, o que resultou, ao longo dos anos, em enormes lucros com o transporte de imigrantes.

---

[8]Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_fome_de_1845%E2%80%931849_na_Irlanda. Acesso em: 5 mar. 2022.

A empreitada dos imigrantes não era nada fácil. Nem sempre essas pessoas partiam de suas casas sem enfrentar enormes dificuldades para chegar aos portos e embarcar para a América. A escolha de qual porto partir era definida pelo preço que podiam pagar pela passagem. Os germânicos, por exemplo, tinham como opção os portos da Irlanda, da Inglaterra, da Itália e até mesmo da França. Os portos principais da Alemanha eram Bremen/Bremerhaven e Hamburg,

Mas, para chegar nesses portos, o primeiro passo era sair de seu local de origem e seguir viagem a pé, ou em parte, de carroça, trem, ou barco. Do rio Wesser, por exemplo, era possível chegar a Bremen/Bremerhaven, ou do rio Elba para Hamburgo, do Reno para Rotterdam. Uma vez alcançado o porto, o imigrante poderia ainda passar muitos dias, meses, ou até anos, na área portuária, até conseguir embarcar no navio cujo destino era a América.

O navio que trouxe a família Schmidt, em 1859, possivelmente, era equipado de motor a vapor, mas ainda se viam, atravessando os oceanos, veleiros com passageiros imigrantes seguindo para as Américas, cujo percurso de viagem dependia dos ventos, nevoeiros, marés, tormentas e outros fatores. Essas embarcações levavam de quatro a oito semanas para chegar ao continente americano.

Os navios a vapor surgem por volta de 1850. Mais velozes, percorriam o Atlântico até o continente americano em duas semanas aproximadamente. A viagem na terceira classe era predominantemente de imigrantes europeus, acomodados em compartimentos apertados, e desprovidos de iluminação e alimentos. Homens e mulheres eram acomodados, todos juntos, em um mesmo espaço. Somente em meados de 1852, por medida de nova lei, exigiu-se a divisão de áreas para homens e mulheres.

Curioso saber que, diferente do atendimento das companhias marítimas francesas e inglesas, as germânicas forneciam alimentos

aos passageiros de terceira classe, exemplo de menu: "Domingo: carne salgada, pudim de refeição e ameixas secas. Segunda-feira: bacon salgado, sopa de ervilhas e batatas. Terça-feira: carne salgada, arroz e ameixas. Quarta-feira: bacon defumado, chucrute e batatas. Quinta-feira: carne salgada, batata e sopa de feijão. Sexta-feira: Arenque, farinha e ameixas. Sábado: bacon salgado, sopa de ervilha e batatas".[9]

Um marinheiro inglês que, por anos, frequentou os mares de todo o mundo, descreveu, em uma nota de jornal, o sufoco desses passageiros da terceira classe em travessia pelo oceano Atlântico:

"A viagem não foi seca. A água penetrou na direção através de orifícios que deveriam ser para ventilação. A maioria dos passageiros ficou enjoada nos primeiros dias e depois, apenas com o mau tempo. Era impossível subir ao convés com mau tempo. As escotilhas seriam fechadas e os passageiros da terceira classe teriam que permanecer embaixo no navio escuro e balançando. Havia, em média, um banheiro para cada cem passageiros. Frequentemente, o banheiro ficava no convés, onde eles não podiam ser alcançados com mau tempo. Por causa da proximidade em que viviam, os passageiros muitas vezes sofriam de doenças como boca de trincheira, úlceras no corpo e piolhos. As condições eram assustadoras. Navios de imigrantes eram reconhecidos pelo cheiro". (H. Phelps Whitmarsh).[10]

Foi nesse cenário que, aos 36 anos de idade, Jacob Schmidt embarcou no porto de Hamburgo, Deutschland (Alemanha), com a esposa Gertrudes, de 34 anos, e os filhos Magdalene, 11 anos;

---

[9]Disponível em: http://www.maggieblanck.com/Immigration.html. Acesso em: 5 mar. 2022.

[10]Disponível em: http://www.maggieblanck.com/Immigration.html. Acesso em: 5 mar. 2022.

Franz, 9 anos; e a bebê Catherine, de 1 ano de idade, no dia 25 de maio de 1859[11], e seguiram rumo ao Brasil, até o Porto de Santos.

Em grande parte, os imigrantes que chegavam nos portos brasileiros seguiam para áreas rurais, para servir de mão de obra nas lavouras, principalmente de café ou cana-de-açúcar. O sonho de fazer fortuna e serem donos de terra era a força motriz que impulsionava milhões de pessoas na travessia para o novo mundo, mas poucos conseguiram prosperar, tal como Francisco Schmidt, que além de bom trabalhador, foi um visionário e teve a sorte de encontrar as pessoas certas ao longo de sua vida, a iniciar por sua esposa Albertina Kohl, e os amigos Arthur e Antônio Diederichsen (filhos de imigrantes alemães, – Arthur era fazendeiro e Antônio era proprietário do Banco Construtor, em Ribeirão Preto) –; Campos Salles (Presidente do Brasil 1898-1902); Theodor Wille, e seu genro Henrique Villares Dumont – sobrinho de Santos Dumont e neto do primeiro Rei do Café no Brasil, Henrique Dumont.

De temperamento reservado, trabalhador, e com fama de perfeccionista, Francisco Schmidt está historicamente associado aos dois produtos responsáveis pelos maiores ciclos econômicos do nordeste paulista: o café e **o açúcar**. O café proporcionou a Francisco Schmidt lucros para financiar a produção de açúcar, e outros fatores também impulsionaram essa nova empreitada, como a Lei de

[11]Embora muitas publicações e teses apresentem a data de chegada de Francisco Schmidt em 1958, um dado novo foi extraído do livro de registro de passageiros, documento digitalizado de microfilme pelo Arquivo do Estado de Hamburgo: Lista de passageiros de amburgo_1850_1934, p. 208. (Disponível em: https://www.familysearch.org/wiki/pt/Alemanha,_Hamburgo,_Lista_de_Passageiros; https://www.ancestry.com/search/categories/40/?name=_heck&pg=2&gender=m&keyword=santos&name_x=_1&race=alema&record_f=_1652394. Acesso em: 5 mar. 2022.

Incentivo Fiscal, criada em 1900, por Aprígio Araújo, intendente de Sertãozinho/SP, que isentava de impostos, por 20 anos, quem montasse um estabelecimento industrial para produção de açúcar.

E seu genro, o engenheiro Henrique Villares Dumont, primeiro a criar um Engenho Central na região, na Fazenda London (depois Amália), em 1901, certamente estimulou o sogro a investir no novo negócio, auxiliando na pesquisa de fornecedores de máquinas; de pessoas especializadas para a montagem de equipamentos; e a construir o edifício, de estilo arquitetônico inglês, para abrigar a linha de produção industrial, de última geração, com máquinas de moer, decantadores, evaporadores a vácuo, cristalizares e ensacadores. São equipamentos de origens inglesa, francesa e alemã, com datas entre 1876 a 1886. O custo de montagem desse engenho foi de 500 contos de réis, hipoteticamente, equivaleria dizer R$ 65.500 milhões.[12]

Esse investimento foi meticulosamente recuperado, pois nenhum desperdício podia ser tolerado. Naquela época, a sustentabilidade e geração de energia já eram usuais, para Francisco Schmidt. Para a produção de açúcar, aproveitava-se até o bagaço, usado como combustível para a fornalha que aquecia a caldeira; para acionar o motor a vapor; e, assim, obter a energia elétrica para tocar toda a usina; abastecer as casas de apoio e morada da Fazenda Vassoural (atual Engenho Central). A água, elemento essencial para a produção de açúcar, era quase toda reaproveitada: dutos, canaletas, conduziam a água excedente da indústria para um tanque, onde era resfriada, tratada e devolvida limpa para o açude.

---

[12]Disponível em: https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html. Acesso em: 5 mar. 2022.

A primeira safra, em 1906, inaugurou a Usina Schmidt com o açúcar de nome Crystal e, em 1922, despontava como uma das mais importantes usinas de açúcar do Brasil, e o valor da propriedade, como demonstra o inventário do Engenho Central, avaliado em 1.629:244$200 contos de réis, ou seja, triplicou o valor investido. Desde então, a cultura da cana foi ocupando as terras do café, e, no final do século XX, o empreendimento iniciado por Francisco Schmidt impulsionou a cultura açucareira nessa região, tornando-a um dos maiores polos açucareiros do mundo.

Assim foi. Seu perfil empreendedor e exigente na eficiência de seus negócios, proporcionou a Francisco Schmidt a construção do seu império; fomentou a economia brasileira; e sua fortuna ultrapassou a de seu antecessor, Henrique Dumont, tido como o segundo Rei do Café. No entanto, após o seu falecimento, em maio de 1924, sem sucessor, toda a riqueza se dissolveu. Grande parte foi subtraída pela dívida com seu antigo sócio, Theodor Wille e o restante, na partilha com os herdeiros.

Todos esses feitos de Francisco Schmidt são conhecidos graças às vastas pesquisas em documentos, revistas, jornais e teses científicas e a alguns vestígios de sua passagem, como a construção do reservatório de água, edificado em 1904, em Ribeirão Preto, no bairro de Higienópolis, na Rua Campos Sales (homenagem ao Presidente do Brasil, que nomeou Francisco Schmidt coronel-comandante em 1901), viabilizando o fornecimento de água para a cidade e muito bem preservado pelo Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp); a Fazenda Monte Alegre, cuja sede, ainda existente, que lhe serviu de moradia, e ainda guarda alguns mobiliários, carruagem e retratos pintados. Mas é em torno da Fazenda Vassoural, entre os municípios de Pontal e Sertãozinho, que nos deparamos com uma grande obra de autoria de Francisco Schmidt – o Engenho Central de Sertãozinho, rodeado por uma imensa área de cana-de-açúcar, incólume, na paisagem canavieira de Sertãozinho.

O Engenho Central[13] – Usina Schmidt, por seu pioneirismo tecnológico e industrial, é considerado o berço do setor sucroenergético na região, formou centenas de profissionais e foi escola para muitos gestores – proprietários de aglomerados de usinas e indústrias metalúrgicas. Ali, na oficina da usina, começou a vida profissional de Geremias Lunardelli (quarto Rei do Café); o mesmo ocorreu com Atílio Balbo, imigrante italiano, que, após 40 anos de trabalho no Engenho Central, como ferreiro e gerente geral, com seus filhos, fundou a Usina Santo Antônio, em 1946; a São Francisco, em 1956; e a Usina Uberaba, formando o Grupo Balbo, que é responsável pela produção do açúcar Native.

Passados 98 anos de sua morte, Francisco Schmidt – terceiro Rei do Café – , tem mantida viva sua memória, como um exemplo de ousadia e empenho, e o Engenho Central de Sertãozinho, é mais um capítulo de uma epopeia histórica, e atual referência importante no império açucareiro no nordeste paulista e no Brasil, conservado pelo Museu da Cana desde 2013, graças à iniciativa e visão de outro importante empreendedor do setor açucareiro, Luiz Biagi.

[13]"Engenho é uma lavoura com fábrica para tratar as colheitas. É também o conjunto de máquinas para preparar os produtos da cana: açúcar e álcool. Esse Engenho Central é também chamado de Usina Schmidt." (Disponível em: www.museudacana.org.br. Acesso em: 5 mar. 2022).

1859

De Senador a Bispo: Dom Alberto José Gonçalves

Nainôra Maria Barbosa de Freitas

O ano era 1909. No dia 28 de fevereiro, na cidade de Ribeirão Preto/SP, uma procissão solene saiu da catedral de São Sebastião até a capela São José e marcava a entrada oficial do primeiro bispo, D. Alberto José Gonçalves, que teve uma trajetória no mínimo interessante como padre, deputado e senador. Renunciou aos cargos políticos para ficar com a Igreja e, dessa maneira, foi elevado a bispo de Ribeirão Preto, mas sem deixar totalmente os bastidores da política. A cena da procissão saindo da catedral em que o bispo, revestido de vestes episcopais e debaixo do pálio, conduzido por pessoas de destaque, como o governador do Estado de São Paulo,

Dr. Altino Arantes, acompanhada por duas bandas de músicas, foi descrita no Livro de Tombo da Catedral de Ribeirão Preto[1].

O evento, que levou o bispo às lágrimas, revela o início da trajetória de D. Alberto que, por pouco mais de 36 anos, esteve à frente da Diocese de Ribeirão Preto. Um homem sem precedentes, que vivenciou as mudanças na política e na Igreja Católica no Brasil do final do século XIX para o XX; um homem daqueles que a história chama de grande, culto, instruído, e que transitou na alta hierarquia dos poderes políticos e eclesiásticos. Paranaense, nasceu na cidade de Palmeira, em 1859. Na infância, foi para Curitiba e depois morou em São Paulo, onde foi ordenado padre.

Na cidade de São Paulo, iniciou a carreira eclesiástica e, por uma década, entre os anos de 1878 a 1888, atuou como professor no Seminário de São Paulo, ministrando as disciplinas de Aritmética, Latim e Geometria, bem como ocupou o cargo de secretário do Seminário. No período em que exerceu o cargo de professor, padre Alberto escreveu algumas obras com temas pertinentes às disciplinas lecionadas, das quais as mais conhecidas são o "Compêndio de Geometria" e uma "Gramática Latina"[2].

De volta a Curitiba, no Paraná, assumiu, em 1888, a paróquia de Nossa Senhora da Luz, e foi responsável pela construção do prédio da matriz, hoje catedral de Curitiba. Como um líder na comunidade, fundou o Hospício de Nossa Senhora da Luz, reformou e ampliou o hospital; ocupou cargo de diretor-geral de

---

[1]Livro de Tombo da Matriz de São Sebastião n. 2, 1890-1904. Arquivo da Catedral de São Sebastião.

[2]FREITAS, N. M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro bispo D. Alberto José Gonçalves**. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp, Franca, 2006.

Instrução Pública e comissário dos exames preparatórios por parte do governo federal.

Em Curitiba, foi nomeado vigário-geral forense, em 15 de dezembro de 1890, cargo que exerceu até a instalação da diocese, em 30 de setembro de 1894. Em 23 de agosto de 1897, foi nomeado protonotário apostólico[3] e agraciado com a Cruz *Pro Ecclesia Et Pontifice* pelo papa Leão XIII[4]. D. Alberto também era membro da Academia de Letras do Paraná.

A vida do padre Alberto, em Curitiba, durante o período monárquico e no início da República, marcou sua trajetória de participação na política. Naquele tempo, era comum a presença do clero no meio político e, no caso do biografado, padre Alberto, participou dela com intensidade. Circulando entre a elite paranaense, mesmo com a separação entre o Estado republicano e a Igreja Católica, o padre Alberto foi costurando seus projetos e se aproximando da política. Afirmava que não tinha uma consciência como sacerdote e outra como político, que a consciência era uma só, e, de acordo com ela, pautava seus atos.

Paralelamente às atividades de vigário, seguindo os passos de outros membros do clero, candidatou-se, em 1889, ao cargo de deputado provincial pelo Paraná e não tomou posse por causa das mudanças ocorridas com a Proclamação da República. Durante a República, foi eleito deputado estadual em dois mandatos: o primeiro, de 1892 a 1894, e, o segundo mandato, de 1895 a 1896. Representando o Paraná, foi eleito senador da República (1896-1905), período em que passava seis meses por ano no Rio de Janeiro no exercício do mandato.

---

[3]Protonotário apostólico - as honras de um cargo na Cúria romana sem exercê-lo.

[4]GAMA, Affonso D. **Esboço biográphico de Dom Alberto J. Gonçalves**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1911.

Atacado por seus inimigos políticos, sob a forma de charges nos jornais e revista[5] da cidade de Curitiba, revidou apresentando sua competência em outros aspectos. O padre Alberto lutou para abrir caminhos de atuação para a Igreja Católica em alguns espaços oficiais, especialmente por meio da legislação, pois, com o advento da República e a separação entre o Estado e a Igreja, a liberdade de culto foi reconhecida. A Igreja Católica era vista por muitas pessoas como atrasada, ligada à monarquia e por isso também foi atacada por positivistas, liberais, maçons e livres-pensadores, acusada de não seguir as normas do novo regime republicano, bem como incitar os fiéis a não realizar o casamento civil, dentre outras atitudes. Foi nos espaços oficiais da Assembleia Estadual e, depois, no Senado Federal, que padre Alberto lutou para fazer prevalecer os interesses do projeto católico.

Como político, o ainda padre Alberto defendeu os princípios da família católica, por ele considerados a "santa causa do matrimônio", repudiando o projeto de divórcio, que muitos de seus colegas senadores queriam introduzir nos primeiros tempos do Brasil republicano.

Deixou a política e foi nomeado bispo da recém-criada Diocese de Ribeirão Preto. Como bispo, D. Alberto fez parte de um projeto maior entre a hierarquia da Igreja no Brasil e o Vaticano. A antiga diocese de São Paulo, que abrangia todo o atual território do estado, foi dividida em cinco novas dioceses, além de criada a Província Eclesiástica de São Paulo. Esperava-se que o papel dos novos bispos seria, entre outros, impedir o avanço de outras crenças; ampliar a presença da Igreja no interior paulista que crescia rapidamente graças ao café. Para a Igreja, era preciso ocupar esse espaço antes dos "inimigos"[6].

---

[5]ENGROSSAMENTOS. **A Rolha**, Curitiba, 21 maio 1908.

[6]RAPPORTO di Mons. **Nunzio del Brasile all' emo cardinal segretario**

A região de Ribeirão Preto era parte essencial da modernização do país, com uma população que crescia atraída pela riqueza considerada fácil. Por esse motivo, a condução do poder político, e mesmo eclesiástico, pedia a escolha de candidatos aos principais cargos, na política ou na Igreja, que era bastante disputada.

Alguns desafios apresentaram-se imediatamente a D. Alberto, quando chegou a Ribeirão Preto, divididos em duas frentes: a espiritual e a material. Os desafios de organização da diocese eram inúmeros: a construção da catedral e do palácio episcopal; a organização das visitas pastorais de 36 paróquias e inúmeras capelas; trabalhar com o clero para firmar os objetivos da romanização (uma Igreja mais próxima dos papas); organizar a fábrica (finanças) das matrizes e os bens eclesiásticos diante das municipalidades; cuidar da organização de semanas de catequese; da regularização das associações leigas; incentivo da boa imprensa, com o objetivo de formar os leigos; administração do sacramento do Crisma; entre outros propósitos alinhados com os projetos que chegavam do Vaticano.

Na primeira metade do século XX, quando D. Alberto era o bispo de Ribeirão Preto, os tempos eram difíceis para a Igreja Católica. A abertura política dada pela República desde o início do século apresentava sinais de uma crise interna e da perda de fiéis. Nas palavras do padre Desiderio Deschand, um francês que foi reitor do seminário na diocese de Curitiba e amigo de D. Alberto, a situação da Igreja era, no mínimo, preocupante. Para Desiderio Deschand, "[...] a situação não é tão prospera como imaginaes! Não! Na massa do povo brasileiro o sentimento religioso não tem augmentado, tendo antes diminuído em muitos!"[7]. E mais adiante, o prelado

---

di stato. Petrópolis 21 Gennaio 1908, p. 16/17. $69. Fasc. 141

[7]DESCHAND, D. **A situação actual da religião no Brazil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1910, p. 3

acentuava a sensação de calamidade: "Observo os profundos golpes desferidos pela nossa actual Constituição nas crenças católicas e vejo os grandes estragos já feitos [...]". A obra do padre Deschand traça um panorama do que considerou os graves males existentes no Brasil como o ambiente de introdução do casamento civil, de fim do ensino religioso nas escolas, de uma elite política pertencente à maçonaria, liberal, contrária aos ensinamentos da Igreja Católica.

Dom Alberto José Gonçalves " | Fonte - Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Ribeirão Preto

No contexto identificado pelo padre Deschand, encontramos D. Alberto atuando nos bastidores da política. Ele foi um dos grandes de seu tempo, capaz de influenciar na política, barrar candidaturas de pessoas que considerava nefastas para os propósitos da Igreja. Transitava com naturalidade entre os políticos e conhecia de perto a sinuosidade do processo político por seu domínio e sua

atuação na vida pública. Após ser eleito bispo, D. Alberto visitava, pelo menos uma vez por ano, a capital do Brasil naquele tempo: o Rio de Janeiro. Numa dessas viagens, hospedado com o cardeal Arcoverde, D. Alberto recebeu a visita do presidente da República, marechal Hermes da Fonseca. Essa visita revela o prestígio do bispo, diante da principal autoridade do país, visto que o presidente é que se deslocava para visitar o bispo e não o contrário.

Dentre as obras de D. Alberto que ficaram como um legado para a cidade de Ribeirão Preto, estão o Palácio Episcopal e a Catedral Metropolitana. A catedral teve iniciada sua construção em 1904, com o lançamento da pedra fundamental, bem antes da criação da diocese. Quando o bispo chegou a Ribeirão Preto, a catedral estava apenas com as paredes levantadas e D. Alberto investiu na construção que encontrou inacabada, colocando do próprio bolso a quantia de mais de duzentos contos de reis[8], o que representava, na época, uma pequena fortuna. Ainda contratou pintores renomados, como Benedito Calixto, Nicolau Biagini, Joaquim Gonçalves Netto d'Athaide, bem como a Casa Conrado Sorgenicht Filho Ltda., de São Paulo, firma especialista em vitrais.

O trabalho de Benedito Calixto estendeu-se de 1916 a 1922, e custou, aos cofres da diocese, trinta e um contos e quinhentos mil réis. D. Alberto escreveu a Benedito Calixto argumentando que, se ele falecesse, a diocese honraria os custos do projeto. Mas, se fosse o contrário? Infelizmente, não temos a resposta de Benedito Calixto. A obra foi realizada e as seis telas, contando a vida de São Sebastião, vindas do ateliê do artista, localizado no litoral paulista, chegaram a Ribeirão Preto pelo trem da Mogiana.

---

[8]GONÇALVES, D. Alberto José. Carta pastoral do bispo de Ribeirão Preto sobre a sua administração da diocese. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto, ano 9, n. 99, p. 1-5, abr. 1938.

Outro episódio envolvendo a construção da catedral, que consta no livro "Obras da Cathedral"[9], deixa explícita a generosidade de D. Alberto ao artista José Nicolau Biagini, que fez a decoração da cúpula do templo. Ao fazer o pagamento, no final do serviço, o bispo

Obras de Benedito Calixto expostas na catedral | Fotos: Ibrahim Leão, 2022.

[9]OBRAS da Cathedral. Arquivo da Catedral de São Sebastião.

ficou muito satisfeito com a obra e acrescentou uma gratificação de quinhentos mil réis em reconhecimento ao trabalho do artista.

Poucos anos depois de assumir como bispo de Ribeirão Preto, D. Alberto enfrentou o escândalo de um padre que deixou o ministério. Imagine um século atrás, em 1912, numa cidade pequena como era Altinópolis, ainda distrito de Batatais. O padre Jonas Lopes do Prado, da paróquia de Nossa Senhora da Piedade, deixou o ministério para se casar e, para complicar a situação, a moça era da Igreja Protestante Presbiteriana. D. Alberto deixou explícita sua mágoa para com o prelado que não apenas deixou a batina, mas se casou. O bispo escreveu uma carta[10] aos diocesanos esclarecendo seu ponto de vista na defesa ardorosa da Igreja diante da deserção de padres. A carta do bispo exortava os fiéis para não deixarem a fé ser abalada diante de escândalos, afirmando que desde os tempos de Cristo essas deserções sempre existiram e continuariam a existir.

Outro problema enfrentado por D. Alberto envolveu um dos padres da diocese, o padre Euclides Gomes Carneiro. Publicações em jornais e folhetins noticiaram acusando o bispo de "malvado", "arrogante", entre outros adjetivos. Padre Euclides foi vigário da catedral e era bastante conhecido da população, desde antes da chegada do bispo. Um padre empreendedor, que fez parte da Comissão das Obras e esteve por trás de inúmeras obras, como a da matriz de São Sebastião, que veio a ser a catedral. O dinamismo do padre Euclides o levou, até, a assumir o cargo de provedor da Santa Casa, que empreendeu melhorias no prédio, além da construção de um centro cívico, a Legião Brasileira, que deu origem à atual Biblioteca Padre Euclides, a mais antiga da cidade, fundada em 1903, como

[10]GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a apostasia de sacerdotes. *In*: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918.

Associação dos Catequistas Voluntários, cujo nome foi trocado para Sociedade Legião Brasileira, em 1904.

Constatamos outra história, ao ler as cartas trocadas entre o bispo D. Alberto e o padre Euclides, no Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto[11] e nos arquivos do Vaticano. Tudo começou com a solicitação do padre Euclides para se retirar de Ribeirão Preto e da catedral. O bispo ofereceu a ele a Paróquia de São José do Rio Pardo, para onde o padre se dirigiu e, a partir daí, os problemas começaram a se agravar. O episódio chegou ao Dr. Altino Arantes, governador do Estado, e ao arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, bem como ao Vaticano. A maior parte das notícias, na mídia da época, e ainda contada da mesma maneira, nos dias atuais, mostrou um bispo intransigente e um padre inocente e bondoso. Para a hierarquia da Igreja, inclusive no Vaticano, o "problema do padre Euclides" foi tratado simplesmente como um caso de desobediência do padre para com seu superior, o bispo diocesano D. Alberto. Padre Euclides foi "excardinado" da Diocese de Ribeirão Preto, ou seja, foi desligado da jurisdição da diocese e removido para a diocese de Campinas.

Um ato de desagravo para o bispo foi realizado em Ribeirão Preto e incluiu um banquete, em janeiro de 1922, no Paço Municipal, com adesão do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, do prefeito João Rodrigues Guião, de vereadores, dentre outras figuras de destaque na sociedade.

A preocupação e o cuidado de D. Alberto com uma boa formação das pessoas podem ser constatados por meio do incentivo à instalação de ordens religiosas, dentre elas as que se dedicavam à educação e abriram suas escolas na sede da diocese. As primeiras

[11]Documentos avulsos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

foram as Ursulinas, em 1912, que fundaram o Colégio Progresso, que dois anos mais tarde passou a se chamar Santa Úrsula; depois as Salesianas, que fundaram o Externato Nossa Senhora Auxiliadora, em 1918; para os homens, os Irmãos Maristas inauguraram sua escola em 1938. Inúmeras ordens religiosas masculinas e femininas vieram para as cidades da diocese e se estabeleceram com ou sem escolas, dedicando-se a atuar em hospitais, asilos, orfanatos e outras obras assistenciais e espirituais na diocese.

Dom Alberto iniciou o governo da diocese e preparou um programa de idas às inúmeras paróquias, com o objetivo de realizar as "visitas pastorais do bispo", a fim de conhecer os fiéis e pregar a palavra de Deus; administrar o sacramento do Crisma; verificar as contas das paróquias e capelas, bem como dos negócios eclesiásticos; disciplinar e dirigir as associações laicas; enfim, implantar o catolicismo romanizado dirigido pelos padres sob o olhar atento do bispo. Em abril de 1938, lançou uma Carta Pastoral[12] fazendo um balanço do governo, em que afirmou que visitou toda a diocese por sete vezes; ordenou mais de cem padres; e crismou perto de quinhentas mil pessoas.

Por parte da hierarquia da Igreja, havia a expectativa de que as visitas pastorais dos bispos, ao ensinar os fundamentos da fé, levariam os fiéis a abandonar as crenças supersticiosas, bem como recusar-se a aderir a novas doutrinas que ganhavam espaço no Brasil.

As visitas constituíram-se em grandes eventos nas cidades pequenas e vilas do interior da diocese. D. Alberto percorreu sua ampla diocese usando, em alguns momentos, as facilidades de locomoção, promovidas pelas ferrovias, como a Mogiana, a Paulista, ou usando

---

[12]GONÇALVES, D. Alberto José. Carta pastoral de D. Alberto José Gonçalves sobre a sua administração. 17/4/1938. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, n. 98, p. 1-5, abr. 1938.

os ramais dessas ferrovias. Os carros eram poucos e as estradas precárias. Nas localidades em que as linhas de trem não chegavam, o bispo viajou de carro de boi, a cavalo, vencendo as dificuldades da época para chegar até os fiéis.

Para o trajeto de uma das visitas, colhemos, na década de 1980, o depoimento de Maria Silvério de Freitas, cuja família era proprietária da Fazenda São José, localizada entre a cidade de Franca e a de Patrocínio Paulista. De acordo com o relato da depoente, a família deslocou-se até a estrada principal para encontrar a comitiva de D. Alberto levando laranjas e outras frutas da época, água fresca e quitandas, para um lanche com a comitiva do bispo, que fez uma pausa embaixo da árvore onde a família o esperava; na despedida, D. Alberto os presenteou com uma bênção. A visita à matriz Nossa Senhora do Patrocínio, em Patrocínio Paulista, foi realizada de acordo com a documentação consultada entre os dias 31 de março e 5 de abril de 1910.

As cidades visitadas pelo bispo preparavam-se limpando as ruas; eram erguidos arcos do triunfo de flores; bandas de música se apresentavam; discursos eram proferidos pelas autoridades civis; assim como os fiéis católicos o recebiam com bandeiras e estandartes das associações religiosas laicas de Congregados Marianos, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, dentre outras atividades protocolares e espontâneas.[13]

O ponto alto das visitas estava diretamente relacionado com as atividades espirituais. Um dos atos era a administração do sacramento da Crisma. De acordo com D. Alberto, em relatos na década de 1930, ele crismou mais de quinhentas mil pessoas, nas sete visitas

[13]GONÇALVES, D. Alberto José. Carta pastoral do bispo de Ribeirão Preto sobre a sua administração. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto, n. 98, p. 2, abr. 1938.

pastorais que fez por toda a diocese. Outro resultado das amplas visitas pastorais foram as centenas de pessoas que receberam a primeira eucaristia, casaram-se, ouviram a palavra de Deus por meio do bispo, reforçando o papel da Igreja diante da sociedade brasileira cada vez mais laica e secularizada.

As grandes multidões que acorriam às cidades, por ocasião dessas visitas, levaram D. Alberto a solicitar às municipalidades a proibição de licença para barracas de comércio, nas praças das matrizes, a fim de não desviar os objetivos da visita, que era de caráter espiritual. Outra solicitação aos párocos era que a vista pastoral do bispo fosse desvinculada de festas civis das municipalidades. D. Alberto queria que a visita ficasse centrada no caráter espiritual. No entanto, isso era quase impossível. A reunião de centenas e de milhares de pessoas em uma localidade aumentava as atividades comerciais e a venda de alimentos. Muitas pessoas saíam do campo para ver o bispo e a visita representava um momento de se dirigir à cidade e aproveitar para receber os sacramentos, mas também para visitar os parentes, fazer compras e negócios. Como passavam o dia na cidade, essas pessoas precisavam se alimentar. Apesar das palavras do bispo, o comércio era necessário para atender a toda a população.

As atividades religiosas de uma comunidade sempre estiveram entrelaçadas com o cotidiano político, movimento econômico, e as estruturas da sociedade, que moldam o modo de vida, ou seja, as identidades culturais.

Em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, que sacudiu o Estado de São Paulo, o palco dos enfrentamentos chegou às cidades da Diocese de Ribeirão Preto. Em algumas localidades, ocorreu uma participação mais direta do clero e D. Alberto fez um pronunciamento em Ribeirão Preto, na rádio PRA 7, em 21 de agosto de 1932, rogando a Deus e exortando os fiéis para o término da luta. "Bispo que sou, rogo e espero que Nosso Senhor

e sua Mãe Santíssima, atendendo às orações, aos sacrifícios e à abnegação de tantas almas, farão com que em breve termine esta luta deplorável e concedam a paz desejada e necessária para prosperidade da nossa Pátria."[14]

No ano de 1932, deveria ser celebrado o jubileu de ouro de sacerdócio de D. Alberto, no entanto, por causa da Revolução, a festa foi adiada para um momento oportuno e apenas uma missa na catedral foi celebrada, em 17 de setembro de 1932, para marcar o jubileu. A preparação da festa envolvia os membros da Igreja por meio de ramalhetes espirituais. "Os ramalhetes espirituais eram comuns e podiam ser realizados por meio de missas, recitação de jaculatórias, jejuns, orações, terços, visitas ao santíssimo sacramento, leitura espiritual, mortificações, entre outras preces realizadas pelos padres e fiéis"[15]. Monsenhor João Lauriano, vigário-geral da Diocese de Ribeirão Preto, que organizou a festa, entregou a D. Alberto o resultado desses ramalhetes com 2.037.650 atos de piedade feitos por toda a diocese[16].

A precária situação econômica, decorrente da Revolução, também atrapalhou as celebrações e alguns episódios envolveram a coleta feita pelas bodas de D. Alberto. Em 12 de outubro de 1932, o padre de São Sebastião da Grama escreveu uma carta destinada

---

[14]CIONE, R. História de Ribeirão Preto. **Ribeirão Preto**: Legis Summa, 1996. v. IV, p. 132.

[15]FREITAS, N. M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro bispo D. Alberto José Gonçalves**. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp, Franca, 2006, p.158.

[16]LAURIANO, Mons. João. As bodas de ouro sacerdotais de D. Alberto José Gonçalves. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto, ano 3, n. 33, p. 1-10, set. 1932.

ao monsenhor João Lauriano, contando que o dinheiro para constituir o óbulo a ser ofertado a D. Alberto para a obra do Seminário Diocesano foi roubado da paróquia, durante os episódios de saque da Revolução Constitucionalista. A mesma situação de saque, dificuldades, medo, fuga das pessoas para outros lugares, foi relatada pelos padres das cidades de Mococa, Casa Branca, Mogi Guaçu, São João da Boa Vista, Espírito Santo do Pinhal, entre outros párocos, cujas cidades estiveram mais envolvidas no conflito. As queixas dos padres retratam a insegurança daqueles tempos, a paralisação das atividades religiosas em muitas paróquias, e o medo das pessoas diante da ocupação das tropas que envolviam os acontecimentos.

Dois anos depois, nos dias 1º e 2 de fevereiro de 1934[17], a celebração das bodas do bispo foi realizada e contou com a publicação de um balanço exaltando o governo de D. Alberto e os progressos material e espiritual da diocese. Em tempos republicanos, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto decretou feriado devido à celebração. Monsenhor João Lauriano, braço direito do bispo, preparou uma "Polianteia", obra contando as ações de D. Alberto na diocese, que foi distribuída entre os convidados mais importantes da festa. Entre os convidados, estava o núncio apostólico, a mais alta autoridade da Igreja Católica, no Brasil, D. Bento Aluísio Masella, e contou também com a presença de outros bispos e arcebispos, amigos de D. Alberto.

O envolvimento do bispo de Ribeirão Preto com a política permitiu que a Comissão Agrícola de São Paulo pedisse sua interferência junto aos padres para tentar melhorar a situação da agricultura no Estado. Os padres deveriam fazer um apelo em suas paróquias,

---

[17]LAURIANO, Mons. J. (Org.). **A diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e episcopado**. Ribeirão Preto, [s.n.], 1934.

incentivando os agricultores a retomarem o crescimento agrícola. A grave crise que se abateu sobre o país afetou diretamente a produção agrícola do Estado, e o governo apelou para a Igreja, na tentativa de reverter a situação. Em agosto de 1932, D. Alberto enviou um comunicado aos padres, atendendo ao pedido do governo.

Em 1938, talvez sentindo o peso da idade, D. Alberto pediu ao arcebispo que enviasse um bispo auxiliar e escreveu uma Carta Pastoral[18] sobre a sua administração na Diocese. Na carta, contou que não foi estranho às obras sociais para as quais buscou dar apoio moral e pecuniário. Fez a intermediação com a Companhia Mogiana para transportar gratuitamente material de construção para muitas cidades que estavam construindo ou reformando as matrizes; organizou a Fábrica das Matrizes; ampliou e terminou a obra da catedral (na qual colocou mais de duzentos contos de reis); e construiu o Palácio Episcopal, a Cúria Diocesana e o salão de reuniões atualmente conhecido como Salão Dom Alberto, dentre outras obras.

A Carta Pastoral sobre a administração da diocese teve um tom de despedida, de prestação de contas, de testamento de sua vida como bispo de Ribeirão Preto, pois afirmava que estava contente "de haver cumprido os deveres do cargo". Manifestou sua gratidão ao papa, reafirmando a obediência, e o respeito, ao cardeal D. Sebastião Leme, ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, aos colegas bispos da Província Eclesiástica de São Paulo, ao clero da Diocese de Ribeirão Preto, ao monsenhor Lauriano e aos fiéis da diocese, por toda a trajetória. As ferrovias Mogiana, Paulista e Inglesa ganharam seu agradecimento pelas facilidades na locomoção.

---

[18]GONÇALVES, D. Alberto José. Carta pastoral de D. Alberto José Gonçalves sobre a sua administração. 17/4/1938. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, n. 98, p. 1-5, abr. 1938.

Contou da frugalidade da mesa em que viveu para não pesar economicamente à diocese. Esclareceu o que fez com os "subsídios que recebeu da nação" quando era deputado e senador, assim como o empregou em Curitiba e depois transferiu para Ribeirão Preto, aplicando na construção da catedral e do Palácio Episcopal. Na Carta Pastoral com a prestação de contas, explicou à população em geral alguns aspectos ainda obscuros do governo de D. Alberto.

De idade, cansado, D. Alberto solicitou ao arcebispo de São Paulo um bispo auxiliar, que chegou a Ribeirão Preto em abril de 1940 e assumiu inúmeras atividades que antes eram de D. Alberto.

Um grande evento da Igreja Católica mobilizou a cidade de Ribeirão Preto e região entre os dias 22 e 29 de setembro de 1940: o Congresso Eucarístico Diocesano. O programa teve como tema principal a "Eucharistia e as vocações sacerdotais" e os temas das sessões "Eucharistia-Sacramento, Eucharistia-Sacrifício, Eucharistia- Lithurgia". As sessões de estudos, missas solenes, sermões, exposição e bênção do Santíssimo Sacramento foram algumas das atividades[19].

A cidade foi dividida em setores para as diferentes atividades do Congresso e as sessões foram realizadas de forma separada para homens, mulheres e crianças, no centro da cidade, nos templos da Catedral de São Sebastião, na Capela São José e na Capela São Benedito; nos Campos Elíseos, na Igreja Santo Antônio e no Instituto Mazzarello; na Vila Tibério, na Igreja Nossa Senhora do Rosário.

No dia 29 de setembro de 1940, data do encerramento do congresso, o arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar, celebrou uma

---

[19]FREITAS, N. M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro bispo D. Alberto José Gonçalves**.

missa solene de manhã em altar montado na porta da catedral, cujo sermão foi proferido pelo bispo auxiliar de Ribeirão Preto, D. Manoel da Silveira d'Elboux. À tarde, uma das atividades foi uma solene procissão com exposição do Santíssimo Sacramento e um ato de consagração ao Coração Eucarístico. Os católicos das várias cidades da Diocese de Ribeirão Preto compareceram em massa, aos eventos, e com os fiéis de Ribeirão podiam ser identificados por suas roupas, distintivos e estandartes, com as associações a que pertenciam, o que certamente contribuiu para manifestar a força dos católicos.

As notícias publicadas nos jornais da época calcularam em trinta mil pessoas, sem contar com outras centenas de pessoas que ficaram nas portas e janelas de suas casas enfeitadas à espera da passagem da procissão. As pessoas mais otimistas e alguns jornais afirmaram que o número pode ter atingido cinquenta mil pessoas. A procissão representava a apoteose do Congresso Eucarístico e da grande manifestação de força da Igreja Católica, pois, na procissão, estavam presentes a hierarquia da Igreja, as autoridades civis e os fiéis católicos de Ribeirão Preto e região. As festividades, mesmo contando com o bispo auxiliar D. Manuel da Silveria d´Elboux, representaram um dos principais eventos do governo de D. Alberto à frente da Diocese de Ribeirão Preto.

Em 1942, o bispo celebrou bodas de diamante sacerdotais, ou seja, sessenta anos dedicados à Igreja, e inúmeras felicitações foram dirigidas a ele. A data foi celebrada com uma missa na Capela do antigo Seminário Episcopal de São Paulo, onde havia rezado a primeira missa. De São Paulo, falou aos seus diocesanos por meio da Rádio PRA7 de Ribeirão Preto e do Jornal "A Tarde" enviando bênção especial. Os tempos eram difíceis, devido à Segunda Guerra Mundial, uma vez que os brasileiros partiam para a linha de frente.

No dia das bodas, à noite, um ato solene no Palácio São Luiz, em que o arcebispo D. Gaspar recebeu a hierarquia da Igreja Católica,

com membros do clero de Ribeirão Preto e autoridades civis de São Paulo e Ribeirão Preto, coube a D. Alberto entregar as contribuições feitas pelos diocesanos, que foram destinadas para a compra de aviões para defesa da pátria. A campanha foi uma iniciativa da Rádio Tupi e do Jornal "O Diário da Noite" de São Paulo, e, em Ribeirão Preto, a campanha foi patrocinada pela Rádio PRA7 e o Jornal "A Tarde". A Diocese de Ribeirão Preto participou por meio de D. Alberto e dos membros da delegação Antônio Machado Sant'Ana, diretor do Jornal "A Tarde" e o Sr. Ademar Sant'Ana, do "Diários Associados".

Dom Alberto diminuiu as viagens, nos anos seguintes, mas ainda passou alguns meses em Curitiba, sentindo cada vez mais o peso da idade e as doenças. O sonho de ter um Seminário Diocesano foi concretizado quando, em 19 de março de 1945, foi inaugurado o Seminário Maria Imaculada, em Ribeirão Preto. Poucos meses depois, em 6 de maio de 1945, D. Alberto faleceu, deixando um legado de suas obras aos católicos e não católicos, na cidade de Ribeirão Preto e região.

Em 1959, a comunidade italiana da cidade de Ribeirão Preto homenageou o primeiro bispo, D. Alberto, com um busto, de autoria de Alberto Cruzerá, que está localizado na Praça das Bandeiras, ao lado da Catedral. A cidade de Ribeirão Preto também homenageou o primeiro bispo com uma rua e uma escola de Ensino Fundamental e Nível Médio com o nome do prelado.

1860

Coronel Quinzinho da Cunha: A face de uma era

Lilian R. O. Rosa

Eram 17 horas de um dia de meados de outubro de 1941. Os aviões do aeroclube sobrevoavam a Praça XV de Novembro, no centro de Ribeirão Preto/SP, atirando coroas de flores. Políticos e cidadãos ribeirão-pretanos acercavam-se de uma herma[1], que sustentava um busto de bronze, assinado pela Cantaria Artística de José L. Martins. A figura sobre o pedestal de granito retratava um homem de porte elegante, rosto fino e bigode proeminente.

[1]Na Grécia antiga, tratava-se de um pilar alto sobre o qual se colocava uma cabeça do deus Hermes. O termo é usado para designar pedestais altos que servem de base para bustos esculpidos.

Tratava-se de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o coronel Quinzinho da Cunha, falecido nove anos antes, em 1932[2].

Imagem do busto do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Foto de 2007 | Fonte: Arquivo pessoal da autora. Foto: Lilian Rosa, 2007.

Os discursos sucederam-se: cônego Assis de Barros, Dr. Cirilo Junior, Dr. Altino Arantes. As palavras destacavam suas

[2]CORREIO Paulistano. 14 de outubro de 1841, n. 26.259. p. 1.

características de chefe político do Partido Republicano Paulista (PRP), que "podendo ser eleito, preferiu eleger", fazendo vereadores, deputados, senadores e até presidente da República. Enfatizavam sua maneira de administrar a política local: "não foi um chefe que impunha. Foi um amigo que persuadia, e conquistava pelo exemplo de lealdade e convicção"[3].

Leal, servidor da ordem, disciplinado, conservador, austero e compassivo são alguns dos adjetivos atribuídos a Quinzinho por aqueles que o conheceram. Esses termos podem ser encontrados em discursos, artigos de jornal, atas e pronunciamentos de amigos, companheiros de partido e adversários políticos.

Diante de tantas representações construídas em torno dessa figura pública, talvez uma seja a mais frequente: prestígio. Fernando Costa, interventor federal, que presidiu a cerimônia de inauguração da herma, teria perguntado a Amélia Junqueira se ela poderia indicar "alguém para dirigir a política de Ribeirão Preto". A resposta foi que não havia mais "nenhuma pessoa" habilitada para a tarefa[4]. Morreu com Quinzinho, "o Chefão", a figura do chefe político local, responsável por comandar os votos em um sistema conhecido como coronelismo.

Em 2008, o busto de Quinzinho foi furtado. Na mesma Praça XV, em frente à qual ficava o palacete do velho coronel, na esquina das ruas General Osório com a Álvares Cabral, restou apenas uma herma silenciosa, daquele que foi negociante, cafeicultor e chefe

---

[3]CORREIO Paulistano. 14 de outubro de 1841, n. 26.259. p. 1.

[4]WALKER, Thomas W; BARBOSA, Agnaldo de Souza. **Dos coronéis à metrópole**: Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no Século XX. Tradução de Maria Carla Magri. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

político de um dos mais significativos momentos da história da Primeira República no Brasil.

Imagem da Herma em granito, construída em 1941, sem o busto do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Foto de 2008 | Fonte: Arquivo pessoal da autora. Foto: Lilian Rosa, 2008.

Quem foi Joaquim da Cunha Diniz Junqueira?

O caçula de Ana Osório Diniz Junqueira e Emerenciano Alves da Cunha nasceu em 14 de maio de 1860, quando Ribeirão Preto não passava de um aglomerado de casas. Sem igreja matriz ou paróquia constituída nas terras recém-demarcadas, seu batizado ocorreu em São Simão/SP, tendo como padrinhos os avós maternos,

Anna Claudina Diniz Junqueira e Augustinho Ferreira Brito[5]. Ainda criança, Joaquim passou a ser chamado como Quinzinho, apelido que o acompanhou até a morte, em 1932. Para o povo da cidade, chamar de Quinzinho, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, reduzia distâncias e gerava proximidade sem, contudo, diminuir o poder e o prestígio que imbuíam sua figura.

Filho de tradicionais proprietários de terra, teve uma infância ao ar livre, na fazenda da família, brincando com primos, irmãos e irmãs. Com o primo Chico, posteriormente capitão Francisco Junqueira, brincava de "correr e combater com espadas de pau" no quintal. Juntos, descansavam à sombra de uma mangueira, depois de cansativas cavalgadas e caçadas[6]. O amor pelos cachorros e cavalos cresceu com Quinzinho, que manteve um haras dedicado à criação de cavalos da raça manga-larga.

Entre a infância e a mocidade, o garoto viu o tempo passar entre as orientações de tutores e o convívio com os parentes envolvidos na política local. Entre eles, o irmão mais velho, coronel Luís Antônio da Cunha Junqueira, que foi vereador (1881-1882) e presidente da Câmara Municipal (1883-1886), cargo equivalente a prefeito, na

---

[5]MATTIOLI, Alexandre Ferreira. **A teia de poder**: O coronel Junqueira e a política da Primeira Republica - Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16485/1/TeiaPoderCoronel.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

[6]Carta do Capitão Chico Junqueira para Quinzinho. *In*: MATTIOLI, Alexandre Ferreira. **A teia de poder**: O coronel Junqueira e a política da primeira república Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16485/1/TeiaPoderCoronel.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

época. O irmão estava entre os políticos na direção de Ribeirão Preto, quando D. Pedro II e dona Thereza Christina estiveram na cidade[7].

Quinzinho casou-se ainda jovem com Maria Emerenciana Diniz Junqueira, sua prima em primeiro grau. Fixou residência em Ribeirão Preto, que havia se emancipado de São Simão, alguns anos antes[8]. O casal teve quatro filhos: Osório Junqueira, Anna Junqueira Lobato (casada com Jorge Lobato), Maria Gabriela Junqueira Arantes (casada com Altino Arantes) e Augusta Junqueira.

Em seus primeiros trinta anos de vida, monarquista convicto, assistiu ao declínio do Império; à abolição; à chegada do café às terras que antes criavam porcos e gado; e à instalação dos imigrantes[9]. Em meio às inúmeras transformações das últimas décadas do século XIX, lançou-se à sua primeira e última aventura em um cargo eletivo, como vereador, em 1890, na primeira legislatura da Câmara Municipal após a Proclamação da República brasileira[10]. Contudo, as eleições foram anuladas, em 1892[11], motivo pelo qual, talvez, o seu nome não conste das listas de vereadores em publicações sobre o tema. Essa foi sua única experiência como eleito. A partir de então, preferiu eleger

---

[7]Entre 24 e 25 de outubro de 1886.

[8]Ribeirão Preto emancipou-se de São Simão, tornando-se vila, em 1871.

[9]MATTIOLI, 2014.

[10]ZUCCOLOTTO, Eder Carlos. **Homens de negócio e poder local no oeste paulista**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, *campus* de Araraquara, 2018. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/4586.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

[11]TORNATORE, Nicola. O todo-poderoso coronel Quinzinho. **Jornal Tribuna**. Ribeirão Preto, 14 maio 2018.

seus correligionários[12], tornando-se o chefe político do Partido Republicano Paulista (PRP), a partir de 1902.

Imagem de Quinzinho da "Revista Brazil Magazine", no início do século XX. Era notória a resistência do coronel em tirar fotografias | Fonte: Brazil Magazine, APRP.

Negociador e capitalista

Joaquim da Cunha herdou parte das terras de sua família e, com o tempo, diversificou seus negócios, com um patrimônio que incluía escravos (antes de 1888), fazendas, sítios, loja, casas e sociedade em

[12]Discurso de Cirilo Junior em cerimônia de inauguração da herma em homenagem a Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, em outubro de 1941. **Correio Paulistano**, 14 de outubro de 1941. p. 1 Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1941_26259.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

uma casa de comissariados. Atuou como negociante, cafeicultor, capitalista e liderança política[13].

Dentre as muitas atividades ao longo de sua vida, realizava os trabalhos de negociante e capitalista - termo utilizado na época para quem emprestava dinheiro, mediante pagamento de juros -, em uma loja, entre 1891 e 1892, que foi a base de muitos dos seus negócios nesse período[14].

O estabelecimento vendia os mais variados produtos: papel diplomata, água Seltz, Conhaque Brizard, Velas Clichy, Sabonete Rimel, Arroz Carolina. Também estavam disponíveis biscoitos, gomas, tecidos, fósforo, querosene, lampiões e diversificados produtos de luxo.

Além das vendas de variados produtos, a loja também funcionava como uma espécie de estabelecimento bancário. Os consumidores deixavam ali o seu dinheiro, fiando-se na idoneidade e no prestígio de Quinzinho. O coronel disponibilizava crédito a juros, usando o seu próprio capital, ou aquele que lhe era confiado em depósito por terceiros. Quitava contas de clientes em caráter de empréstimos e recebia pagamentos que eram depositados em contas bancárias dos clientes. É importante destacar que o crédito fornecido por sua loja e outras do gênero, entre o fim da escravidão e o apogeu da cafeicultura, estimou os negócios na localidade e na região[15].

---

[13]MONTI, Carlo Guimarães. **A trama do crédito**: Entre o café e o consumo conspícuo em uma loja de Ribeirão Preto – 1891 e 1892. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5740/574069672005/. Acesso em: 22 fev. 2022.

[14]Idem.

[15]MONTI, Carlo Guimarães. **A trama do crédito**: Entre o café e o consumo

Quinzinho viajava com frequência para São Paulo, com hospedagens no Hotel França, no Largo do São Bento[16]. Mais tarde, com o aprofundamento das suas relações comerciais com a capital, a exemplo de outros cafeicultores da região, como Francisco Schmidt, adquiriu uma residência no número 99 da avenida Paulista, em São Paulo.

No início do século XX, ascendeu definitivamente nas cenas local e regional. Uma das causas, foi o seu sucesso econômico, respaldado na diversificação de negócios e no elo que possuía com casas de comissário, responsáveis pela comercialização do café. Quinzinho mediava remessas de café para Santos, construindo, por meio dessa atividade, uma rede de contatos para fora da região[17].

Cafeicultor

Joaquim da Cunha não foi um dos primeiros a investir na cafeicultura em Ribeirão Preto. Mesmo tendo contato com seu tutor e tio, capitão Luís Herculano de Souza Junqueira, que já plantava café desde 1873, Quinzinho mostrou-se conservador, a princípio. Um dos fatores que justificam a demora em apostar no café era a necessidade de uma infraestrutura específica para secagem e beneficiamento do grão. Em 1889, começou a organizar a Boa Vista, para torná-la uma fazenda cafeicultora, plantando

---

conspícuo em uma loja de Ribeirão Preto – 1891 e 1892. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5740/574069672005/. Acesso em: 22 fev. 2022.

[16]Idem.

[17]Idem.

os primeiros cafeeiros. Em 1893, a propriedade fez a primeira colheita e começou a produzir café. Lentamente, iniciou um planejamento para a modernização dos equipamentos necessários para o cultivo.

Diferentemente de Francisco Schmidt, que optou por ter várias propriedades, chegando a possuir mais de 60 fazendas de café na região, Quinzinho usou como estratégia a compra e união de várias propriedades. No total, foram 18 anos, até 1906, para estruturar o grande complexo de produção da Boa Vista, onde centralizou os seus negócios.

Seu investimento no café aconteceu de maneira sólida e progressiva, mantendo sempre a diversificação dos negócios. Em poucos anos, já possuía 650 mil cafeeiros. Figurava na Estatística Agrícola de 1904/1905 entre os maiores cafeicultores da região, assim como Francisco Schmidt, Martinho Prado Junior, Francisca do Val, Manoel Maximiano Junqueira, Iria Alves Ferreira e Joaquim Firmino Diniz Junqueira, dentre outros[18].

A Boa Vista contava com um padrão moderno de produção. Possuía terreiro ladrilhado, abastecido por tanques de água e dutos, que lavavam o café e o transportavam entre as partes do terreiro. Depois da secagem, um sistema de vagonetes levava o café para quatro silos. Dos reservatórios, um duto e caía em esteiras, que movimentavam os grãos por um sistema de roldanas até o maquinário de beneficiamento, que o descaroçava, assoprava e separava. Depois, o grão era acondicionado em sacas de 60 quilos e levado por carroções até a estação de trem. Em 1906, com a chegada

[18]GALVÃO, Luciana Suares. De volta ao café. Os cafeicultores de Ribeirão Preto na crise de 1929. **Economia & História**: Relatos de pesquisa, mar. 2021. Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif486-58-65.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

dos trilhos do trem, passaram a retirar o café na própria fazenda, aumentando ainda mais a eficiência do processo[19].

Como a produção de café da Boa Vista começou em 1889, é possível inferir que o primeiro cafezal por mão de obra imigrante, estabelecida na fazenda em regime de colonato. A falta de trabalhadores era um problema constante, por isso Quinzinho usava seus contatos para ampliar a mão de obra. Nesse campo, usava os serviços de Ignácio Pellegrini, que conseguia colonos cobrando um valor por família contratada. Cabia ao fazendeiro pagar a viagem até a estação, que era feita com escolta, para garantir que chegassem ao destino final. Muitos desses trabalhadores vinham de Jundiaí e já estavam inseridos no mercado de trabalho. Outros, residentes na Itália, eram convidados por familiares já estabelecidos na fazenda. Esse é o caso de alguns colonos italianos, que mandavam cartas aos seus parentes na terra natal, convidando-os para o trabalho na Boa Vista[20]. Uma forma de atraí-los era oferecer atendimentos médico e farmacêutico, cujo pagamento era descontado do crédito dos colonos, muitas vezes gerando endividamento.

O coronel Quinzinho da Cunha chegou aos anos 1920 com a produção cafeeira consolidada. Em 1929, em plena crise, a Fazenda Boa Vista contava com 763 mil pés de café, figurando entre os dez principais fazendas cafeicultoras do município[21].

---

[19]GALVÃO, Luciana Suares. De volta ao café. Os cafeicultores de Ribeirão Preto na crise de 1929. **Economia & História**: Relatos de pesquisa, mar. 2021. Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif486-58-65.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

[20]Idem.

[21]GALVÃO, L. S. 2021.

Chefe político

Chefe político era como se chamava o dirigente dos diretórios locais do PRP na Primeira República brasileira. O diretório apoiava candidatos e se posicionava durante as eleições. Na cena política da Primeira República, as funções eletivas incluíam os juízes de paz, vereadores, o prefeito e deputado estadual. Eram escolhidos diretamente pelos eleitores, com exceção do prefeito, que era eleito entre os vereadores, pela própria Câmara Municipal. O voto não era secreto e o partido mais organizado e influente era o PRP, o que lhe garantia proeminência na política.

Formalmente, essas pessoas exerciam funções judiciária, legislativa, executiva e representativa, relacionadas aos cargos para os quais foram eleitos. Embora oficialmente o poder estivesse com o diretório, as decisões importantes eram tomadas, de fato, pelo chefe político. Nesse sistema, todo o aparato político, incluindo o partido e os funcionários do município, obedeciam ao chefe político, uma vez que quase todos os funcionários públicos deviam sua posição a ele, por indicação[22].

Em Ribeirão Preto, dois homens assumiram o papel de chefe político: Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. O primeiro baseava seu poder no fato de ser o maior plantador de café individual do mundo, com 6.075.500 cafeeiros, em 1904/1905, que produziam 101.425 sacas do grão. Já Quinzinho era o chefe de um clã que reunia grande influência política, uma rede de negócios diversificados e lucrativos, além de ser, também, um grande cafeicultor, com a produção de 12.500 sacas de café em 1904/1905[23]. Eram chamados de coronéis dos coronéis, ou "Super Coronéis", tamanha a sua influência política e econômica.

---

[22]WALKER, Thomas; BARBOSA, Agnaldo de Souza, 2000.

[23]GALVÃO, 2021.

Entre 1910 e 1920, os dois políticos disputaram o controle do sistema local, com a prevalência, por vezes de Schmidt, que saiu da cena política local por volta de 1918 e faleceu em 1924. Entre 1920 e 1932, a liderança do aparato político foi incontestavelmente de Quinzinho.

Jogando luz na atuação política de Joaquim da Cunha, revelam-se as marcas da sua posição como chefe político. Articulador por excelência, muitas decisões importantes para o município e região foram tomadas em sua casa, na esquina das ruas General Osório e Álvarez Cabral.

Residência do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, esquina das ruas General Osório e Álvares Cabral. Atualmente, o local é ocupado pelo Edifício Diederichsen, inaugurado em 1936 | Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, F687.

Os que o conheceram, contam que o coronel possuía uma inclinação para dar ordens e ser obedecido, de maneira que ficou conhecido

entre os amigos de "o chefão". Os relatos são unânimes em retratá-lo como íntegro e não vingativo, capaz de perdoar os antagonistas e, em alguns casos, protegê-los. Seus oponentes políticos criticavam o partido, os representantes do poder público, mas frequentemente se desviavam de ofender o próprio Quinzinho, que chamavam de "adversário formidável"[24].

Um episódio é particularmente esclarecedor de como foi construída essa imagem do coronel. O Movimento Tenentista, que teve, na revolta militar de 1924, um dos seus pontos altos, repercutiu em Ribeirão Preto. A luta que se desenrolava na capital era acompanhada pelos ribeirão-pretanos, que chegaram a organizar uma milícia para manter a ordem no caso de o conflito chegar à cidade. Por outro lado, o município contava partidários do movimento, incluindo os diretores do Jornal "A Tarde". Finalizada a revolta, alguns de seus participantes refugiaram-se em Ribeirão. Agentes do governo, à procura dos revoltosos, questionaram Quinzinho, solicitando a identificação daqueles que eram considerados inimigos do Estado. A resposta do coronel aos agentes foi: "Eu não tenho inimigos". Essa atitude foi lembrada por amigos e adversários por décadas, e eternizada na literatura sobre o tema.

Em outra ocasião, já em 1926, Paulo de Moraes Barros, da primeira comissão do Partido Democrático (PD), opositor do PRP, afirmou que pouco importava o fato de Joaquim da Cunha não ser membro do PD. Para eles, o velho coronel tinha mérito "por ser o que é, pela integridade moral que representa", por ser um nobre adversário[25].

Em outubro de 1930, quando Quinzinho adoeceu gravemente, mais uma vez representantes do PD estadual se

[24]WALKER, 2000.

[25]Idem.

manifestaram positivamente em relação a ele. Em nota aos partidários, afirmou: "Teríamos grande satisfação se nossos distintos correligionários empregassem seus melhores esforços para poupar o velho político [...] de emoções que pudessem comprometer sua precária condição"[26]. A nota dizia, ainda, que a região de Ribeirão Preto devia "grande quantidade de benefícios" a esse adversário político.

Essa capacidade que os coronéis possuíam de articular correligionários e adversários, por meio do prestígio que possuíam, aumentou significativamente a capacidade de o município influenciar os sistemas estadual e nacional. Entretanto, com Quinzinho, essa característica era mais acentuada. Nunca o poder de barganha havia sido utilizado com tanta efetividade, como ocorreu sob a batuta do velho coronel.

Em 1932, já muito doente, Quinzinho fez uma de suas últimas inserções políticas. Em mensagem à Comissão Diretiva do PRP, de fevereiro daquele ano, posicionou-se pela restauração constitucional e autonomia de São Paulo. Durante a Revolução Constitucionalista, com seu genro, Jorge Lobato, e algumas empresas da cidade, doaram dinheiro para organizar as tropas locais. Houve ampla mobilização no município, em prol do movimento.

Em setembro daquele ano, um duplo golpe: dia 29, ocorreu a rendição formal de São Paulo, quando a cidade ainda estava de luto, pela morte do chefe político, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, no dia 14[27].

No contexto da crise financeira que se estabeleceu após 1929 e com a derrota na Revolução de 1932, a morte do coronel simbolizou

---

[26]WALKER, 2000.

[27]Idem.

o fim de uma era. Parecia, para quem viveu aquele momento, que o tempo áureo da Capital do Café havia acabado. Relatos de época contam sobre o desânimo e a desolação que se abateram sobre a sociedade local. Desemprego, erradicação de pés de café e fechamento de negócios tornaram-se comuns. Tudo isso, em meio ao estabelecimento de um novo sistema político centralizador, que diminuía o poder dos municípios, sob as ordens de Getúlio Vargas, passaram a fazer parte do cenário nacional.

As décadas seguintes seriam marcadas pela reorganização da economia e da política ribeirão-pretana. Novos arranjos e lideranças surgiram, outras culturas agrícolas floresceram e ganharam espaço nas terras roxas: arroz, feijão, milho, algodão e, principalmente, cana-de-açúcar.

Anos mais tarde, houve ainda quem recordasse com saudade dos tempos em que o município e o PRP eram dirigidos por Quinzinho. Entretanto, as mudanças eram inexoráveis, a política democrática municipal começava a dar resultados, enquanto a economia local se reerguia de maneira sólida. Não havia mais espaço no palco para super coronéis, mesmo se eles ainda existissem.

O sistema político caracterizado pelo coronelismo tinha sido sepultado, com o seu principal chefe político local. Ainda hoje, a herma, sem o busto do velho coronel, continua na Praça XV, acéfala. Simbolicamente representando a guilhotina da memória.

1869

Washington Luís: De Batatais a Presidente da República

Robson Mendonça Pereira

Ao longo de sua meteórica trajetória política, Washington Luís procurou associar a sua imagem pública ao imaginário do progresso e da modernização. A imprensa, em diferentes momentos, entre as décadas de 1910 e 1920, criou apelidos como "prefeito-esportista", "estradeiro", "presidente rodoviário" que revelam parcialmente algumas facetas dentre as várias cultivadas por essa complexa personalidade política.

A capacidade de Washington Luís de recorrer aos efeitos visuais e de "causar impressões na imaginação dos habitantes da cidade" de São Paulo foram empregadas durante a cerimônia de sua posse no governo paulista, em 1º de maio de 1920. O espetáculo incluiu no repertório de "desfiles, bandas, fanfarras, cavalaria, escolares e desportistas" um recurso inédito, a inclusão de uma esquadrilha de

aviões que desenvolveram manobras diversas como um voo rasante que provocou comoção popular.[1]

Washington Luís , presidente do Brasil entre 1926 e 1930. | Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Washington_Lu%C3%ADs_(foto).jpg

No entanto, a alcunha pelo qual Washington se tornou conhecido foi "Paulista de Macaé", que caiu no gosto popular a ponto

[1]SEVCENKO, 1992, p.79; 101.

de inspirar a composição de uma marchinha, gravada em 1927[2]. Uma versão contendo alteração na letra, apresentada no teatro de revista carioca, saudava a posse do novo e "democrático" presidente da República, alusão à gestão de Artur Bernardes, marcada pela censura e perseguição política: "Paulista de Macaé/ O homem de fato é/ E no Palácio das Águias, olé/ Com o povo ele pôs o pé/ Se a rua piso/ Com o sorriso/ Democrático/ Té me chamam de simpático/ E chego a encabular/ Isso porque vivo/ Tranquilo e não me aflijo/ E em vez da ilha do Rijo/ Busco o seio popular"[3].

Na sua origem, a expressão nem era elogiosa, ou sequer engraçada, pois tinha como objetivo detratar e ridicularizar um ainda jovem político em ascensão nas fileiras do poderoso Partido Republicano Paulista (PRP). A ideia era caracterizar Washington como um forasteiro, sem vínculos ou raízes com as famílias tradicionais que congregavam a elite política regional.

Por certo, Washington Luís Pereira de Sousa era natural do município fluminense de Macaé, nascido em 26 de outubro de 1869, e filho primogênito do tenente-coronel Joaquim Luís Pereira de Sousa e de Florinda Ludgera Sá Magalhães. Sua família descendia de imigrantes portugueses, que desembarcaram ainda no final do século XVIII. Seu pai era proprietário da Fazenda União,

---

[2]**PAULISTA DE MACAÉ**. PEREIRA, Pedro de Sá [Compositor]. ROCHA, Frederico [Intérprete]. Rio de Janeiro: Odeon. 1927. Disco 78 rpm, Odeon R 123252. Disponível em: https://discografiabrasileira.com.br/disco/19766/odeon-r-123252. Acesso em: 26 abr. 2022.

[3]A peça com título homônimo foi escrita por Marques Porto e Luiz Peixoto. O Palácio das Águias é como era conhecido popularmente o Palácio do Catete, residência oficial do presidente da República. A ilha do Rijo, na Baía de Guanabara, era o local das instalações da Marinha, à época.

próxima a Macaé, na qual criava gado e plantava café, algodão, cana, fumo e empregava mão de obra escrava[4].

Em 1884, o ainda adolescente Washington iniciou seus estudos secundários no afamado Colégio Pedro II, transferindo-se no ano seguinte para o Colégio Augusto, ambos na capital do Império. O ano de 1889 representou uma mudança de ares, com seu ingresso no Curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo.

Naquele ambiente, gestava-se uma nova geração de políticos bastante pragmática, influenciada pelo ideário positivista de sociedade moderna organizada em bases científicas, incorporando princípios do evolucionismo e favorável aos empreendimentos capitalistas da burguesia cafeicultora.

Concluído o curso, em 1891, o novíssimo bacharel conseguiu imediatamente uma nomeação para a promotoria do município fluminense de Barra Mansa. Após assumir, logo se mostrou desiludido com a função. Mas, em meados de 1893, recebe a visita de Joaquim Celidônio, um colega dos tempos de faculdade, que conta a Washington sobre o rápido crescimento do escritório de advocacia que havia montado na promissora cidade de Batatais, localizada no nordeste paulista. Propõe, ainda, que se tornassem sócios, visto que já não conseguia dar conta da demanda de processos. Essa narrativa convincente de sucesso persuadiu Washington, que logo se exonerou do cargo e embarcou num trem rumo àquelas paragens[5].

Instalado em Batatais, foi se inteirando de seu novo ofício, representando proprietários locais, principalmente em questões que

[4]DEBES, 1994, p.15

[5]MARQUES, 1957, p. 9-10

envolviam divisão e demarcação de terras.[6] Em pouco tempo, começou a se destacar nos meios jurídico e político locais. O impulso para o ingresso na carreira política veio na indicação, por parte da Câmara Municipal, para que elaborasse um projeto de Código de Posturas, algo equivalente a uma lei orgânica municipal, empreitada à qual se dedicou com afinco. O texto foi convertido em lei e aprovado praticamente sem emendas, ainda em 1894.

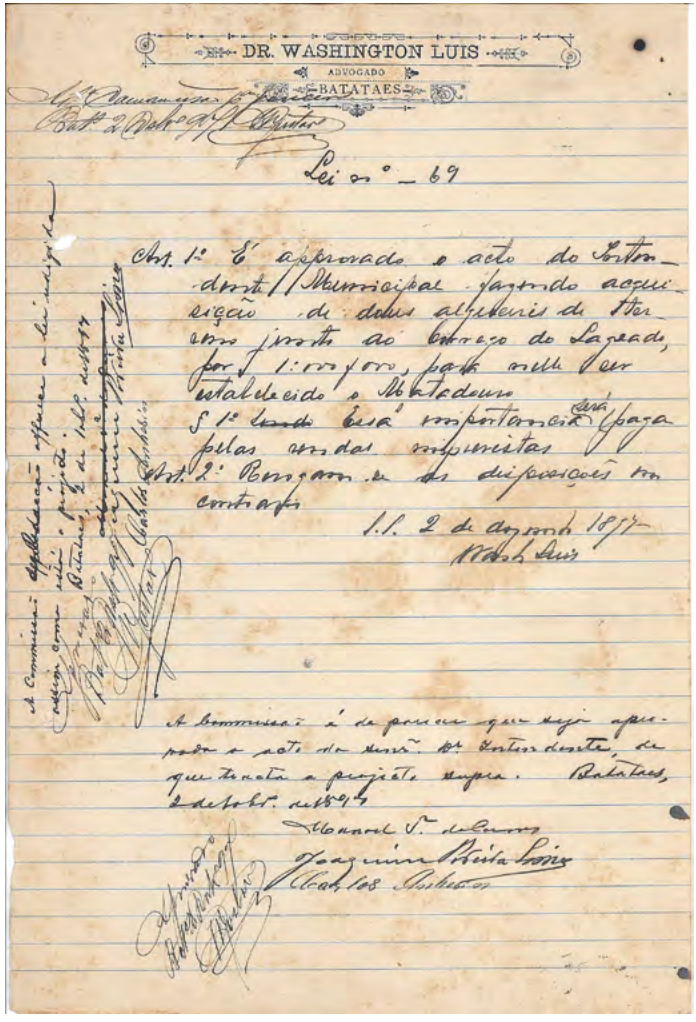
Esse foi o passaporte para sua eleição a vereador, no ano seguinte. Naquela época, Batatais já era servida pelos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana; sua população crescia; as atividades urbanas se diversificavam; assim como os negócios do café, principal atividade econômica do município, porém, conforme descreve um cronista local, a cidade mais lembrava um imenso curral, por onde transitava uma infinidade de animais, com ruas esburacadas, casarões coloniais decadentes e carecendo de melhoramentos sanitários[7].

O agrupamento político de oposição, no qual Washington militava, tornou-se situação, em 1897, e o escolheram para a Presidência da Câmara. Naquela ocasião, criou, com Celidônio e Altino Arantes, o jornal "A Lei", como principal órgão do grupo político. Participava de saraus, tertúlias literárias e da apresentação de espetáculos públicos, incentivando as atividades da Sociedade Dramática Joaquim Augusto. Ainda em outubro, os vereadores o conduziram a assumir um cargo executivo, a Intendência Municipal (equivalente a prefeito), para viabilizar as propostas de transformação urbana tão ansiadas.

---

[6]AESP. APWL. Caixa 1, pacote 2, pasta 2. O material consta do Arquivo Washington Luís, segundo lote. "Iniciação como advogado (1894-1899)". (Ver também: MARQUES, 1958, p.366).

[7]FERNANDES, 1939, p.116-8.


DR. WASHINGTON LUIS
ADVOGADO
BATATAES

Lei n° – 69

Art. 1° É approvado o acto do Intendente Municipal fazendo acquisição de dous alqueires de terras junto ao Corrego do Lageado, por 1:000$000, para nelle ser estabelecido o Matadouro
§ 1° A quantia será paga pelas rendas ordinarias
Art. 2° Revogam-se as disposições em contrario

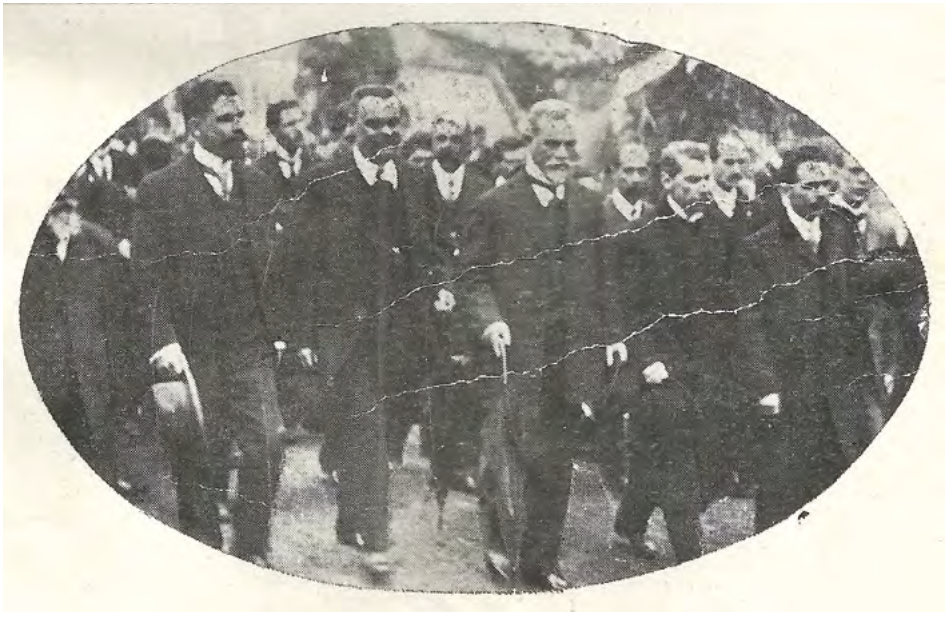
S. L. 2 de agosto 1897
Washington Luis

A Commissão é de parecer que seja approvado o acto da Intendencia. Batataes, 2 de outubro de 1897
Manoel J. de Campos
Joaquim Pereira Luiz
Cassiano Ribeiro

Papel timbrado do advogado Washington Luís com registro de Lei em 1898. | Fonte: Arquivo Histórico da CMB.

Nos três anos de seu mandato, Washington modernizou a cidade com uma infraestrutura material e os serviços necessários. Começou introduzindo mudanças tributárias, para melhorar a eficiência da arrecadação de impostos. Tomou um empréstimo, que foi destinado

à ampliação do sistema de canalização e distribuição de água; determinou a instalação de um sistema de fossas móveis; a implantação de um serviço de limpeza pública; a regularização de vias urbanas e dos principais largos; a ampliação da iluminação pública; a construção de um mercado público e um matadouro; a reforma do teatro municipal; ainda destinou recursos para o ensino primário; e, por fim, adquiriu um edifício, no qual foi instalado o Paço Municipal[8].



Washington Luís, primeiro à esquerda, em Batatais para a inauguração do Grupo Escolar em 1911. | Fonte: Revista Ilustração Paulista, 1911

Esse amplo rol de melhoramentos urbanos colocou a cidade de Batatais em patamar equivalente às transformações que se faziam sentir nos principais municípios da zona da Alta Mogiana, naquele

[8]PEREIRA, 2005.

final do século XIX[9]. Alguns anos mais tarde, Washington retornaria a Batatais para a inauguração de seu primeiro grupo escolar, ocasião na qual seria especialmente homenageado, com seu nome batizando o estabelecimento de ensino.

No plano sentimental, conheceu sua futura esposa, Sofia Paes de Barros, filha dos barões de Piracicaba, por meio do primo Everardo Vallim Pereira de Sousa. O casamento ocorreu em março de 1900, e pouco tempo depois o casal mudou-se para a capital. Além das atividades como advogado, Washington frequentava regularmente o Arquivo do Estado e passou a se interessar pela história paulista colonial, vindo a publicar alguns desses estudos na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

É óbvio que ambicionava viabilizar a candidatura a deputado estadual. A chance veio em 1903, quando o tio de sua esposa, João Batista de Melo Oliveira foi admitido na poderosa Comissão Executiva do PRP, ocasião em que o nome de Washington Luís foi confirmado na lista de candidatos à Assembleia Legislativa estadual. Tão logo assumiu o mandato, tornou-se uma figura bastante atuante nos debates e na defesa de seus projetos de lei. Destacou-se como secretário na Constituinte Estadual de 1905 e como membro da comissão de reforma da Lei Orgânica dos Municípios paulistas.

Esse desempenho no legislativo foi considerado brilhante, para um novato, e chamou a atenção das lideranças do governo de Jorge Tibiriçá, que procuravam um candidato à altura para assumir a

[9]O nordeste paulista, com algumas pequenas alterações até a década de 1880, se constituía de seis municípios (Franca, Batatais, São Simão, Cajuru, Ribeirão Preto e Igarapava), com uma população em torno de 63.229 habitantes; com os sucessivos desmembramentos aumentou para 13 municípios, em 1900, enquanto a população triplicou, chegando a 186.165 habitantes, fato, aliás, que não iria se repetir durante todo o século XX, na região.

recém-criada pasta da Justiça e Segurança Pública. O secretário da Agricultura, Carlos Botelho, indicou, então, Washington para o posto, argumentando que ele reunia os atributos necessários para executar a nova lei de reorganização da polícia civil e um processo de reforma do Judiciário.

Investido no cargo, o novo secretário enfrentaria enormes desafios e também contrariedades. No campo da Justiça, as novidades foram sendo introduzidas gradativamente. Começou pela instituição de regras para viabilizar os processos civil e criminal, a revisão das custas judiciais e a regulamentação do funcionamento do Ministério Público. Os principais dilemas, na área de Segurança Pública, deram-se no processo de implantação da carreira policial, que tinha como objetivo estabelecer a "polícia sem política", isto é, tentar reduzir a interferência dos coronéis do interior, principalmente durante os pleitos eleitorais[10]. Medidas importantes foram o estabelecimento de concurso público para delegado de polícia; a promoção por classe; e outras inovações.

Sofisticadas técnicas e novos instrumentos de investigação policial foram incorporados, como a adoção, pelo Gabinete de Identificação, do sistema datiloscópico e do serviço fotográfico. O serviço dos médicos-legistas passava a contar com um Laboratório Químico-Legal e um novíssimo necrotério. Uma estação telegráfica foi instalada na secretaria, para integrar a comunicação.

Naquele início de século, uma série de invenções e técnicas modernas começaram a ser introduzidas na Pauliceia. Esse foi o caso do bonde elétrico; da eletricidade no mundo doméstico; do cinematógrafo, fonógrafo e telefone; os quais, em compasso com a industrialização, começava a modificar profundamente o

[10]FERNANDES, 1974, p.149-50

cenário urbano da capital, que perdia definitivamente seus traços provincianos.

Dentre essas inovações, o uso do automóvel era apreciado pela elite paulista, como um símbolo de *status* e de consumo requintado. Ainda em 1908, é fundado o Automóvel Clube de São Paulo, entidade que reunia um grupo de empresários e políticos ligados a famílias poderosas, como os Prado; Chaves; Sousa Queirós; e Penteado.[11] Sua ação será importante para a difusão do automobilismo e das estradas de rodagem.

Esse entusiasmo contagiou Washington Luís que, muito cedo, percebeu o efeito simbólico do automóvel como artefato que passava a representar um ideal máximo de cosmopolitismo. Ainda como secretário, passou a utilizá-lo em seus deslocamentos oficiais. Frequentemente participava de *raids* e experimentos automobilísticos, em companhia de amigos, como Antônio Prado Júnior, do senador Freitas Valle, ou do secretário do Interior, Altino Arantes, percorrendo as estradas próximas à capital, em passeios geralmente marcados por transtornos, devido ao péssimo estado em que se encontravam.

Esse processo de intensa modernização urbana e suas contradições geraram fortes disputas em torno do controle político da capital. Nas eleições municipais de 1913, o PRP encontrava-se dividido em duas alas poderosas. Uma primeira, controlada por Bernardino de Campos e Jorge Tibiriçá, favorável à expansão de empresas estrangeiras prestadoras de serviços públicos, como a Light and Power e a City of São Paulo Improvements Co. A segunda ala era controlada pelo grupo do conselheiro Rodrigues Alves, defensora do capital nacional e da iniciativa de empresas como a Companhia Docas de Santos, de Gaffrée e Guinle.[12]

---

[11]REIS FILHO, 1997, p.147.

[12]SAES, 1986, P.192.

Bernardino procurava uma jovem liderança capaz de assumir a prefeitura da capital. Sua escolha recaiu em Washington Luís, que conhecia desde o governo Tibiriçá. Percebeu que o secretário reagia à pressão modernizante com igual força, procurando desenvolver um conceito moderno de ação do Estado e de manutenção de sua hegemonia.[13]

Em 14 de janeiro de 1914, os recém-empossados vereadores da Câmara Municipal paulistana realizaram eleições internas para escolha dos cargos deliberativos. Cumprindo acordo prévio, votaram em Washington Luís para prefeito, em Raimundo Duprat para presidência da casa e Mario de Amaral para primeiro-secretário.[14] No seu discurso de posse, Washington criticou as administrações recentes, do conselheiro Antônio Prado e do barão Raymundo Duprat, pelo excessivo endividamento público que resultaram na incapacidade financeira do município.[15]

A primeira gestão de Washington (1914-1916) foi marcada pela austeridade. A reabilitação do crédito da municipalidade dependia de equacionar um elevado déficit fiscal. Os custos com o pagamento de juros e a amortização de empréstimos cresceram enormemente. A solução foi a renegociação, com a tomada de um empréstimo

---

[13]SEVCENKO, 1992, p.231.

[14]**ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1914** (1º anno da 8ª legislatura), organizado pelo tachygrapho Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1914, p. 56-7. As comissões permanentes se compuseram da seguinte forma: Alcântara Machado, Joaquim Marra e Álvaro Gomes da Rocha Azevedo (Justiça); Carlos Botelho, Oscar Porto e Henrique Fagundes (Higiene); Raphael Archanjo Gurgel, Baptista da Costa e Ernesto Goulart Penteado (Obras); João Maurício Sampaio Vianna, Mario do Amaral e Oscar Porto (Finanças).

[15]CÂMARA MUNICIPAL. **O comércio de São Paulo**. São Paulo, 11 jan. 1914, p. 4.

externo, em fins de 1914, no valor de U$ 5.500.000, de dois bancos norte-americanos, em condições muito melhores. No ano seguinte, deu andamento a uma reforma administrativa para disciplinar os gastos, reduzir despesas e incrementar a arrecadação de impostos.

Nesse mesmo período, a Primeira Guerra Mundial atinge o mercado cafeeiro, pois a queda no volume de exportações do item mais significativo de nossa pauta reduz o preço internacional do grão. Em São Paulo, ocorre brusca diminuição da atividade industrial, gerando desemprego e carestia. Diante da grave crise de abastecimento, Washington teve a iniciativa de instalar dez "mercados francos" ou feiras livres, em diversos pontos da capital, entre 1914 e 1917, que funcionavam semanalmente, coexistindo com os três mercados municipais (Pinheiros, rua São João e rua 25 de Março), além do informal Mercado dos Caipiras.

Percebendo as dificuldades para reeleger-se para mais um mandato (1917-1919), Washington resolveu se arriscar, sugerindo a seu amigo e governador recém-eleito, Altino Arantes, a votação de uma lei estadual, estabelecendo a eleição direta do prefeito da capital. Este não só aprovou a ideia como garantiu sua recondução à prefeitura da capital.

Contando com o prestígio e os recursos da máquina política estadual, Washington passa a se dedicar a promover suas próprias realizações na cidade. Nessa linha, procura retomar o Plano Bouvard, conjunto de intervenções urbanísticas iniciadas na gestão Duprat. Para tanto, recorreu ao experimentado engenheiro Vítor Freire, diretor de Obras e Viação, para sua viabilização.

Entre 1914 e 1917, foram executadas obras de demolição na área central, o asfaltamento de vias, como a rua Libero Badaró e a avenida São João, o ajardinamento do largo do Paissandu. O parque do Anhangabaú foi remodelado e ajardinado, privilegiando apenas o necessário, em termos de sua funcionalidade e salubridade, devido as restrições de recursos.

A solução para reunir diversas repartições municipais e o gabinete do prefeito, foi arrendar um dos edifícios do Palacete Prates localizado no Anhangabaú. Em 1918, começaram as primeiras intervenções na várzea do Carmo para criação do futuro parque D. Pedro II, prevendo-se a implantação de campos esportivos e de um mercado público. O parque seria inaugurado somente em 1922, como parte da comemoração do Centenário da Independência. Na requintada avenida Paulista, o belvedere "Trianon", criado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, oferecia aos visitantes um panorama privilegiado da cidade que se expandia. Naquelas imediações, encontrava-se a luxuosa Rôtisserie Sportsman, frequentada pela fina flor da elite e na qual se realizavam comemorações e lançamentos oficiais de candidaturas.

Washington frequentava esses espaços e também a Villa Kyrial, residência do senador Freitas Valle, que a transformou em salão literário, no qual promovia saraus, que se tornou ponto de encontro da nata de escritores, artistas e intelectuais paulistanos, entre as décadas de 1910 e 1920.[16] Valle realizava também certames culinários e de degustações. Fundou a "Ordem dos Gourmets", composta quase exclusivamente por figuras do alto escalão do governo paulista, como Washington Luís, Carlos de Campos, Rodrigues Alves, Altino Arantes e Júlio Prestes.[17]

Procurando fortalecer sua imagem e influência, o prefeito Washington passou a patrocinar provas automobilísticas e a condecorar pilotos de avião que se arriscavam em travessias heroicas. Envolveu pessoalmente na organização de competições esportivas, como as "Regatas Washington Luís", a Prova Estadinho de atletismo, e o Primeiro Campeonato Estadual de Luta Romana.

---

[16]CAMARGOS, 2001, p. 40-1.

[17]Idem, p. 73-4.

Justificava-se, assim, a denominação criada pela imprensa quando se referia a Washington chamando-o de "prefeito-esportista".[18]

Um evento significativo organizado por Washington foi a Primeira Exposição Industrial de São Paulo, em outubro de 1917. Realizada estrategicamente nos salões do novíssimo Palácio das Indústrias, procurou utilizar efeitos da propaganda para veicular uma imagem da capital como futura metrópole industrial.

Naquele mesmo ano, o prefeito patrocinou outro evento: o Primeiro Congresso de Estradas de Rodagem de São Paulo, durante o qual foram realizadas excursões às três principais obras rodoviárias da época: a estrada da Cantareira, a estrada dos "Sentenciados" (ligando São Paulo a Jundiaí) e as obras de melhoria do Caminho do Mar.[19] Washington terminou seu mandato tendo recuperado cerca de 300 quilômetros de estradas no entorno da capital.

Esse tema se tornaria a base do seu plano de governo como presidente do Estado de São Paulo[20]. Montou ambicioso programa rodoviário que seria desenvolvido ao longo do mandato (1920-1924). Começou pela instalação Inspetoria de Estradas de Rodagem que se responsabilizaria pela consecução do projeto de construção de rodovias até os estados vizinhos, reforçando a centralidade dos eixos Campinas–São Paulo e São Paulo–Santos. Procurou-se facilitar o acesso às terras nas frentes de colonização, com o aproveitamento de estradas construídas por empresas privadas no interior. Nesse período eram evidentes os avanços técnicos efetuados na recuperação do Caminho do Mar, que teve o primeiro trecho da América Latina pavimentado em concreto, efetuado entre 1921 e 1922.

---

[18]SEVCENKO, 1992, p. 55, 70 e 79.

[19]ANNAES do 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem reunido em São Paulo em 1917, v. 1, 1917

[20]FONSECA, 1920, p. 101.

Durante o 3º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, em 1923, foram realizadas, como de costume, as excursões às cidades de Jacareí, Santos e Santo Amaro, nas quais os congressistas, muitos vindos do interior, tiveram a oportunidade de conhecer as mais modernas rodovias construídas no país na época. Nesse evento, foi realizada uma exposição de automóveis, no gênero dos atuais Salões do Automóvel, com ampla utilização dos mais sofisticados recursos de propaganda para anunciar as novidades tecnológicas no campo automobilístico, contando até mesmo com a demonstração, em campo aberto, do funcionamento prático de maquinário agrícola e de construção de estradas na Exposição de Máquinas.[21]

Em 1924, o governo estadual de Washington deixou construído um total de 1.236 quilômetros de estradas de rodagem, trafegados por 22.432 veículos, incluídos aí 4.395 caminhões. Houve um tremendo esforço no sentido de associar a construção de rodovias a uma espécie de "novo bandeirismo", no imaginário coletivo, como foi o caso declaradamente motivado dos festejos quando da inauguração dos monumentos na Serra do Mar e dos marcos na calçada de Lorena, durante a comemoração do Centenário da Independência (1922). A Associação Paulista de Estradas de Rodagem chegou a organizar provas de turismo simbolicamente nomeadas "Bandeiras Washington Luís"[22]

Sua projeção, no plano político nacional, tornou-o postulante à sucessão de Artur Bernardes na Presidência da República. No banquete realizado no Automóvel Clube do Brasil, em 28 de dezembro de 1925, leu sua Plataforma de Governo. Os pontos principais haviam sido revelados em entrevista que Washington concedera dias

---

[21]ANNAES do 3º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem reunido em S. Paulo em 1923, v. 3, 1924.
[22]REIS FILHO, 1997, p. 149.

antes à Agência Americana: apaziguamento; anistia; economia e finanças; câmbio; circulação e moeda; revisão constitucional.

O candidato Washington procurou expor suas opiniões de maneira bastante cuidadosa, evitando se comprometer em demasia com assuntos que diziam respeito à administração que findava; de um lado, esquivava-se de comprometer-se com assuntos espinhosos, como o da anistia aos militares envolvidos nas rebeliões tenentistas, e, por outro lado, tentava demonstrar que os acordos firmados para sua candidatura não significavam total continuidade com a política financeira adotada por Bernardes.

No início de seu governo, Washington foi suspendendo parcialmente o estado de exceção, e, com a gradativa diminuição do clima de instabilidade, libertou presos políticos, havendo até comemoração popular, o que explica o tom esperançoso da marchinha citada no início do texto.

Porém, as lideranças do Exército pressionavam o governo para não conceder anistia aos militares rebeldes, para evitar possíveis novas conspirações, como a Coluna Prestes. Em 1927, o Congresso aprovou a Lei Celerada, que restabelecia a censura, colocando o Partido Comunista na clandestinidade e limitando o direito de manifestação.

A aliança entre São Paulo e Minas, nesse contexto, começava a desmoronar. A política econômica do governo de Washington era considerada insustentável por privilegiar o setor cafeeiro, em detrimento do restante da economia nacional. O descontentamento dos mineiros acabaria promovendo sua aproximação com os gaúchos. A crise provocada pela sucessão se desdobraria em revolução e, consequentemente, na deposição de Washington, que seguiria para o exílio.

Encerrava-se a era da República dos coronéis.

1873

Da terra roxa ao céu azul: O voo do menino Dumont

Lilian R. O. Rosa
Helena de Oliveira Rosa

A maioria das pessoas tem os seus ídolos. Com os brasileiros, isso não é diferente. Trata-se do movimento de olhar para os feitos de alguém e pensar "É do Brasil!". O peito enche-se de orgulho, gerando identificação e sentido de pertencimento. Esse encontro com a nacionalidade acontece em vários momentos. Ocorre ao assistir o tão esperado gol contra o time adversário, na Copa do Mundo, ao ver um atleta envolver-se na bandeira do Brasil, depois de superar a si mesmo e conquistar uma medalha nas Olímpiadas.

O orgulho também desperta quando, mesmo diante de todas as dificuldades e falta de apoio, cientistas e inventores brasileiros ganham reconhecimento por seu trabalho mundo afora. E não são poucos. Para destacar alguns, é preciso lembrar Bartolomeu de

Gusmão[1], que fez subir o primeiro balão; Vital Brasil, com o soro antiofídico[2]; Adolfo Lutz[3], com a identificação do *aedes aegypti*, e o agente transmissor da malária; Carlos Chagas[4], e a identificação da causa da doença que foi batizada com seu nome; Oswaldo Cruz[5], e a luta contra a febre amarela, varíola e peste bubônica. Para representar as mulheres: Duilia de Mello[6], astrônoma brasileira, que descobriu a maior galáxia espiralada já conhecida.

O leitor deve ter sentido falta de alguns nomes nesta lista. De fato, seriam necessárias muitas páginas para fazer jus às mulheres e aos homens que construíram a história da ciência brasileira. Contudo, há um, em especial, que deve ganhar um destaque nesse elenco de cientistas: Alberto Santos Dumont. Em uma rápida pesquisa na internet, em busca dos maiores cientistas do Brasil, dificilmente ele será encontrado entre os "Top 10". Isso se explica, principalmente, por seu nome estar associado à inventividade. Na aviação, ele é um ídolo nacional, sem sombra de dúvidas. Não é raro o brasileiro que já não tenha defendido que o inventor mineiro é o pioneiro na criação do avião. Um norte-americano discordaria.

---

[1]Bartolomeu de Gusmão, o padre voador, foi um religioso e inventor que viveu entre 1685 e 1724. Sua invenção chegou a ser apresentada ao rei de Portugal, D. João V, em pessoa.

[2]Mineiro, entre outras atividades, trabalhou no Instituto Butantan, dedicando-se 20 anos à produção de soros e vacinas. Viveu entre 1865 e 1950.

[3]Viveu entre 1855 e 1940. Especializou-se em medicina tropical, identificando o *aedes aegypti*.

[4]Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas era médico sanitarista e viveu entre 1879 e 1934.

[5]Paulista, viveu entre 1872 e 1917.

[6]Nascida em 1963, atualmente, é professora titular de Física e Astronomia da Universidade Católica de Washington /EUA.

Diria que foram os Irmãos Wright[7]. Um alemão, afirmaria ser Otto Lilienthal[8]. Na Inglaterra, as pessoas não levariam mais do que segundos para responder o nome de Georfe Cayley; os franceses celebraram, em 1990, o primeiro século da aviação, baseados nas tentativas de voo de Clément Ader[9].

Alberto Santos Dumont. | Fonte: Museu de Dumont

[7]BRANDÃO, Mauricio Pazini. The Santos Dumont Legacy to Aeronautics. 31ST CONGRESS OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF THE AERONAUTICAL SCIENCES. Belo Horizonte, Brazil, September 09-14, 2018. Disponível em: https://icas.org/ICAS_ARCHIVE/ICAS2018/data/papers/ICAS2018_0089_paper.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

[8]Idem.

[9]Idem.

Independentemente de ter sido ou não o primeiro, o fato é que Santos Dumont se lançou aos céus com suas invenções construídas a partir de métodos científicos e, com isso, transformou a história da aeronáutica. Mas, antes de voar, o inventor precisou criar raízes que alimentassem o seu gosto pelo aprendizado e pelas descobertas. Elas nasceram justamente em uma fazenda de café localizada no interior do Estado de São Paulo.

Conta, o jovem Alberto, que o imaginário europeu pintava as fazendas brasileiras como lugares pitorescos e primitivos, perdidas na imensidão do sertão. Locais onde as pessoas não tinham conhecimento do carrinho de mão, da energia elétrica ou do telefone[10]. Muito distante dessa imagem, estavam plantações de café de São Paulo[11] e, particularmente, a fazenda onde cresceu, localizada na região de Ribeirão Preto.

A vida na fazenda de café: Brincadeiras e experimentação

Santos Dumont nasceu em 20 de julho de 1873, na cidade mineira de Cabangu. Filho de Henrique Dumont, engenheiro da Estrada de Ferro do Brasil, responsável por construir um dos trechos da linha férrea D. Pedro II[12]. Após o fim da construção, dedicou-se

---

[10]SANTOS DUMONT, Alberto. **Os meus balões** (Dans L' Air). Traduzido por A. de Miranda Bastos. Brasília: Fundação Rondon, 1986.

[11]Idem.

[12]DERMATINI JR, Zeferino; GATTO, Luana A. Maranha; LAGES, Roberto Oliver; KOPPE, Luis Gelson. Henrique Dumont: how a traumatic brain injury contributed to the development of the airplane. **Arq. Neuro-Psiquiatr**. 77 (1), Jan. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anp/a/

à lavoura no Rio de Janeiro[13]. Já conhecedor do potencial da cafeicultura, Henrique presenciava a baixa produtividade da fazenda de café de seu sogro, sem ter espaço para implementar inovações[14]. Nessa fase, as terras vermelhas da região já eram conhecidas do velho Henrique. Conta Alberto que seu pai havia explorado essas matas anteriormente e ficara maravilhado[15]. Assim como outras figuras emblemáticas da época, como os Barreto e os Prado, ouviu o "chamado da sereia" sobre o potencial do Oeste Paulista e abraçou a oportunidade de iniciar uma nova vida.

Com a mulher, os oito filhos e uma ideia no bolso, em 1879, seguiu em direção a Ribeirão Preto; naquela época, sem acesso pelos trilhos do trem, e distante três dias de viagem da estação mais próxima da Cia. Mogiana[16]. Depois de um ano, adquiriu um desdobramento da Fazenda Lageado[17]. O engenheiro e cafeicultor também comprou 2.856 hectares da Fazenda Sertãozinho, e pedaços de terra de diversos proprietários. Com a ajuda dos filhos e do genro, organizou uma das maiores propriedades do Estado de São Paulo, com aproximadamente 5 mil alqueires[18].

Santos Dumont retrata o pai com uma energia tão intensa quanto a sua confiança no futuro, desbravando o sertão e

---

pfYxWhMZrPFNk7DGBGBnNFL/?lang=en&format=html. Acesso em: 19 fev. 2022.

[13]Idem.

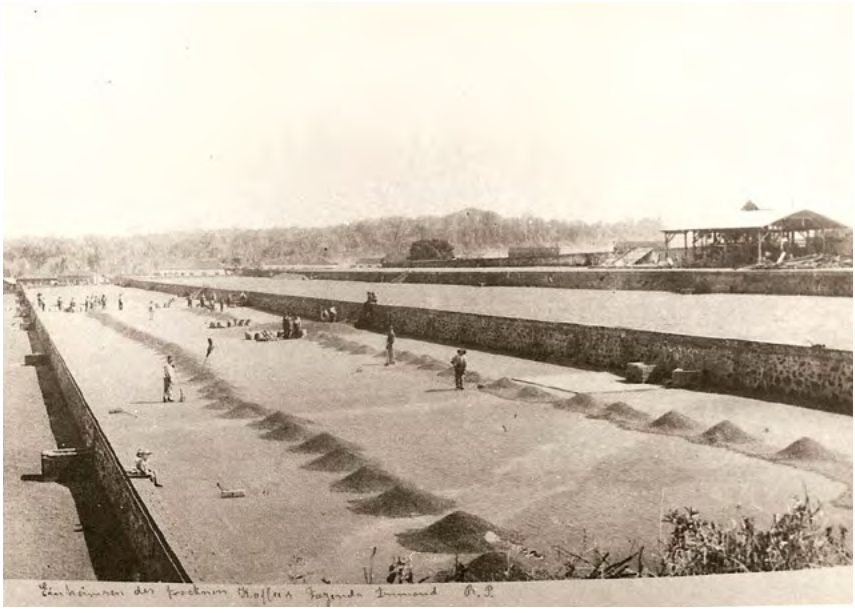
[14]DERMATINI JR, Z. et al., 2019.

[15]Idem.

[16]SANTOS DUMONT, 1987.

[17]ZAMBONI, Ernesta. Estudo da rede fundiária da área de Ribeirão Preto - Fazenda Lageado: Um estudo de caso no período de 1874 a 1900. **Ribeirão Preto**. A cidade como fonte de pesquisa. USP-Ribeirão Preto, p. 17-43.

[18]Idem.



Fazenda Dumont, vista de terreiros de café (1902) | Fonte: APHRP, F060. Fotógrafo: João Passig.

cultivando o solo. De maneira arrojada, ao longo de dez anos de trabalho, transformou as matas em cerca de 5 milhões de cafeeiros, cortados por uma estrada de ferro particular, construída por ele próprio, e que ligava à cidade de Ribeirão Preto[19]. Entre 1880 e 1887, concluiu dez compras de terras, no município de Ribeirão Preto. Tornou-se um grande cafeicultor e pioneiro na plantação em larga escala com a utilização equipamento de beneficiamento do café[20]. A produção cafeeira lhe rendeu o título de primeiro "Rei do Café" do Brasil.

---

[19]SANTOS DUMONT, A. 1987.

[20]MARCONDES, Renato Leite. Vastos cafezais e grandes dívidas: Crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 48 n. 2, p. 283-310, 2018.

Nas memórias de Alberto, a imensidão da fazenda do pai tornou-se um lugar sugestivo à imaginação e ao desenvolvimento da curiosidade pueril. O menino viveu os tempos da moderna produção de café, que aumentou a sua produtividade a partir do método científico. Desde o momento em que os grãos chegavam à usina de beneficiamento, até a hora em que, pronto para o consumo, o café embarca nos transatlânticos, nenhuma mão humana o tocava! As máquinas adquiridas pelo pai faziam todo o trabalho!

Com 7 anos, Santos Dumont já tinha autorização para guiar as locomotivas de grandes rodas que eram usadas para o trabalho nos campos. Aos 12, tomava o lugar do maquinista nas locomotivas Baldwin, que puxavam os trens carregados de café nas 60 milhas de linhas de ferro existentes entre as plantações. Quando o pai e os irmãos subiam nos cavalos, para verem os cafeeiros, Alberto fugia para a usina, preferindo brincar com as máquinas de beneficiamento[21].

Para o menino admirador de Júlio Verne, com quem aprendeu as primeiras lições de aeronáutica, a fazenda era o espaço perfeito para experimentar, testar hipóteses e plantar em seu coração o desejo de inventar algo para os problemas que observava[22].

A curiosidade de menino se transformou em inquietação adolescente e, na busca por conhecimento, Santos Dumont viu o primeiro balão com 15 anos, em uma exposição em São Paulo[23].

---

[21]MARCONDES, Renato Leite. Vastos cafezais e grandes dívidas: Crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 48 n. 2, p. 283-310, 2018.

[22]SANTOS DUMONT, A. **O que eu vi, o que nós veremos**. Small Axe Books., 1918.

[23]SANTOS DUMONT, A. 1987.

Um aeronauta profissional fez uma ascensão para saltar com um paraquedas. Naquela época, já tinha conhecimento do movimento da aerostação, que realizou um conjunto de brilhantes experiências entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do XIX. Além disso, tinha desenvolvido admiração pelos "quatro gênios" da navegação área: os Montgolfier, os físicos Charles e Pilâtre de Rogier e o mecânico Henry Giffard[24].

Diferentemente dos experimentadores da aerostação, partidários dos aparelhos mais leves que o ar, Santos Dumont queria construir balões. Durante as longas e ensolaradas tardes brasileiras, acompanhado pelo zumbido constante dos insetos, ele se deitava à sombra, na varanda da casa sede da Fazenda Dumont, e ficava horas a contemplar o céu azul do sertão. Admirava a facilidade com que os pássaros, ao abrir suas longas asas, atingiam grandes alturas. Apaixonado pelo espaço livre, meditava sobre esse grande oceano celeste e criava aeronaves e inventava máquinas[25].

Tais devaneios, o rapaz guardava para si mesmo. Santos Dumont acreditava que, naquela época, qualquer um, no Brasil, que falasse em inventar máquinas voadoras, como um balão dirigível, seria visto como desequilibrado ou visionário. Os aeronautas eram considerados acrobatas de circo. E, se o filho de um fazendeiro de café sonhasse em se tornar um desses, estaria cometendo um verdadeiro pecado social. A questão, entretanto, é que Henrique Dumont não era um fazendeiro de café comum. Engenheiro, confiava que o futuro do mundo estava na mecânica[26]. E, mais do que tudo, acreditava no filho.

---

[24]SANTOS DUMONT, A. 1987.

[25]Idem.

[26]Idem.

Em dezembro de 1890, Henrique Dumont sofreu um grave acidente, durante uma das inspeções da fazenda. No ano seguinte, viajou a Paris/França, para se tratar, e levou Alberto consigo[27]. Na véspera da partida de volta ao Brasil, Santos Dumont visitou, com o pai, uma exposição de máquinas no Palácio da Indústria. Ao ver, pela primeira vez, um motor movido a petróleo, não disfarçou o seu espanto. Em seus relatos, o futuro inventor conta que ficou parado diante da máquina, como que pregado ali pelo destino. Seu pai seguiu caminho e, percebendo a ausência do filho, voltou e perguntou o que tinha acontecido. O jovem começou a contar toda a sua admiração por ver funcionar aquele motor e Henrique respondeu "por hoje basta". Aproveitou para pedir ao pai para fazer daquele passeio os seus estudos, o que o fazendeiro, distraído, não respondeu de imediato[28].

Naquela mesma noite, no jantar de despedida com a família e os antigos companheiros de escola de Henrique, pediu aos presentes que cuidassem de Alberto, porque ia fazer o jovem voltar a Paris para terminar os estudos. Logo após o jantar, Santos Dumont correu entre vários livreiros e comprou todos os livros que encontrou sobre balões e viagens aéreas. Na volta ao Brasil, em uma manhã, Santos Dumont foi surpreendido com um convite do pai para ir à cidade. No cartório, mandou o tabelião lavrar a escritura da emancipação do menino de 18 anos. Já em casa, no escritório do pai, recebeu do velho cafeicultor títulos no valor de muitas centenas de contos. Queria ver como o filho se fazia homem. Preferia que não fosse doutor, mas que fosse a Paris, e com o auxílio dos primos, estudasse Química, Física e Mecânica[29]. E, assim, foi o menino, criar asas.

---

[27]DERMATINI, *et al.*, 2019.

[28]SANTOS DUMONT, A. 1918.

[29]Idem.

A vida em Paris: Inovação e ciência

Chegando em Paris, uma de suas primeiras iniciativas foi procurar por pessoas que faziam ascensões em balão, na tentativa de realizar um passeio. Desistiu, diante dos preços e dos riscos[30].

Durante anos, Alberto estudou e viajou, trabalhando em segredo as suas ideias, com medo de ser arruinado[31]. Entretanto, um encontro, em 1897, mudou a sua vida.

Na época, Santos Dumont acompanhava, pelos jornais ilustrados, a expedição dos suecos Salomon Auguste Andreé, Nils Strindberg e Knud Fraenkel, para o Polo Norte. A viagem terminou em desastre, com os três aeronautas morrendo enquanto aguardavam o resgate. Henri Lachambre e Alexis Machuron, responsáveis pela construção do balão da expedição, lançaram um livro contando o que havia ocorrido[32]. Santos Dumont leu a obra em uma viagem de retorno do Brasil e se impressionou com as ideias dos atores[33]. Era preciso encontrá-los.

Pediu a Lachambre e Machuron para subir no balão, pagando 250 francos pela empreitada. Ficou perplexo em ver Paris daquela altura! Naquele momento, Santos Dumont teve certeza de que nascera para ser aeronauta. Tudo se apresentava muito simples e fácil, não sentia vertigem e nem medo. Logo, transmitiu o desejo de construir o seu próprio balão. Pouco

---

[30]SANTOS DUMONT, A. 1918.

[31]Idem.

[32]LINS, Henrique. Alberto Santos Dumont: O pioneiro da aviação. **Revista Exacta**, v. 4. n. 1, 2006. p. 35-46. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/exacta/article/view/643/612. Acesso em: 23 fev. 2022.

[33]Idem.

depois, nasceu o "Brasil" construído pela firma Lamchambre & Machuron[34].

Nesse invento, o mineiro já mostrava uma de suas características mais marcantes: a capacidade de inovação. Ele utilizou materiais, até então menosprezados, com o objetivo de obter menos peso. Outra inovação estava na escolha do motor. Em 1898, Santos Dumont construiu o dirigível n. 1, utilizando um motor movido a petróleo. Até então, os balões tinham motores elétricos ou a vapor porque os de petróleo produziam fagulhas que fatalmente fariam implodir os balões de hidrogênio. A experimentação para testar o motor movido a petróleo foi executada pendurando seu triciclo motorizado em uma árvore, o que o fez perceber que, ao ser suspenso, o motor roncava suave, o que evitava acidentes[35].

Com a descoberta, produziu novos dirigíveis, testou-os e foi aprendendo com os erros e acertos. Em 1901, amealhou, com o dirigível n. 6, o Prêmio Deustch, ao percorrer em uma hora o trajeto que partia do Parque de Saint- Claude, e dando a volta na Torre Eiffel, voltasse ao ponto de partida[36].

O menino que cresceu na fazenda de café ribeirão-pretana, nesse momento, recebia o apoio e o reconhecimento como o maior aeronauta do mundo e o inventor da primeira máquina voadora eficiente[37].

---

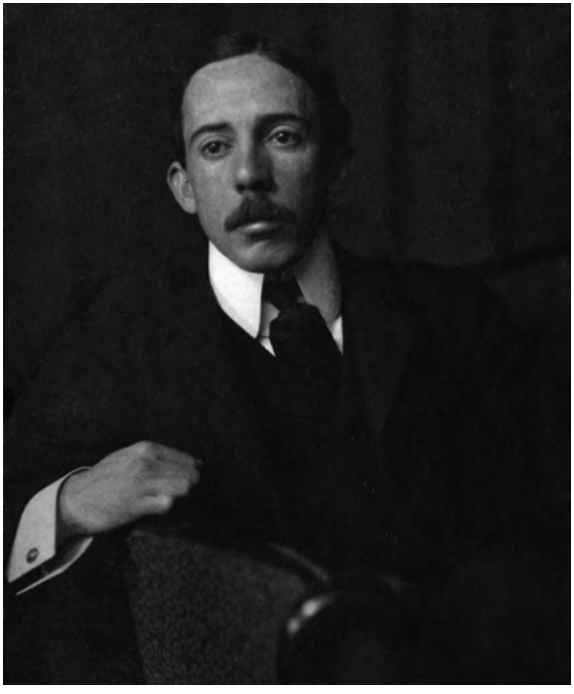
[34]LINS, H. 2006.

[35]Idem.

[36]VISONI, Rodrigo Moura; CANALLE, João Batista. Como Santos Dumont inventou o avião. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 31, n.35. 2009. p. 1-6. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbef/a/qSVYNDJvjSfsLQF7hgjdkYt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 fev. 2022.

[37]Idem.

Em 1903, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto, por meio da Lei n. 100/1903, deu uma subvenção ao inventor, concedendo-lhe 1 conto de reis como auxílio à continuação de suas experiências. Algum tempo depois, já como um dos nomes mais prestigiados de Paris, nos primeiros anos do século XX, o inventor brasileiro passou a estampar caixas de charutos e de fósforos. Desenhistas da moda faziam réplicas de seu chapéu panamá e dos colarinhos altos e duros que ele gostava. Famoso dos dois lados do Atlântico, o "Times" londrino de 1901 chegou a declarar que um nome permaneceria na memória das pessoas, e seria o de Santos Dumont[38].



Alberto Santos Dumont (1873-1932), inventor brasileiro, pioneiro da aviação. | Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alberto_Santos-Dumont_portrait.jpg

[38]HOFFMAN, Paul. **Asas da loucura**: A extraordinária vida de Santos

Com a fama, Santos Dumont continuou seus experimentos em um período que duas escolas disputavam a conquista do ar: a aerostação e a aviação. Enquanto os primeiros defendiam os equipamentos mais leves que o ar, com experimentos semelhantes aos que Alberto vira em sua juventude, em São Paulo, os segundos acreditavam na potência das máquinas mais pesadas do que o ar.

Depois que Alberto ganhou o Prêmio Desutch, os adeptos dos "mais leves" estavam em polvorosa: era uma vitória sobre os "mais pesados". Pelo menos aparentemente. Em 1902, Santos Dumont respondeu aos comentários em um artigo publicado na revista "North American Review": o que ele fazia era aviação e não aerostação! Isso porque os seus dirigíveis, por mais que estivessem cheios de um gás, que é uma substância mais leve do que o ar, carregavam consigo sacos de areia e, por isso, não podiam se erguer pela força exclusiva do hidrogênio. Era preciso um propulsor.

Em 1905, a Féderation Aéronautique Internacionale (FAI) foi criada nos moldes de um Comitê Olímpico Internacional. Essa organização nasceu da necessidade de se estabelecerem critérios internacionalmente para decidir se, de fato, um aparelho mais pesado que o ar seria viável[39]. A FAI analisou os relatos de voos feitos anteriormente, dentre eles os dos irmãos Wright, e concluiu que, até aquele momento, nenhum voo real de um mais pesado que o ar havia sido realizado[40].

Atento a essas discussões, Santos Dumont estava cada dia mais convencido de que o futuro da aviação estava nos equipamentos

---

Dumont. Tradução de Marisa Motta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

[39]LINS, 2006.

[40]Idem.

mais pesados do que o ar[41]. Em 1906, nasce o 14- bis. Inicialmente com um balão acoplado à sua estrutura, Santos Dumont fez várias experiências com o aeroplano, em Bagatelle[42]. Quando se sentiu senhor das manobras, livrou-se do balão[43].

Após diversos testes, que levaram ao aumento da potência do motor para compensar o ganho de peso pela ausência do balão, e ao envernizamento da seda que enlaçava as asas para dar sustentação ao aeroplano, Santos Dumont chegou ao Oiseau de Proie II[44]. Em 23 de outubro de 1906, perante a Comissão Científica do Aeroclube e de uma grande multidão, o inventor confirmou ao mundo inteiro a possibilidade de que um homem poderia voar![45].

O Oiseau de Proie II entrou para a história como o primeiro avião vencedor de um prêmio aeronáutico[46].

Em 1908, os irmãos Orville e Wilbur Wright divulgaram as fotos de um voo realizado em 17 de dezembro de 1903[47]. Disseram que esse voo, em específico, foi feito em segredo para evitar o vazamento de informações[48]. Esse e outros episódios fizeram surgir dúvidas sobre o pioneirismo do aeronauta brasileiro, já consagrado no meio internacional.

Santos Dumont, então, decide comentar sobre o ocorrido. Questiona o que teriam dito Edison, Graham Bell ou Marconi, se

---

[41]LINS, 2006.

[42]SANTOS DUMONT, A. 1918.

[43]Idem

[44]VISONI; CANALLE, 2009.

[45]Idem.

[46]VISONI; CANALLE, 2009.

[47]LINS, 2006.

[48]SANTOS DUMONT, A. 1918.

depois de apresentarem ao público a lâmpada elétrica, o telefone e o telégrafo, outro inventor chegasse com aparelhos melhores e dissesse que os tinham construído antes deles?[49]

Quem seria reconhecido pelo pioneirismo na navegação aérea do mais pesado que o ar? Era o que Santos Dumont se questionava, ao pensar nos testes de aviação posteriores ao seu voo, em 1907. Aos irmãos Wright, que o fizeram às escondidas, ou a ele, aos Farman e aos Bleirot, que demostraram seus inventos diante de comissões científicas e em plena luz do sol?[50]

A ciência, no seu longo e curioso processo de construção do conhecimento, não é feita por gênios isolados em suas salas de mecânica ou laboratórios. É resultado de trocas e somas de experiências com erros e acertos. Todo aquele que se propõe a contribuir para uma área de estudo, deve enfrentar a avaliação de seus pares, e com Santos Dumont não foi diferente. Se foi realmente o primeiro, esse debate fica para os leitores desenvolverem nas mesas de bar ou nos fóruns da internet.

O que importa é o legado, e esse é extenso.

Com o passar dos anos, cientistas e aeronautas alcançaram marcas importantes, no campo da aviação, provando que o avião era um aparelho que tinha grande potencial de desenvolvimento, tornando-se um invento de alta utilidade. À medida que questões como decolagem e manobras no ar eram resolvidas, outras surgiram: Como fazer um avião voar por longas distâncias? Como garantir que se mantenha um longo período no ar?[51]

---

[49]SANTOS DUMONT, A. 1918.

[50]Idem.

[51]LINS, 2006.

Santos Dumont continuou com os seus experimentos até 1909, ao inaugurar o Demoiselle aperfeiçoado, que foi o primeiro ultraleve da história.

Por fim, a vida eternizada pela história

Em 1910, o inventor anunciou a sua retirada do campo de provas e invenções e se tornou um grande divulgador da aviação. Nunca patenteou suas criações, pois acreditava que pertenciam à humanidade. Participou de conferências e alertou as nações da América sobre a importância de se ter uma frota de aviões para defender o continente[52].

O jovem de Cabangu ganhou fama e prestígio nacional e internacional, eternizando seu nome na história da aviação. Porém, as raízes, fincadas no pé do sertão do interior de São Paulo, pareciam não querer abandoná-lo.

Certa feita, em uma estadia em uma cidade do interior do Brasil, encontrou um amigo de infância. Esse informou que os habitantes locais estavam descontentes porque o grande aviador Santos Dumont estava na cidade e não faz um voo sequer! Alberto, que não voava há anos, comentou bravo que perdera o sangue-frio e os nervos que na juventude o fizeram um aviador[53].

A aviação não era um "realejo"! Exigia dedicação e coragem![54]

---

[52]LINS, 2006.

[53]SANTOS DUMONT, A. 1918.

[54]Idem.

Para os moradores do interior daquela pequena cidade, o que importava é que Alberto fora até onde nenhum brasileiro tinha ido até então. Chegou à França e fez cumprir a promessa de colocar um avião nos céus. Ele, o menino que vivia na fazenda de café. Da boca do sertão. Que era do interior, gente como a gente. Tornou-se exemplo do brasileiro, extraordinário em suas próprias qualidades.

Dizem que gênios assim nascem, mas, no caso de Alberto Santos Dumont, as asas que lhe permitiram voar cresceram de raízes profundas plantadas em seu coração, pelo local onde morava. Seu pai, além de suporte financeiro e os meios para realizar seus sonhos[55], ensinou ao filho o amor pelo conhecimento. A fazenda foi o espaço onde cresceu e deixou que sua imaginação crescesse e se transformasse em curiosidade científica.

Enlevadas pela emoção, as autoras deste texto assumem sua parcialidade, e escolhem não o finalizar tratando dos últimos anos de Santos Dumont nesta vida.

Afinal, não houve fim, porque ele foi eternizado pela história. O menino do sertão conquistou o mundo. E seu exemplo serve até hoje para lembrar que um grande cientista pode vir de todos os lugares. Basta que alguém, lá no começo, acredite nele.

[55]SANTOS DUMONT, A. 1918.

1874

Theolina Zemila de Andrade Junqueira: A menina que se transformou em sinhá

Sandra R. Molina

Diz a memória afetiva daqueles que a conheceram, ou que, pelos seus feitos, foram agraciados, que Theolina Zemila de Andrade Junqueira nasceu em Franca, pelos idos de 1874. Era filha de Martiniano Francisco da Costa e Maria Rita da Costa. Mas ela não herdara algo simples de sua ancestralidade. De fato, descendia de portugueses que aportaram no Brasil Colônia, no século XVIII. A mineração e a promessa de enriquecimento atraíram o português João Francisco, natural do Minho, arcebispado de Braga e que foi batizado em 1727 na aldeia de São Simão da Junqueira.[1] Esse aventureiro, em companhia de sua esposa Helena Maria do

[1]GAETA, 1993.

Espírito Santo e seus doze filhos, acabou fincando raízes em São Tomé das Letras, nas Minas Gerais.

A progressiva escassez do ouro levou muitos a tentarem a sorte com a criação de gado *vacum* (bovinos) e suínos, a produção de queijos, a lavoura de milho, algodão e tabaco.[2] Esse processo possibilitou a diversificação da economia e a busca por outras plagas. No caso dos Junqueira, em foco neste texto, apenas no século XIX é que os descendentes da família primeira migraram para a região de São Simão, Franca, Batatais e, posteriormente, Ribeirão Preto.

Eram acostumados às condições mais rústicas. Ou seja, precisavam lidar com a derrubada da mata, a caça, os imprevistos do sertão que produzia certa escassez de conforto e a solidão . Isso porque ocupavam ou parte de sesmarias ou de terras devolutas formando, "fazendas como: Palmeiras, Pontinha ou Ribeirão Preto, Serra Azul, Tamanduá, Capoeirinha, Figueira, Cravinhos, Lageado, Serrinha, Cabeceira do Ribeirão Preto, Laureano e Sertãozinho"[3].

O processo de ocupação dos Junqueira sobre essas terras já foi amplamente descrito e não pretendemos nos alongar, uma vez que a razão deste texto é tratar da menina Theolina. Mas é fato e atestam os pesquisadores e os memorialistas que, desde os primeiros anos, os integrantes dessa família aprenderam algumas regras de sobrevivência, que os transformaram em personagens poderosos. ao longo da história dos lugares por onde passaram. Terra era, e ainda é, poder. Terra e família grande e coesa significava articulação entre grupos de interesses, o que garantia acesso e controle do poder político.

E como conseguir isso?

---

[2]LAGES, 2015.

[3]ZAMBONI, 1970.

Uma prática muito comum era o casamento consanguíneo, que garantia a manutenção do patrimônio, a lealdade e a reciprocidade. As noivas e noivos eram trazidos das Minas Gerais.[4] Em geral, as uniões aconteciam entre primos e primas, mas não só. Existem notícias de casamentos entre tios, sobrinhos e cunhados. Eram arranjados pelos pais com muita antecedência, o que garantia a prática do compadrio e o estreitamento dos laços, impedindo o desmembramento das posses e possibilitando a contiguidade das terras transformadas em "imensos domínios".[5]

Ocorre que, à época, casamentos com tamanha proximidade exigia, pelas leis canônicas, uma autorização eclesiástica, o que ensinou à família outra lição preciosa, ou seja, a importância da proximidade entre o poder da terra e o poder do báculo.

Com Theolina não foi diferente. Era prima de Francisco Maximiano Junqueira. Casaram-se em 1891, na cidade de Franca. Ele com 23 anos e ela, segundo algumas fontes, com cerca de dezessete anos. Sua primeira moradia foi a Fazenda da Serra, na região de Ribeirão Preto, distrito de Bonfim.

Ao longo dos anos de casamento, residiram em várias de suas fazendas, em especial, nas cidades de Ribeirão Preto, Colina e Igarapava. Passavam temporadas, como era habitual. E também, como era de costume, por onde passavam, deixavam móveis e diversos utensílios domésticos. Anos depois, em 1912, o casal adquiriu, de Carlo Barbieri, um imóvel na rua Duque de Caxias. Parte de onde construíram o palacete, era uma antiga marmoraria.[6] As obras só foram definitivamente finalizadas em 1932. Esse palacete, onde o

[4]MATIOLLI, 2014.

[5]Idem.

[6]VIARTE, 1999.

casal viveu parte de sua vida, assumiu papel de relevância, após a morte de Francisco.

Inicialmente, Francisco dedicava-se especialmente ao café e às atividades de agropecuária. Embora já fosse um grande herdeiro, o casal, levava uma vida modesta e de muita parcimônia.[7] Dizem que Theolina, mesmo senhora de terras, ocupava-se pessoalmente das tarefas caseiras e cuidava diretamente da alimentação dos camaradas que trabalhavam nas fazendas.

Era muita responsabilidade, para uma menina-mulher recém-casada. Mas talvez, durante sua vida de criança, ela já tivesse sido treinada para o que o futuro lhe reservava. Sim, pois o futuro de uma mulher como Theolina já estava desenhado desde o seu nascimento. A chance de escolha e mudança de planos era quase um ato de revolução familiar. Assim, foi treinada para cuidar da casa e dos trabalhadores dela. Observando sua data de nascimento e morte, certamente conviveu com os escravos e posteriormente com os colonos estrangeiros que os substituíram. Naquela época, direitos humanos e leis trabalhistas nem passavam pela mente e, principalmente, pela sensibilidade dos grandes proprietários. Era uma vida dura, de violência, opressão, de muito trabalho e renúncia.

Do ponto de vista da instrução formal, teve pouco estudo. Cursou uma escola rural, entre os anos de 1883 a 1887. O suficiente para os padrões da época. Foi treinada como tantas outras mulheres de seu tempo: obediência ao marido e à religião. Na região de Ribeirão Preto, como no restante do país, a mulher poderia viver apenas dois núcleos de interesse, o lar e a Igreja, assumindo o papel de mãe e devota.[8]

---

[7]GAETA, 1993.

[8]GARDE, 2006.

Por outro lado, dos homens, esperava-se a proatividade e o espírito aventureiro e empreendedor. Não foi diferente para Francisco, ao longo do tempo transformado em coronel Quito Junqueira. Progressivamente, fez-se um cafeicultor de renome nacional, mas não se deteve aí, foi além e passou a ser aquilo que os pesquisadores chamam de capitalista, do início do século XX, ou seja, foi banqueiro, criador de gado e industrial, atividades que lhe renderam projeções social e política. Todo esse sucesso externo, associado ao desejo constante de ampliação de seu patrimônio, em especial pela aquisição de terras que eram compradas constantemente, só foi possível também em função do apoio constante de Theolina.

Ocorre que Theolina, em seus 47 anos de casamento, não conseguiu cumprir parte do que a sociedade e sua ancestralidade esperavam dela. Era excelente dona de casa e devota, mas não era mãe, nem de um único rebento, que dirá de uma grande família, como se esperava nessa sociedade fundamentada na terra. Deve ter sofrido profundamente...

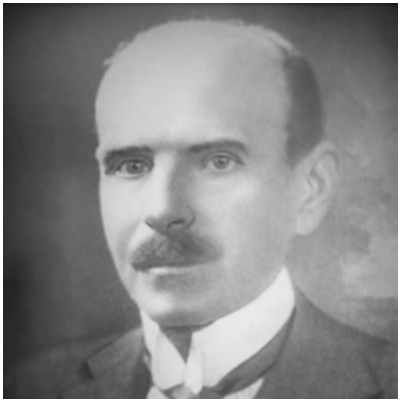
Mas Theolina era observadora do universo à sua volta e herdeira de mulheres fortes. Sagaz, progressivamente, foi ocupando um espaço cada vez mais evidente em um país onde a República era jovem, mas a desigualdade e a pobreza se perpetuavam. Os memorialistas explicam que o casal não frequentava os grandes salões e festas e espetáculos da capital do café usufruindo da Belle Époque Caipira[9]. Contudo, eram presença constante em campanhas e ações de benemerência, que foram se acentuando com o passar dos anos.

---

[9]Sobre este assunto ver, entre outros: DOIN, José Evaldo de Mello *et al*. A belle époque caipira: Problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930) - a proposta do Cemumc. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 91-122, 2007.

Esse exercício de sociabilidade, associado à chegada dos anos, produziu um efeito interessante, a mulher Theolina foi sendo progressivamente substituída pela Dona Sinhá, ou apenas Sinhá.

Theolina Zemila de Andrade, a dona Sinhá Junqueira | Fonte: https://www.sinhajunqueira.org.br/a-fundacao/. Acesso em: 20 fev. 2022



Cel. Quito Junqueira | Fonte: Tribuna 25 anos, nossos bairros. Disponível em: https://www.tribunaribeirao.com.br/site/tribuna-25-anos-nossos-bairros/. Acesso em: 20 fev. 2022

Tudo caminhava como de costume, quando o destino testou novamente sua resiliência. Em 19 de novembro de 1938, aos 71 anos, após um longo período de doença, seu companheiro de tantos anos faleceu.

Em um mundo acostumado a entender que as mulheres viúvas deveriam ser amparadas por seus filhos, noras e netas, e, após décadas de casamento, a menina Theolina ficou só...

Era herdeira de uma fortuna considerável, para os padrões da época, composta de terras, engenhos, casas, gado, um mundo enfim! Deve ter refletido muito sobre conduzir sua vida, pela primeira vez, por *motu próprio*. Mas ela já entendia instintivamente como proceder. Apesar da situação de subordinação feminina, de forma alguma significava passividade, posicionamento que permitiu que muitas mulheres, por meio de arranjos cotidianos, atuassem fortemente nos jogos políticos locais e nas "rédeas dos negócios depois do falecimento de seu cônjuge".[10]

Abandonou definitivamente a menina Theolina e abraçou a matrona Sinhá Junqueira. Se o destino não lhe trouxe filhos do ventre, passaria a auxiliar a criar os filhos de outras mulheres, em condições de vulnerabilidade extrema, em uma sociedade em que os direitos ainda engatinhavam.

No mesmo ano em que ficou viúva, 1938, já começou sua trajetória de vida na vida! Ou seja, para além das paredes de suas propriedades. Cercou-se de homens reconhecidos pela sociedade, mas era ela quem decidia!

Ela é quem planejou, em conjunto com o Dr. Joaquim Camillo de Morais Mattos, a criação da Fundação Educandário Cel. Quito Junqueira. Para muitos, era a parceria da grande senhora

[10]MATTIOLI, 2014, p. 68-69.

de engenho e de vultuoso patrimônio nascido de diversas atividades decorrentes da cafeicultura e o filantropo e figura de muita popularidade na cidade. Na época, o chamado Abrigo de Menores de Ribeirão Preto recebeu seu primeiro educando em 1943, Benedito Hipólito. Transformou-se em Fundação Educandário Cel. Quito Junqueira, em 1944. Para a empreitada, Dona Sinhá adquiriu cerca de 560 hectares da Fazenda Morro da Vitória. A terra possuía cafezais, algumas edificações e demais benfeitorias.[11]

Sinhá conviveu com tempos de incertezas das safras de café, experimentou o medo trazido pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), depois a Crise de 1929, a Revolução de 1930 e 1932 e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)! Assim sendo, suas ações eram conduzidas pelas experiências que carregava e por um olhar para o futuro. Deixou tudo preparado em vida, ainda. A Fundação Sinhá Junqueira seria a responsável direta para a geração dos recursos necessários, tanto ao Educandário, quanto para as duas outras instituições por ela criadas posteriormente – a Maternidade Sinhá Junqueira e a Fundação Biblioteca Altino Arantes.

Além disso, organizações de auxílio e cultura, para além de Ribeirão Preto, em especial Igarapava, Franca e Colina, foram contempladas. No ano de 1960, o Educandário foi reconhecido como instituição de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal - pela Lei Municipal n. 975, e, posteriormente, pelo Decreto Estadual n. 46.545, de 15 de fevereiro de 2002, pelo Decreto Federal n. 67.440 de 26 de outubro de 1970. Esse reconhecimento foi fruto do idealismo de tantos outros que acompanharam o sonho da Dona Sinhá. Dentre eles, Waldemar Pessoa, Altino Arantes e Dr. Paulo Gomes Romeo.

---

[11]CIONE, 1996.

Com o tempo, a evolução da cidade exigiu que parte das terras originais fossem desapropriadas e negociadas. Os arcos que assinalavam sua entrada e que ficavam na Avenida da Saudade, restaram na lembrança, na chamada memória secundária dos antigos moradores de Ribeirão Preto! Ao longo de sua história, milhares de crianças encontraram ali o acolhimento necessário para seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional: recebiam moradia, alimentação, instrução curricular e profissionalizante, atendimento médico-dentário e psicológico. Além disso, o educando era sensibilizado a desenvolver atividades físicas e habilidades musicais, entre outras.

Em paralelo, Sinhá aprofundou sua amizade com o dono dos "Diários Associados", Assis Chateaubriand, firmada nos tempos em que acompanhava Francisco nas temporadas que passavam em sua casa na rua Frei Caneca, no bairro Bela Vista. Dessa proximidade, veio a percepção da importância do mecenato. Comovida pelo amigo visionário responsável pela campanha Deem Asas Para o Brasil, na década de 1940, Sinhá doou seis aviões que orçavam "5 milhões de cruzeiros, uma fortuna para a época". O feito lhe rendeu uma menção e uma foto no "Diário de São Paulo", em que derramava caldo de cana sobre a hélice de um dos aviões doados: o Wenceslau Brás. Mas não parou por aí![12]

A menina de poucos anos de estudo na escola rural, também auxiliou no processo de construção do Museu de Arte de São Paulo (Masp), projeto liderado por seu amigo da capital e pelo italiano Pietro Bardi, e com a doação de uma Madonna, de Sandro Botticelli.

O ano de 1948 foi de muita evidência! Sinhá integrou o que Chatô chamava de Sindicato do Velásquez, que uniu vários mecenas

[12]VIARTE, 1999.

para a compra do quadro do Duque de Olivares.[13] O resultado foi tão frutífero que ainda rendeu a aquisição de duas outras obras, uma de Rembrandt, O Jovem com Corrente de Ouro e outra de Renoir,o Grande Nu Sentado.

Desde 1943, porém, olhava para outra frente de investimento de sua herança. A questão da mortalidade infantil era recorrente, na fala de médicos, cientistas e jornais brasileiros. A partir dessa constatação, foi iniciada uma campanha pela "redenção das crianças".[14] Acorrendo a essa necessidade premente, dona Sinhá se fez presente por meio de doação para que fosse construído um Centro de Puericultura que, posteriormente, se transformou na Maternidade Sinhá Junqueira.

Chatô não deixou passar em branco o feito. Em artigo publicado em seu jornal, afirmava que sua amiga Sinhá era detentora da real educação capitalista, uma vez que entendia que a justiça social que afastava a miséria e o sofrimento era uma das únicas formas de combate às "bactérias do comunismo que rondava as classes operárias e médias"![15]

Para além da condecoração de Ordem ao Mérito Nacional, recebida no período Vargas, da visibilidade alcançada com os aviões e as doações para o Masp, da homenagem recebida do então presidente Eurico Gaspar Dutra e o título de cidadã ribeirão-pretana, dona Sinhá se organizou para futuro.

---

[13]MOURA, 2012, p. 62.

[14]CIONE, 1996.

[15]A Bizonal Sinhá Junqueira, por Assis Chateaubriand, **Diário de São Paulo**, 20 de março de 1948. *In*: O pensamento de Assis Chateaubriand V. 25 - artigos publicados em 1948, Fundação Assis Chateaubriand, Brasília, 2000, p. 203-207.

A Fundação Sinhá Junqueira, criada em 1950, recebeu os bens de sua fundadora e sua finalidade era "dar assistência completa a seus empregados, em número superior a oito mil", além de continuar com as ações na área da Educação, Arte e Saúde, pois, à época, esses eram pontos daquilo que se considerava avanço civilizacional e formação do esperado cidadão brasileiro.[16]

Sede da Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira. | Fotografia: Ibraim Leão

Na sequência, os planos para o que era o centro de puericultura se alteraram consideravelmente! O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo nasceu na década de 1950, para servir como campo de exercício e pesquisa para as recém-criadas Faculdade de Medicina e

[16]CIONE, 1996.

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Em simultâneo, a Fundação Sinhá Junqueira erigia uma maternidade de cerca de quatro andares e capacidade para 150 leitos, no centro da cidade, na Rua Bernardino de Campos. Nesse interim, Sinhá Junqueira, acatando ideias dos envolvidos, entre eles: Dr. Waldemar Barnsley Pessoa, Dr. Paulo Gomes Romeo, Prof. Zeferino Vaz, firmou convênio com a direção da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, em 9 de abril de 1953, em que se definia que, por vinte anos, a maternidade integraria o sistema de ensino do curso médico. Em contrapartida, a direção da FMRP-USP doaria "dois milhões de cruzeiros à Fundação Sinhá Junqueira para construção e instalação de uma casa de cultura na cidade" Ao final desses 20 anos, o prédio que havia sido modificado para atender às necessidades pedagógicas e de pesquisa, foi desapropriado, dando lugar ao que conhecemos hoje como a Unidade de Emergência do HCFMRP-USP.[17]

Pouco antes de seu falecimento, em 1954, deixou expressa a sua vontade em testamento de que o palacete, onde residiu por tantos anos, se transformasse em espaço de acolhimento intelectual para os cidadãos de Ribeirão Preto.[18]

Os leitores poderiam pensar, não há detalhes neste texto sobre as quantias deixadas e envolvidas no processo de administração desses três grandes feitos: Educandário, Maternidade e Biblioteca?! Poderiam esperar que houvesse uma reflexão sobre a importância arquitetônica e patrimonial da antiga Biblioteca Altino Arantes, hoje transformada em Sinhá Junqueira.

Sobre esses espaços, muito já foi produzido!

---

[17]SÁ, 2002, p. 397.

[18]GAETA, 1993.

Ocorre que o recorte desse texto é exatamente tratar daquela que nunca foi vista. Da mulher que estava para além do personagem criado pelo tempo e circunstâncias que viveu. Daquela que, transformada em matrona e benemérita, teve negada a sua condição de mulher e ser humano na medida que poucas referências constam sobre sua morte, causada por um "câncer metastico do fígado – câncer colon sigmoide – sincope cardíaca – insuficiência cardíaca". Daquela que precisou se reconstruir e, no processo, se tornou figura de suma importância para a produção de núcleos de exercício de cidadania em Ribeirão Preto e região, uma vez que investiu em saúde, arte e educação.[19]

Túmulo da Sinhá e Quito Junqueira

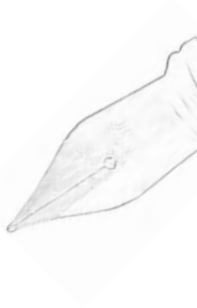
[19]Esta autora muito refletiu sobre explicitar tal informação. Não desejando de forma alguma apelar para a deselegância, o registro de sua causa mortis é de fato uma homenagem, uma vez que sobre seu marido existe farta disponibilidade de dados contraposta à aridez do que se encontra sobre a mulher Theolina. A informação de sua causa mortis pode ser encontrada no cemitério da saudade, local onde está sepultada ao lado de Francisco.

Theolina Sinhá Junqueira foi uma feminista sem o saber; entendeu o que as condições da época esperavam, e foi além, imprimindo sua marca por onde passou. Seria muito fácil, com a sensibilidade e a pesquisa histórica que se tem hoje, exigir dela a compreensão e o respeito que atualmente se constrói na sociedade no que tange aos direitos humanos. Isso seria fácil, porém injusto, uma vez que se estaria aplicando o juízo de valores para outros tempos.

Quando de seu falecimento, a cidade mobilizou-se. As imagens são de impressionar! A menina-sinhá conseguiu trazer para perto de si, homens, mulheres e crianças. Foi cercada por poderosos e miseráveis. Havia se tornado um ícone, uma referência para toda a região.

Para além de tudo o que se lê, ela certamente se sentiu insegura, teve suas ações de injustiça, foi devota, foi boa, foi má, enfim, foi ser humano, foi mulher, foi empreendedora, em um tempo em que o mundo era dirigido por homens!

1875



Diederichsen, o empresário da esperança

José Manuel Lourenço

No dia 1º de outubro de 1955, à tarde, um grupo de pessoas estava reunido na pista do Aeroporto Leite Lopes. Amigos, funcionários e parentes de Antônio Diederichsen estavam ali para se despedir de um dos homens mais ricos de Ribeirão Preto, mas que, apesar disso, ficou conhecido por sua simplicidade, discrição, retidão de caráter e o espírito visionário dos seus empreendimentos.

Entre eles, estava o jornalista, vereador e amigo, Antônio Machado Sant'Anna. Não é possível saber o que foi dito no Leite Lopes, quando o grupo se despediu de Antônio Diederichsen. Mas, na edição de 2 de outubro, um dia após a morte do empresário, Sant'Anna escreveu o seguinte, no "Diário da Manhã": "Ontem, 'seu' Tonico seguiu para São Paulo nas asas da Real. Lá em cima, passando pela cidade que viu pequenina, que ajudou a crescer e da

qual foi o grande arquiteto com as construções monumentais que legou a todos nós, deve ter sentido interiormente essa grande paz, essa extraordinária satisfação dos espíritos eleitos. Os homens passam e as suas ações ficam. Antônio Diederichsen viverá eternamente no coração dos ribeirão-pretanos, da gente simples e humilde da terra que tanto amou e onde viveu cercado pelo respeito e admiração dos seus concidadãos. Porque 'seu' Tonico foi, acima de tudo, um homem bom."[1]

Antônio Diederichsen morreu no Pavilhão Tinoco Cabral, da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, às 2h45 do dia 1º de outubro de 1955. O atestado de óbito, assinado pelo médico Álvaro de Oliveira Paiva, aponta como causa da morte infarto do miocárdio e arteriosclerose generalizada. Também sofria de diabetes.

Como disse Machado Sant'Anna, o corpo seguiu no mesmo dia para São Paulo, levado pela Real Transportes Aéreos, empresa existente entre 1945 e 1961. O enterro aconteceu no Cemitério dos Protestantes, no túmulo da família.

Pelo fato de ter ocorrido de madrugada, a morte de Antônio Diederichsen foi anunciada com uma pequena nota, na capa dos jornais "A Cidade" e "Diário da Manhã". Provavelmente, a capa das edições dos dois diários que circulariam no dia 1º tiveram de ser refeitas já depois de fechadas, em função da importância da informação.

De qualquer maneira, nos dias seguintes, a morte de Diederichsen rendeu reportagens de páginas inteiras, nos meios de comunicação locais. Mesmo assim, disputou centímetro a centímetro de espaço nos jornais, uma vez que, no dia 2 de outubro, grande parte das

---

[1]SANT'ANNA, Antônio Machado. O homem que transformou a fisionomia da cidade. *In*: **Diário da Manhã**, 5/10/1955.

atenções da cidade estava voltada para as eleições municipais, que ocorreram no dia seguinte à morte do empresário.

No "Diário da Manhã", por exemplo, a morte de Diederichsen era o único assunto não ligado às eleições gerais. Notícia solitária, era um estranho no ninho entre notas sobre Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Adhemar de Barros e santinhos de candidatos a vereador, como Manoel da Cruz ou Romero Barbosa. Barbosa, aliás, era um quase parente, uma vez que foi casado com uma das filhas de Cândida Bessa, companheira de Diederichsen.

Em todas as reportagens sobre a morte do empresário, um detalhe chamava a atenção: a inexistência de qualquer referência a Cândida Bessa[2], a mulher que o acompanhou pela vida toda e que veio morar com ele, provavelmente, entre o final de 1910 e o início da década seguinte.

Nunca se casaram, por uma questão legal: Dona Candinha já era casada, segundo consta na guia para o cemitério da Saudade[3].

---

[2]Dona Candinha, como era chamada, pode ter usado o nome de solteira quando veio morar com Diederichsen, em Ribeirão Preto. Na edição de 27 de fevereiro de 1936, do jornal "Correio Paulistano", onde se anunciava o noivado de Romero Barbosa com Hilce Ramos, Cândida é identificada como Maria Cândida Sant'Anna Ramos, casada com Francisco da Silva Ramos.

[3]De acordo com o documento, Cândida Bessa – como consta na Guia para o Cemitério – morreu no dia 15 de outubro de 1957, aos 85 anos, 2 anos e 14 dias depois de Diederichsen. A causa da morte é apontada como senilidade caquexia. O mesmo documento informa que era viúva de José Joaquim Sant'Anna, nome diferente do apresentado no anúncio de noivado de Hilce Ramos com Romero Barbosa, no "Correio Paulistano" de fevereiro de 1936 (ver nota anterior). Esse desencontro de informações e, sobretudo, o relacionamento de Diederichsen com dona Candinha, necessita uma investigação mais aprofundada a respeito da história do casal.

O atestado de óbito de Diederichsen define o seu estado civil como "solteiro".

No final de 2019, o autor entrevistou a fotógrafa paulistana Stela Handa, filha de uma das três meninas de origem japonesa adotadas pelo casal. Segundo ela, a mãe relata que o relacionamento entre o casal era bastante carinhoso. Stela é filha de Stela Minohara[4], hoje com 87 anos, residente em São Paulo.

Quem foi Antônio Diederichsen?

Antônio Luiz Christiano Diederichsen nasceu em São Paulo, em 1º de agosto de 1875, e foi o segundo de seis filhos de Anna da Rocha Leão com Bernard Eduard Diederichsen, imigrante dinamarquês[5], nascido em Kiel.

---

[4]Stela Minohara que, depois de casada, tornou-se Stela Matutina Handa, nasceu em Ribeirão Preto e era a mais nova de três órfãs de origem japonesa adotadas informalmente pelo casal Antônio Diederichsen e Cândida Bessa. Ela e a irmã Cordélia, que se tornou missionária e faleceu em 2012, viveram com o casal, na casa da rua Álvares Cabral, 730. A terceira irmã, Benedita, foi criada pela filha mais velha de dona Candinha, Hilda Ramos. Os outros três irmãos Minohara foram criados por parentes. O depoimento de Stela Handa à filha, também Stela, sobre o relacionamento de Antônio e Cândida, é bastante comovente, pela delicadeza e emoção com que fala do casal que a adotou.

[5]Bernardo nasceu em Kiel, importante cidade do estado de Schleswig-Holstein, localizado no norte da Alemanha, mas que, até 1861, fazia parte do reino da Dinamarca. No século 19, a região foi motivo de duas guerras entre esse país e a Prússia, pelo fato de a maioria da população, de origem alemã, não aceitar o domínio dinamarquês. Na primeira delas, em 1848, ocasião em que Bernardo lutou em defesa da Prússia, as tropas germânicas foram derrotadas. Já na segunda, em 1861, quando Bernardo já estava no Brasil, a vitória foi alemã

Antônio Diederichsen

O pai de "seu" Tonico chegou ao Brasil entre o final da década de 1850 e o início da seguinte. O jornal "Correio Mercantil", do Rio de Janeiro, na sua edição de 2 de junho de 1857, registra a chegada, ao porto de Santos, de dois imigrantes vindos da Alemanha: B. E. Diederichsen e Ernestina M. C. A. Diederichsen.

Bernard Eduard Diederichsen (Kiel, 1830/São Paulo, 1908) foi o segundo de três filhos de Peter Ludwig Diederichsen, comandante de navio e, depois, empresário, casado com Carolina Hagemeister. O terceiro filho do casal, uma mulher, chamava-se Ernestina.[6]

e a região foi incorporada à Confederação Germânica.

[6]Outras fontes de informações, como a respeitada Plataforma Verri (http://www.plataformaverri.com.br), indicam que a chegada de Bernard Eduard Diederichsen (e da irmã), ao Brasil, aconteceu no Rio de Janeiro. Essa hipótese é

Segundo o *site* Plataforma Verri, depois de chegar ao Brasil, o pai de Antônio Diederichsen trabalhou na construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí; depois em Campinas, na fazenda da Baronesa de Souza Aranha e, posteriormente, na Fazenda "Garrafão", onde conheceu a sua futura esposa, Ana, sobrinha do proprietário, Antônio da Rocha Leão.

A família chegou a São Paulo, depois de adquirir a Fazenda Morumbi, onde Bernard dedicou-se ao plantio de chá e à vinicultura, "nas colinas do Morumby". De acordo com a Revista Genealógica Brasileira, publicada em 1941, "ainda hoje se encontram, às portas de São Paulo, as plantações de chá de Morumby. O 'Chá Morumby', que era conhecidíssimo no último quarto do século passado, provinha das culturas de Bernard Eduard Diederichsen"[7].

Portanto, quando Antônio nasceu, a família já mantinha uma situação financeira bastante confortável. Com nove anos, foi enviado à Alemanha para aprender a falar o idioma do ramo paterno da família. Voltou anos mais tarde a esse país, para estudar agronomia e retornou ao Brasil para trabalhar na Fazenda Santa Adelaide, cujo proprietário era o primo Arthur de Aguiar Diederichsen.

Mais tarde, assumiu a gestão da Fazenda Retiro do Desengano, em Batatais, mas, apesar do trabalho de recuperação louvável ali feito, sabia que aquele não era o seu caminho. Aliás, pode ter sido

---

bastante provável, porque a irmã de Bernard, Ernestina, era casada com Johann Georg Schmilinsky, sócio de Theodor Wille, na empresa Wille, Schmilinsky & Cia, com sede no Rio de Janeiro. Wille, que é um nome imprescindível para compreender a história da família Diederichsen, sobretudo o seu ramo brasileiro, tornou-se, mais tarde, o principal agente das exportações brasileiras.

[7]PETERSEN, H. *In*. **Revista Genealógica Brasileira** – A família Diederichsen. São Paulo, 1941, p. 467 - 472.

nessa fazenda que o jovem alemão de olhos claros se encantou com as graças de dona Candinha.

Dela, sabe-se apenas que era casada com um administrador de fazenda, mas não é possível saber com exatidão o que aconteceu para que aquela mulher de aspecto frágil deixasse o marido e viesse para Ribeirão Preto morar com o empresário, acompanhada das filhas, Hilda e Hilce. Quando? Provavelmente entre as décadas de 1910 e 1920.

O que se pode afirmar é que a união de Antônio e Cândida causava um certo incômodo, na época. Com o tempo, o dia a dia do casal e o *status* de Antônio como um dos homens mais ricos de Ribeirão Preto, acabaram por ser argumentos suficientes para que a sociedade local se acostumasse com a situação.

Antônio, pelo visto, nunca deu muita atenção ao que diziam, ou pensavam. Pelo menos é o que se pode inferir de uma conversa dele com o bispo de Ribeirão Preto, dom Jaime Luiz Coelho, quando o marido de Cândida morreu.

O religioso sugeriu que, uma vez que Cândida agora era viúva, seria adequado que a união fosse abençoada com um casamento. A resposta do empresário foi enfática: "Se Deus me permitiu viver essa situação por tantos e tantos anos, não será agora que me irá condenar por um erro tão antigo".[8]

Mas, gerir grandes propriedades rurais com uma quantidade interminável de problemas, definitivamente, não era o futuro

[8]A história está contada no texto "O Guia", escrito por Geraldo Hasse para a revista comemorativa dos 100 anos da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (Acirp), chamada "Um Espelho de 100 anos – 1904/2004". Hasse, aliás, em apenas quatro páginas, consegue fazer um dos relatos mais interessantes da vida do empresário Antônio Diederichsen.

que Antônio Diederichsen queria para si. Mas continuou bastante perto delas. Deixou o emprego para começar a inventariar fazendas ligadas ao Banco Brasileiro-Alemão (instituição, aliás, que também mantinha ligações com Theodor Wille). Nesse momento, nos primeiros anos do século 20, é que a sua história se cruza com a de Ribeirão Preto.

Na ocasião, Diederichsen tomou conhecimento da falência do Banco Construtor e Auxiliar de Santos, que tinha, em Ribeirão Preto, oficina mecânica, fundição e uma serraria. Adquiriu a massa falida do banco na cidade e, em 20 de outubro de 1903, com 28 anos, com o sócio João Hibbeln, criou a empresa Antigo Banco Constructor, na esquina das ruas São Sebastião e José Bonifácio. Mais tarde, parte dela passaria para a Vila Tibério.

Antigo Banco Constructor

Curiosamente, no documento de constituição da firma, registrada em 19 de outubro de 1904, com o número 5.529 na Junta

Comercial do Estado de São Paulo, o empresário assina o documento como Antônio da Rocha Diederichsen.[9]

A sociedade com Hibbeln duraria até 1916. Reza a lenda que o motivo do fim da sociedade teria sido a posição radicalmente contrária de Antônio à defesa intransigente que o sócio fazia da Alemanha, já em plena 1ª Guerra Mundial. No entanto, não há comprovação de que isso teria acontecido.

O fato é que, nesse ano, o Antigo Banco Constructor já era o maior e mais importante estabelecimento comercial de Ribeirão Preto e região, com a oferta de produtos que iam de material de construção, artigos para presentes, a eletrodomésticos.

Surpreendentemente, em 1923, vendia até automóveis da marca General Motors, em uma época em que, definitivamente, não se pode dizer que eram artigo comum na cidade. Um ano antes, já havia aberto um posto de combustíveis.

Era, com certeza, um visionário, e sabia transformar as suas visões em dinheiro, muito dinheiro[10]. Não por acaso, naquela ocasião, já era o mais importante empresário urbano, em um cenário

---

[9]No testamento do empresário, liberado em agosto de 1964, o seu braço direito, sócio e, praticamente, um filho, Manoel Penna, tomou o cuidado de deixar expresso que Antônio da Rocha Diederichsen era um dos nomes utilizados por "seu" Tonico na assinatura de diversos documentos.

[10]Nem o setor bancário escapou às investidas de seu Tonico: em 1928, fundou o Banco Regional de Ribeirão Preto, organizado sob a forma de uma sociedade comandita e gerido pela empresa Mattosinhos, Diederichsen & Cia. Além de Diederichsen, a instituição tinha como sócios Júlio de Oliveira Mattosinho Filho (antigo gerente de várias agências bancárias), Manoel Penna (sócio de Diederichsen) e Luiz Ribeiro de Araújo (dono da então Pharmacia e Drogaria Araujo). O empreendimento, no entanto, teve vida curta e encerrou as suas atividades em março de 1930.

onde as referências econômicas locais, quase que exclusivamente, eram os grandes fazendeiros de café.

Como afirma Geraldo Hasse, na revista comemorativa dos 100 anos da Acirp, "considerado o primeiro lojão de departamentos do interior paulista, o Antigo Banco Constructor vendia ferramentas da marca AD para os sitiantes e fazendeiros, consertava máquinas e equipamentos, fundia peças, fabricava carroças e fornecia material de construção (de madeira a cimento, telhas e tijolos) para as cidades da região mojiana e até o Triângulo Mineiro. A maioria das mercadorias era despachada de trem".

Os negócios iam de vento em popa e essa máquina de fazer dinheiro, chamada Antônio Diederichsen, deixaria marcas definitivas na história de Ribeirão Preto. Marcas, aliás, em concreto, que, décadas depois, ainda recordam ao ribeirão-pretano o trabalho do empresário: o Edifício Diederichsen (1937), o Edifício ABC (1941), a nova sede da empresa Antônio Diederichsen & Cia (sucessora do Antigo Banco Constructor) e, finalmente, o Hotel Umuarama (1951). Todos localizados a poucas quadras de distância uns dos outros, na região central de Ribeirão Preto e que, na época das suas inaugurações, tornaram-se marcos da pujança da cidade.

Martinelli deitado

O primeiro e mais importante é um gigante de seis pavimentos, instalado na região central de Ribeirão Preto, chamado Edifício Diederichsen. De uma imponência ímpar, o prédio é, antes de mais nada, a materialização de uma grande ironia: foi construído sobre as ruínas da casa de uma das figuras mais importantes da República Velha e do Partido Republicano Paulista, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, mais conhecido como Quinzinho da Cunha.

O terreno foi comprado do filho do grande chefe político, Osório Diniz Junqueira, segundo informações do jornalista Antônio Machado Sant'Anna, em reportagem informada no início deste texto[11]. O valor era uma verdadeira fortuna: 425 contos de réis[12].

Para se ter uma ideia, o valor pago por Diederichsen para comprar o terreno do filho de Quinzinho da Cunha representava quase 3/4 (72%) de tudo o que o município de Ribeirão Preto arrecadava, por ano, com o Imposto Predial (585 contos de réis), um dos componentes do atual Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Considerado o primeiro edifício alto do interior paulista – e, também, o primeiro prédio multiuso do interior do país –, o Edifício Diederichsen é um monstro de 3.750 metros quadrados, incrustado no coração de Ribeirão Preto, construído dentro da lógica do novo pensamento urbanístico.

Com janelas para as três ruas, a portaria tem entrada na rua Álvares Cabral, na extensão do Quarteirão Paulista, em frente à Praça XV de Novembro. Seus 140 metros de fachada garantem a opulência da construção. Na parte térrea abrigava, em 1939, lojas e o Cine São Paulo. O primeiro e segundo andares, compreendiam 420 salas comerciais. O terceiro e quarto, abrigavam

---

[11]A escritura do imóvel, obtida pelo autor no 1º Cartório de Registo de Imóveis de Ribeirão Preto, indica que o terreno foi comprado, por Diederichsen, de Augusta Junqueira Pereira Lima, "assistida por seu marido Mario Pereira Lima e outros". A escritura foi lavrada em 25 de abril de 1934.

[12]O réis (plural de real) foi uma unidade monetária adotada no Brasil praticamente desde o seu descobrimento, até 1942, quando foi implantado o Cruzeiro, em 1942. Um conto de réis (1:000$000) era a designação dada a um milhão de réis.

46 apartamentos residenciais. No quinto, ficava o "Grande Hotel".[13]

Na placa, ainda afixada na parede do edifício, uma homenagem a seu idealizador: "A Antônio Diederichsen: Grande benemérito desta cidade e propulsionador do seu progresso, homenagem do povo de Ribeirão Preto 20-12-1936".

Construído entre 1934 e 1936 e inaugurado em 10 de janeiro de 1937, o Edifício Diederichsen foi um sopro de ar fresco no ânimo de uma cidade que ainda sofria com os efeitos da quebra de Bolsa de Valores de Nova York. A sua construção foi festejada pelos meios de comunicação locais, como um grande acontecimento.

Com o título de "Um Grande Melhoramento no centro da cidade", o jornal "A Cidade", na sua edição de 25 de abril de 1934 (mesmo dia em que foi lavrada a escritura de compra do prédio) afirmava o seguinte: "A realização dessa bellissima construcção fará com que o centro da cidade conte com um majestoso prédio, que virá melhorar sensivelmente, dando melhor aspecto ao trecho da rua Alvaes cabral e a Praça 15. Esse emprehendimento do sr. Antonio Diederichsen, não só vem embellezar um trecho da cidade, como augmentar-lhe o movimento e intensificar a vida nocturna".

O prédio é considerado não apenas um marco da economia da cidade, mas também da arquitetura, com linhas predominantemente

[13]Diversos textos apontam que o 6º andar era ocupado por Antônio Diederichsen. Este autor discorda dessa informação, uma vez que vários documentos, textos de jornais, a lista telefônica de Ribeirão Preto da época e o depoimento de Stela Handa – filha adotiva de Diederichsen e Cândida Bessa – apontam a residência do empresário como sendo na rua Álvares, 730. A escritura de venda do terreno, que informa as atualizações de numeração do prédio ao longo dos anos, traz os números do prédio sempre como dezenas do número 400.

art déco. A referência, de acordo com a arquiteta Rita Fantini[14], é a racionalidade e geometria das máquinas "essa coisa nova que aparece e que muda todo o processo de produção, essa estética maquinista". O prédio foi projetado pelo arquiteto Antônio Terreri e construído por Paschoal de Vicenzo.

Para Fantini, o caráter multiuso do prédio deve ser visto com um pouco mais de atenção. "É interessante porque foi uma aposta interessante essa ideia de que um edifício pudesse concentrar várias atividades que se complementam, porque as pessoas poderiam morar ali, poderiam trabalhar, ter o consultório ou escritório e, ao mesmo tempo, tomar um chopp no Pinguim ou um café na Única, ir ao cinema. Enfim, era de uma modernidade absurda".

Após a sua morte, o prédio foi deixado em testamento para a Santa Casa da Misericórdia.

Edifício ABC e Hotel Umuarama

A segunda marca em concreto deixada por Antônio Diederichsen foram as novas instalações da sua empresa, já com o nome de Antônio Diederichsen e Cia., em 1939. A principal alteração foi a inclusão de Manoel Penna como um dos sócios. Desde 1921, ele desempenhava a função de gerente-geral.

O prédio, localizado na rua Saldanha Marinho, além de centralizar toda a parte administrativa, ofereceu mais espaço para o crescente volume de negócios e oferta de produtos da empresa. Também com inspiração *art déco*, o prédio ainda existe, mas já com outras finalidades. Com dois andares, o Edifício ABC foi inaugurado em 1941.

[14]Entrevista ao autor no dia 14 jun. 2019.

A década de 1950 começa para o empresário com outro surpreendente empreendimento imobiliário: a construção do Umuarama Hotel, na rua São Sebastião, a poucos metros do Edifício Diederichsen. Na ocasião, tornou-se a construção mais alta de Ribeirão Preto. Era a sua terceira grande marca em concreto.

Com 12 andares, o prédio teve a sua construção iniciada em 1947 e foi inaugurado quatro anos depois. Foi projetado pelo arquiteto Antonio Terreri, o mesmo profissional responsável pelo Edifício Diederichsen.

De acordo com o historiador Ricardo Barros, em vídeo apresentado no seu canal no YouTube, "História de Ribeirão Preto"[15], o Umuarama Hotel tinha a sua inspiração nos grandes arranha-céus da década de 1940. "O seu estilo, um misto de *art déco* e *streamline* moderno, colocou nas alturas o torreão com anéis futuristas, modificando o *skyline* da cidade". O hotel foi arrendado pelo imigrante grego João Constantino Miloná, já conhecido por sua atuação no ramo.

A biblioteca eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deixa clara a qualidade do empreendimento: "[...] Por muitos anos, o Hotel Umuarama foi um dos ícones de Ribeirão Preto. Era de categoria superior, com restaurante internacional, barbearia, sauna, lavanderia e demais serviços. De alguns quartos, via-se a Praça XV de Novembro e o Quarteirão Paulista. De outros, era possível ver a Catedral Metropolitana. Grandes recepções e festas foram realizadas no hotel"[16].

---

[15]Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCTcU-__m_4TN_bw1__d9ABw. Acesso em: 10 jan. 2022.

[16]O documento está disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445666&view=detalhes. Acesso em: 10 já. 2022.

Para que não restassem dúvidas sobre a excelência do hotel, o seu folheto de apresentação trazia, como garoto-propaganda, o governador Adhemar de Barros. Segundo ele, o Umuarama "era um hotel que nada ficava a dever aos melhores do Rio e de São Paulo".[17] O prédio, como o mesmo folheto anunciava, era "um legítimo orgulho da cidade padrão de progresso".

A administração da família Miloná, no Umuarama Hotel, terminou em 1969, depois de uma intensa briga judicial com a Cia. Diederichsen. Posteriormente, passou a funcionar como Hotel Bradesco (em um processo que envolveu dívidas da empresa para com o banco), Hotel Vila Real, e, atualmente, leva o nome de Hotel Monreale.

Inovação

Enquanto construía prédios, Antônio Diederichsen revolucionava também as relações trabalhistas dentro da sua empresa. Em 1945, em uma ação ainda pouco conhecida, criou um programa de participação nos lucros, e os funcionários passaram a receber prêmios anuais pelo desempenho da empresa.

Nesse mesmo ano, de acordo com uma publicação veiculada no "Correio Paulistano", a Antônio Diederichsen & Cia. tornou-se uma sociedade anônima e passou a adotar o nome definitivo de Companhia Comercio e Indústria "Antonio Diederichsen". Depois do empresário, as principais ações da empresa ficavam com o seu braço direito e diretor-gerente, Manoel Penna.

---

[17]O folheto não tem data, mas é possível que tenha sido publicado entre as décadas de 1950 e 1960, sobretudo pelo tipo de diagramação e tipos de letras utilizadas.

O legado

A morte de Antônio Diederichsen, em 1º de outubro de 1955, foi lembrada com a decretação de luto oficial de três dias pela prefeitura e um voto de pesar da Câmara Municipal. A Acirp, associação da qual foi um dos fundadores e diretor, em 1905, também publicou um anúncio de pêsames nos jornais locais.

Da mesma forma, a Associação Regional de Rádio e Imprensa observou três dias de luto pela morte de Diederichsen, inscrito como comendador da "Ordem do Estilingue" da entidade. O presidente da associação, na época, era o advogado e jornalista João Palma Guião, pai do empresário Rui Flávio Chúfalo Guião, presidente do Grupo Santa Emília. O grupo foi o sucessor da Companhia Comércio e Indústria "Antonio Diederichsen".

Em 1956, um ano após a morte do empresário, o antigo Grupo Escolar de Ribeirão Preto foi rebatizado com o nome de Escola Estadual Antônio Diederichsen, em sua homenagem.

Uma das principais avenidas da cidade também recebeu o seu nome, mas somente uma década depois do seu falecimento. Em 1965, o então prefeito Orestes Lopes de Camargo – proprietário do jornal "A Cidade" – publicou o Ato n. 1.627, denominando Antônio Diederichsen a uma avenida que seria aberta com a desapropriação de uma área ocupada pelo Companhia Mogiana. Em 1956, um projeto de lei da Câmara Municipal tentou dar o nome do empresário à atual avenida Jerônimo Gonçalves, mas a ideia não progrediu.

Mas é no testamento do empresário que fica clara a sua relação de amor com a cidade que o adotou. O documento, que só foi concluído em 1965, deixa quantias em dinheiro para parentes, amigos e funcionários da empresa.

O Edifício Diederichsen e o Abrigo Ana Diederichsen – que leva o nome de sua mãe – inaugurado em 1941, para auxiliar no

tratamento de tuberculosos, foram integralmente doados à Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão Preto, em uma ação que teve bastante destaque nos jornais da época.

Apesar disso, poucos dias após a morte do empresário, um discurso do jornalista e vereador Antônio Machado Sant'Anna, na Câmara Municipal, criticava a falta de reconhecimento de Diederichsen, sobretudo por parte dos integrantes do Poder Público. No dia 6 de outubro, em reportagem publicada pelo "Diário da Manhã", declarações de Machado Sant'Anna davam conta que Diederichsen não havia recebido o reconhecimento merecido.

"Em outra cidade, o dia do falecimento de um cidadão de tal porte seria um dia de luto completo. De meditação. De reconhecimento àquele que tudo deu à terra onde viveu mais de um século. Que outro exemplo temos pela frente?", questionava.

No final, as homenagens mais significativas a Antônio Diederichsen foram feitas pela Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão Preto e pelos funcionários e diretores da empresa que criou e dirigiu por 52 anos.

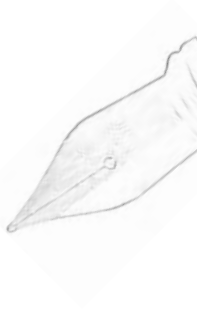
No primeiro caso, quem se dirige à Santa Casa depara-se com uma estátua do empresário, na entrada principal, com uma placa contendo os dizeres "A Antonio Diederichsen – Eterna Gratidão".

O segundo caso é, ao mesmo tempo, mais comovente e mais triste. Comovente porque a construção de outra estátua do empresário resultou de uma cotização dos funcionários da sua empresa, o que mostra o carinho e reconhecimento dos trabalhadores e diretores para com ele.

Inicialmente, a estátua ficou na entrada do Edifício ABC, sede da empresa de Diederichsen, na rua Saldanha Marinho. Posteriormente, foi transferida para a entrada do Museu do Café, dentro do *campus* de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo,

mesmo depois de uma lei municipal autorizar a sua instalação na Praça Joaquim da Cunha Diniz.

Atualmente, a estátua de bronze, de 1,64 metro de altura, está abandonada na reserva técnica do Museu do Café, à espera que se encontre um local mais digno e que respeite a memória desse homem visionário que ajudou a tornar Ribeirão Preto a cidade que é atualmente.



João Alves Meira Júnior: Erudito e visionário

Renata Sunega

João Alves Meira Júnior nasceu em Piraí, hoje Barra do Piraí (Rio de Janeiro), em 26 de setembro de 1875, filho de João Alves de Meira e de Margarida Rubião Alves Meira. Seu irmão, Domingos Rubião Alves Meira, foi reitor da Universidade de São Paulo (USP) de 1939 a 1941.

Após os estudos de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1895. Transferiu-se para o município paulista de Ribeirão Preto, onde estabeleceu escritório de advocacia e fixou residência, tornando-se um dos mais ilustres advogados da região.

Começou sua carreira pública em 1897, exercendo o cargo de delegado de polícia e, depois, vereador e presidente da Câmara Municipal, respondendo pela administração da cidade.

Meira Júnior

No início do século XX, surgiram as primeiras indústrias em Ribeirão Preto e os seus políticos alcançaram emergência nacional. Foram instaladas na cidade, duas grandes cervejarias. Em 1911, foi aberta a Companhia Antarctica, principal empresa da companhia no interior do Estado; em 18 de abril de 1914, foi a vez da inauguração da Companhia Cervejaria Paulista, criada com capital ribeirão-pretano, tendo à frente dos negócios João Alves Meira Júnior, fundador e o primeiro presidente da companhia.

A Cervejaria Paulista surgiu em Ribeirão Preto para exercer concorrência direta no ramo de bebidas à Companhia Antarctica Paulista. Suas instalações localizavam-se na rua Visconde do Rio Branco, esquina com a rua Barão do Amazonas.

A nova cervejaria foi um projeto idealizado por um alemão chamado Hans Scherholz, em conjunto com diversos empresários da cidade, entre eles, João Alves Meira Júnior. A Companhia Cervejaria Paulista foi, de forma inquestionável, responsável por uma das mais importantes transformações na área central da cidade de Ribeirão Preto.

Em 1914, João Alves Meira Júnior volta à Câmara Municipal de Ribeirão Preto e participa da concorrência para construção do Paço Municipal, a partir de deliberação de 24 de outubro de 1914, pela Câmara, ao lado dos vereadores: Coronel Francisco Schimidt, Veiga Miranda, Joaquim Macedo Bittencourt, major Augusto Junqueira, coronel Saturnino Corrêa de Carvalho, coronel José de Castro e coronel José Martimiano da Silva.

O imponente Palácio Rio Branco, na época chamado Paço Municipal, foi encomendado pelo prefeito Joaquim Macedo Bitencourt ao engenheiro Antônio Soares Romeu, que teve José Michelletti como auxiliar na construção.

A decoração do vestíbulo do Palácio Rio Branco foi feita pelo pintor Carlos Baraldi e os serviços de carpintaria foram executados por José Barbosa e Mario Nakamura. A fachada foi executada por José Pontan; o serviço de iluminação, pela Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto; o mobiliário, a tapeçaria e os reposteiros, foram encomendados nas oficinas do Lyceu de Artes e Officios, da Casa Allemã da Casa Coimbra, de Romeu Napoleão & Irmão Puglugi Zocco, de São Paulo, e de Domingos Innecchi & Filho, de Ribeirão Preto.

O Palácio Rio Branco foi inaugurado em 26 de maio de 1917, ocupando João Alves Meira Júnior, na ocasião, o cargo de vice-presidente da edilidade.

Em 1919, após ter construído a Usina Hidroelétrica de Ribeirão Preto, na confluência do Córrego do Retiro e Ribeirão Preto, e ter criado a Empresa Força e Luz, Água e Esgoto de Ribeirão Preto, o engenheiro Flávio Mendonça Uchoa une-se a João Alves Meira Júnior para fundar a Companhia Eletro Metalúrgica Brasileira, comprando uma área de aproximadamente 600 mil metros quadrados, no bairro Tanquinho, e construindo, além da área administrativa, "dois altos fornos elétricos, de material importado da Suécia, com tijolos refratários, montagem dos laminadores e resfriadores".

A Eletro Metalúrgica possuía como principal objetivo a exploração do ferro em todas as suas modalidades: obtenção do minério das jazidas da região de São Sebastião do Paraíso (MG); transformação do minério bruto em ferro-gusa e, posteriormente, em aço, nos fornos elétricos de alta temperatura; a laminação do aço para uso comercial; a incorporação de estradas de ferro para o transporte do minério, entre outros; e funcionava quase que totalmente à base da eletricidade da usina, algo inédito para a época.

A inauguração da Eletro Metalúrgica contou com as presenças do Presidente da República, Epitácio Pessoa e do Presidente do Estado, Washington Luiz.

Toda a erudição e o espírito inovador de João Alves de Meira Júnior ficam explícitos no discurso pronunciado, como presidente da Companhia Eletro Metallurgica Brasileira, em Ribeirão Preto, na cerimônia do lançamento das bases dos altos fornos, em 27 de agosto de 1921, a seguir reproduzido.

"Exmo. Sr. Presidente da República: A rusticidade esplanada em que recebemos a V. Exa., ao desabrigo de teto benfazejo, que nos protegesse dos raios solares desta manhã, é motivo que justifica o não querermos sacrifício de V. Exa., agravados com a audição de demorado discurso.

Entretanto, Exmo. Sr., não podemos, os diretores da Companhia Electro Metallurgica Brasileira, permitir que esta cerimônia, de

significação inestimável, decorra e se consuma no silêncio campestre desta região, sem dizermos a V. Exa., rápidas palavras de agradecimentos, agradecimentos que fazemos extensivos ao Sr. Presidente do Estado, que ora nos distingue com a sua comparência a este ato, com o qual se afirma a implantação da indústria siderúrgica nacional em São Paulo.

Agradecimentos, Exmo. Sr. Presidente da República, são devidos, não somente a V. Exa., pela elevada honra que nos concede, vindo lançar as bases dos primeiros alto fornos elétricos que se erigem no Brasil, como também ao eminente chefe da nação, que, desde a primeira vez que lhe falamos no nosso arrojado empreendimento, o recebeu sem o sorriso da descrença e sem o espinho da dúvida, que nos deu sua atenção e examinou com carinho projetos e plantas que extendiamos aos seus olhos, que nos acolheu com evidentes provas de simpatia, transmudada logo em fervoroso entusiasmo, ao perceber, na sua clarividência de estadista notável e patriota, que o governo da nação não podia menosprezar a brasileiros, que se não lançavam numa aventura financeira, mas que se mostravam dispostos a cooperar na grande obra da emancipação econômica do país, com vontade firme, fé ardente e confiança absoluta, além da energia precisa aos que se devotam ao serviço de empreendimento tão gigantesco.

E V. Exa, a par do apoio moral, veio ao nosso encontro, dentro da lei, aliviando-nos de onerosos impostos alfandegários, facilitando-nos os trilhos de que carecemos para as nossas construções ferroviárias, concedendo-nos, enfim, muitos favores de ordem material.

Eis-nos, pois, em plena atividade, agora, mais do que nunca, certos da vitória. As armações de ferro e aço dos nossos vastos edifícios, a quase totalidade dos nossos machismos, encontram-se já no porto de Santos, inteiramente construído está o ramal férreo por onde V Exa. chegou até aqui, e em construção a outra linha que vai buscar o minério as jazidas de Jacuí, vemo-nos aparelhados

com pessoal técnico contratado em Norte América e na Suécia, para montagem da usina e iniciação de operários nacionais na, para estes, desconhecida industria.

Assim, pode estar certo V. Exa., de que não é promessa enganadora esta solenidade; antes, marca um passo seguro da obra da libertação econômica do Brasil, ora sob juro estrangeiro, em tudo quanto condiz com a siderurgia.

E a essa obra fica ligado o nome de V. Exa., e há de a história registrá-la em letras que tenham o brilho do ouro deste país, e a resistência do aço desta usina, tão fulgurantes e duradouras como aquelas com que se inscreverá, incisiva, a gratidão do Brasil inteiro pelo que V. Exa. está fazendo no nordeste."

À frente das obras da Companhia Eletro Metallurgica Brasileira, estiveram engenheiros especialistas vindos da América do Norte e Suécia, conforme citado no discurso de inauguração, além de brasileiros, como o Eng. Joaquim Desidério de Mattos; Almiro Pedreira; e Martinico Prado Uchoa. Conta que os engenheiros da Empresa de Força e Luz, Azevedo Queriga e J. H. Hodge também auxiliaram nessa importante obra.

João Alves de Meira Júnior publica, em 1920, com a colaboração de Fábio de Sá Barreto e Camilo Matos, "O Crime de Cravinhos".

Político renomado na região, foi eleito senador estadual de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP), exercendo o mandato durante a gestão de Washington Luís Pereira de Sousa, Presidente do Estado de 1920 a 1924. Ainda nesse último ano, João Alves Meira Júnior candidatou-se pelo mesmo partido a uma vaga para a Câmara dos Deputados.

Para a legislatura 1924-1926, em 21 de setembro de 1924, João Alves Meira Júnior foi eleito deputado federal, por São Paulo, com 7.248 votos, para preencher a vaga aberta por Gabriel Ribeiro dos

Santos, nomeado secretário da Agricultura, no governo de Carlos de Campos.

João Alves de Meira Júnior foi reconhecido pela Comissão de Poderes do Congresso Nacional em 4 de novembro, tomando posse na sessão de 3 de dezembro seguinte e deixa a Câmara dos Deputados em 31 de dezembro de 1926, ao se encerrar a legislatura.

Devido à morte do senador estadual Teodoro Dias de Carvalho, João Alves de Meira Júnior foi indicado para a vaga então disponibilizada, sendo eleito em 30 de outubro de 1928, com 75.596 votos, pelo PRP.

Tomou posse em 29 de dezembro de 1928 e passou a integrar a Comissão de Agricultura, Terras Públicas e Minas. João Alves Meira Júnior teve o seu mandato interrompido pela Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e suprimiu os órgãos legislativos do país.

A Companhia Cervejaria Paulista, idealizada por João Alves de Meira Júnior, Albano de Carvalho e José Rossi, começou a ter lucros no início da década de 1920 e a diretoria da cervejaria decidiu investir na cidade de Ribeirão Preto. Em 1927, compraram do fazendeiro Adalberto de Oliveira Roxo um quarteirão, no centro da cidade, no perímetro da Praça XV de Novembro, na rua Álvares Cabral, entre as ruas Duque de Caxias e General Osório.

O projeto do Quarteirão Paulista surgiu da vontade da Companhia Cervejaria Paulista de construir, na área mais nobre da cidade, no entorno da Praça XV, um Theatro de Ópera e um edifício que comportaria uma confeitaria e escritórios. Comandando esse empreendimento, estava o seu presidente, João Alves Meira Júnior, que acompanhou todas as fases de desenvolvimento do projeto, até a execução e finalização. A construção dos edifícios seria, na visão de João Alves Meira Júnior, um "agradecimento" da companhia à cidade. Esse conjunto arquitetônico denominado

Quarteirão Paulista, foi definido por ele como um "conjuncto harmonico de edificios monumentaes".

Para a construção dos edifícios do Quarteirão Paulista, alguns imóveis foram demolidos: o Café Triângulo, a Livraria e Papelaria Kujawsky e o Escritório de Compra e Venda de Café de Jarbas de Alcântara.

A Companhia Cervejaria Paulista expôs as plantas do majestoso Theatro Pedro II e do Prédio Meira Júnior, na Praça XV de Novembro, para que a população pudesse apreciar a mais nova expressão do poder e da riqueza da cidade.

O Theatro, principal edifício do Quarteirão Paulista, foi descrito por João Alves Meira Júnior, da seguinte forma:

"O theatro conteria um vestibulo 'monumental', no primeiro pavimento o foyer de passeio e mais dois amplos salões de circulação e repouso, mais duas outras salas; no segundo pavimento os mesmos números de salas, salões e foyer. O 'monumental' vestibulo de entrada, o foyer e os salões do primeiro andar deveriam ser tratados, como as peças principaes, com decoração rica em que se applicariam, como elementos predominantes, o estuque fino de gesso, escadarias de marmore e balustradas de ferro forjado. [...] As salas de espectaculos teriam a capacidade para accommodar confortavel-mente duas mil oitocentas e quinze (2.815) pessoas, sendo 1.454 no pavimento terreo; 346 no primeiro andar; 401 no segundo e 614 no ultimo. Colossal!".

O presidente da Companhia Cervejaria Paulista também comentou o programa e alguns detalhes do Edifício Meira Júnior:

"O pavimento terreo do edificio commercial seria destinado a installações de lojas e principalmente de uma confeitaria de luxo, sendo os andares superiores occupados com magnificos escriptorios. A confeitaria teria as portas à moda européa, em grandes vãos envidraçados,

de entrada vedada; na area central graciosa pergola, com plantas verdes, daria a ilusão de verdadeiro jardim e no primeiro pavimento um espaçoso salão de chá, finamente decorado".

João Alves Meira Júnior e os demais idealizadores escolheram o arquiteto Hyppolito Gustavo Pujol Júnior para desenvolver o projeto do Theatro Pedro II, em Ribeirão Preto. Inaugurado em 1930, era inspirado em casas de espetáculos europeias.

Na época, as obras ajudaram a dinamizar a economia local, contribuindo para enfrentar a grave crise econômica de 1929. Destacar-se também a importante participação de João Alves Meira Júnior na fundação da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto.

Com o fim da Revolução Constitucionalista, em outubro de 1932, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório (1930-1934), criou a Câmara do Reajustamento Econômico que, entre outras funções, teria de analisar a situação dos fazendeiros de café endividados, cujas dívidas poderiam ser abatidas em 50% nos bancos.

Afastado da política desde 1930, em 1934 foi nomeado, por Getúlio Vargas, para exercer a função de juiz da Câmara de Reajustamento Econômico do Ministério da Fazenda, cargo ocupado até 1935. Também em 1934, foi novamente eleito deputado federal, desta vez através do Partido Constitucionalista de São Paulo. Exerceu o mandato de 3 de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando da instauração do Estado Novo (1937-1945), que suprimiu as câmaras legislativas de todo o país.

João Alves Meira Júnior foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Regional de Ribeirão Preto, entre 1937 e 1939, e voltou à presidência do órgão entre 1949 e julho de 1952, quando faleceu.

Como manifestação de pesar, a Assembleia Legislativa de São Paulo suspendeu os trabalhos, naquele dia.

Em 1955, a prefeitura de Ribeirão Preto construiu uma escultura do João Alves Meira Júnior, em estilo neoclássico, que foi instalada na praça XV de Novembro, próximo ao Quarteirão Paulista. Era uma estátua de bronze de corpo inteiro, retratando-o com a bengala em uma mão e seu chapéu na outra. A bengala já foi furtada e substituída por três vezes. Na inauguração, podia-se ler na placa de identificação "Meira Junior no direito foi um baluarte da justiça na política dignificou a democracia na indústria foi um dos seus pioneiros".

1903

Candido Portinari
O gigante menino de Brodowski

Adriana Silva
Mônica Oliveira

Candido Portinari é um artista do mundo. Nasceu em 1903, na pequena cidade de Brodowski/SP e ao passear por sua história, fica a certeza de que ele sempre esteve comprometido com a arte. Sua vida foi desenhar e pintar e fazer poesia sempre, desde criança até a morte, em fevereiro de 1962, intoxicado pelas tintas que utilizava.

Filho de pais imigrantes italianos, Gionan Battista Portinari e Domenica di Bassano, que vieram para o Brasil trabalhar na fazenda de café Santa Rosa, Candido é o segundo filho entre 12 irmãos. O menino Candinho, como era chamado na infância, começou a pintar muito cedo. Aos 6 anos de idade já dividia o seu tempo entre as brincadeiras e o desenho. E era sempre elogiado pelos professores. Tanto que seu pai pediu para Zé

Murati lhe dar aulas. Quando viu o retrato que o filho fez do músico brasileiro Carlos Gomes, soube na hora que o menino era muito talentoso.

Aos 14 anos, Portinari aproximou-se de artistas italianos que ornamentavam a igreja de Brodowski e até participou do projeto artístico pintando as estrelas de azul. Uma experiência reveladora. Ficou evidente que o menino escolheu a arte, mas foi também por ela escolhido.

Casa onde Portinari nasceu, em Brodowski. Museu Casa de Portinari | Foto: Adriana Silva, 2022.

A casa onde Candido Portinari viveu até os 15 anos, em Brodowski, foi transformada em um museu. Ao visitá-lo, é possível ver que ele desenhava até nas paredes. Amarela, com detalhes em azul, a arquitetura da casa guarda características da época em que foi construída. Dentro, as marcas de uma vida.

No quarto que foi do menino, ainda está guardada a mala que ele usou para viajar para o Rio de Janeiro, aos 15 anos de idade. Incentivado por seus pais, Portinari foi para a capital do país estudar na Escola de Belas Artes.

No mesmo quarto, um par de sapatos; um com o salto maior do que o outro. Portinari tinha uma pequena diferença no tamanho da perna e, para não mancar, mandava fazer sapatos especiais.

No espaço usado como ateliê, permanecem exibidas algumas tintas, pinceis e outros objetos utilizados pelo artista. O destaque fica para uma pintura em que é possível ver o azul chamado de azul Portinari.

Pintura de Portinari no ateliê da casa em Brodowski.| Foto: Adriana Silva, 2022.

Na primeira sala a ser visitada, um desenho, ainda sem cor, mostra o coreto da pequena cidade onde seu pai participava da banda e a praça onde Candinho brincou com os meninos da vizinhança. Tema que, no futuro, ocupou muitas de suas telas.

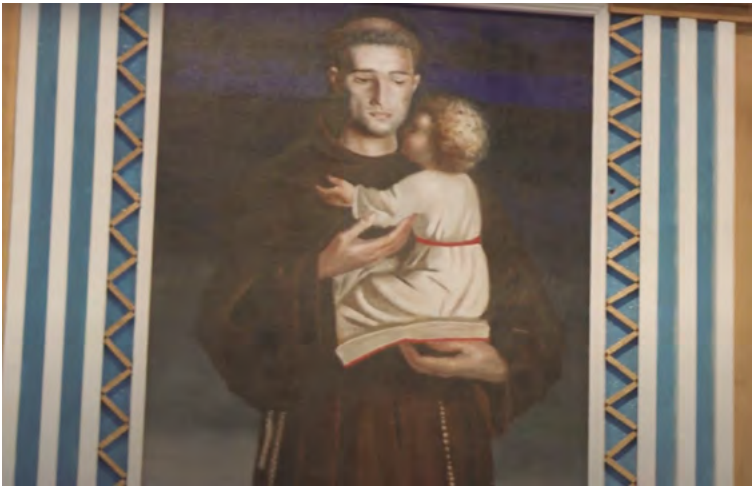
O passeio pelo museu leva a um dragão enorme pintado acima de duas portas. Era a imaginação de Portinari ilustrando as histórias de São Jorge que ouvia dos pais e das avós. Ao lado do esboço da pintura feito a lápis, pode-se ver uma das poesias de Portinari. A sala no museu deixa aparente o artista do desenho, das tintas e das palavras.

São Jorge e o Dragão. Pintura de Candido Portinari na parede de sua casa em Brodowski | Foto: Adriana Silva, 2022.

No jardim da casa, a pequena capela, toda ocupada com suas pinturas, exibe o carinho do menino pela avó, que, diante da idade avançada e problemas de saúde, já não conseguia mais ir rezar na igreja da cidade. Ele pintou os santos de devoção e presenteou a nona Pellegrina, mãe do seu pai.

Capela da Nonna, pintada em 1941. Erguida no quintal da casa de Candido Portinari, em Brodowski | Foto: Adriana Silva, 2022.

Antes da visita ao museu terminar, outra obra do artista chama a atenção. Na capela erguida para celebrar Santo Antônio, existe uma tela de Candido Portinari doada sob a condição de que nunca seria retirada dali.



Tela de Santo Antônio com o menino Jesus nos braços. Capela de Brodowski| Foto: Adriana Silva, 2022.

No tempo em que esteve no Rio de Janeiro, pintou muitos retratos. Foi a maneira que encontrou de sobreviver na Capital e também se tornar conhecido. Esses trabalhos o levaram a fazer grandes amizades, como Mário de Andrade e Jorge Amado. Nesse período não apresentava grande inovação em seus traços, mas trazia as diretrizes principais do estilo retratista e, indo além, conseguia transpor um pouco da personalidade de seu representado.

Em 1929, Candido Portinari recebeu um prêmio com a pintura que fez de Olegário Mariano e ganhou uma viagem para Paris/França. Ficou um ano na Europa. Além de pintar, observou, como um estudioso, a produção de outros artistas europeus, deixando-se influenciar por novos estilos. Por lá, conheceu Maria Victória, que veio a se tornar sua esposa e, juntos, voltaram para o Brasil. Em sua bagagem, só um retrato de Maria e uma vontade imensa de pintar a sua gente.

De volta à sua terra, Portinari passou a produzir como nunca. Retomou a reprodução de retratos, obras públicas e institucionais, mas pintou sua gente, a sua terra, o seu céu, o seu País. Um dos quadros mais importantes do artista é "O Lavrador de Café", de 1934. "Vou pintar o Palaninho, vou pintar aquela gente com aquela roupa e com aquela cor"[1], disse o menino de Brodowski referindo-se ao seu povo e à terra roxa.

A obra de Portinari carrega em si mensagens sociais. Ao retratar retirantes e mães sofridas com a morte de seus filhos, ele grita as mazelas do país.

Em 1936, foi convidado a pintar uma série de quatro painéis para o monumento rodoviário, na rodovia entre Rio de Janeiro e

---

[1]MOULIN, Nilson. **Portinari, vou pintar aquela gente**. Coleção Artistas Brasileiros, 1998.

São Paulo. Intitulada a "Construção da Rodovia", a obra garantiu ao pintor mais visibilidade e inaugurou um período importante da sua carreira: o das obras públicas.

Em 1938, quando Candido Portinari foi convidado a produzir os afrescos no prédio do antigo Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, o governo solicitou que as cenas a serem pintadas representassem a história do Brasil. O artista respondeu: "A minha pintura é pintura de camponês"[2]. Os Ciclos Econômicos do Brasil mostram exatamente a importância dos trabalhadores, dos camponeses, dos indígenas, dos escravizados.

A partir da parceria com o ministro e amigo Gustavo Capanema, o pintor passou a ser convidado a compor projetos de grandes arquitetos. Os seus traços modernos e sua versatilidade renderam grandes composições, como a Igreja da Pampulha, na Capital de Minas Gerais, com painéis e azulejos produzidos a convite do arquiteto Oscar Niemeyer.

"O Café" foi a primeira tela de Candido Portinari a ser exposta fora do Brasil. Com seus traços volumosos e tons terrosos, o quadro levou o pintor a receber uma menção honrosa na Exposição Internacional de Arte Moderna no Instituto Carnegie.

Mesmo pintando a pobreza e a miséria do povo brasileiro, ele a retratava com dignidade, trazendo, às suas figuras, força e resiliência. Os personagens de mãos e pés grandes e volumosos tornaram-se uma marca da representação do trabalhador, vez escravizado, vez imigrante, ou retirante.

---

[2]Memorial de Portinari, Rio de Janeiro. Disponível em https://memorial.org.br/ha-60-anos-portinari-iniciava-sua-mais-importante-obra/. Acesso em: 22 maio. 2022.

"Pés sofridos com muitos e muitos quilómetros de marcha.

Pés que só os santos têm. Pés que inspiravam piedade e respeito.

Agarrados ao solo eram como alicerces, muitas vezes suportavam apenas um corpo franzino e doente. Pés cheios de nós que expressavam alguma coisa de força, terríveis e pacientes."[3]

Mas Candido Portinari também pintou a ingenuidade das crianças. As brincadeiras livres pelas ruas de terra vermelha, as festas, o circo, os espantalhos e a vida simples do interior paulista. Se pararmos um pouco, é possível ouvir as gargalhadas das crianças nas gangorras, ou o som da bola sendo chutada. Portinari representou as memórias de sua infância em seus quadros e poemas e, ao fazê-lo, provoca o expectador a revisitar as suas próprias lembranças, passando a imergir em sua obra. As muitas pinturas que retratam esse período registram a cultura regional brasileira, as suas paisagens, fauna e flora. Certa ocasião, o artista afirmou que pintava meninos em gangorra e balanço para botá-los no ar, feito anjos.

Candido Portinari pintou também muitos retratos. Entre essas obras, destaca-se o retrato de Getúlio Vargas, executado em 1938. O quadro traz traços mais realistas do que os retratos que o pintor costumava produzir.

Ele pintou amigos, como foi o caso do escritor Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos e, muitas vezes, seus familiares, com destaque para a esposa Maria Victória Martinelli e o filho João Cândido.

Além das telas, Candido Portinari pintou painéis e murais. Um destaque do artista é "Guerra e Paz" exposto na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. Composto

---

[3]Candido Portinari, Retrospectiva, Catálogo MASP. Disponível em https://masp.org.br/busca?search=portinari. Acesso em 23 maio. 2022.

por dois painéis, com 14 metros de extensão por 10 de altura cada um, foram pintados ao longo de quatro anos, entre 1952 e 1956. O trabalho, quando visto em sua totalidade, mostra 28 placas de madeira com pinturas que tematizam cenas específicas. Todas juntas, harmonizam o importante painel. Separadas, permitem debates diversos.

Na década de 1950, o menino de Brodowski passou bastante tempo em Batatais, cidade vizinha. Ele pintou 14 quadros da via-sacra, as obras de Bom Jesus da Cana Verde e Nossa Senhora Aparecida, e cinco trabalhos evocando cenas bíblicas.

Candido Portinari foi completo, em sua incompletude. Foi amplo, em sua simplicidade. De menino a gigante, Portinari sempre representou o Brasil.

1904

Amador Aguiar: De bancário a banqueiro

Adriana Silva

A mesma Praça XV de Novembro, no coração de Ribeirão Preto, que abraça, em um de seus lados, a enorme agência do banco criado por Amador Aguiar, o Bradesco, foi, nas narrativas de seu biógrafo, Pedro Cavalcanti[1], um alento em noite de pouca sorte, para o então jovem de 16 anos.

Amador Aguiar é ribeirão-pretano, filho da terra roxa. Nasceu em 11 de fevereiro de 1904, em uma família grande. Sua mãe, Maria Coelho Aguiar e Silva, deu à luz 13 filhos. O primeiro trabalho, ainda menino, foi na lavoura de café, na Fazenda Arindeúva,

[1]CAVALCANTI, P. **Amador Aguiar**: Uma história de intuição e pioneirismo. Grifo, 2015. Obra realizada por meio da Lei de Incentivo à Cultura.

onde seu pai também trabalhava. Sem qualquer pretensão de continuar vivendo no campo, motivado por uma briga que teve com o senhor João Antônio Aguiar e Silva, deixou a fazenda para iniciar sua própria trajetória.

Com somente quatro anos de estudos, suas opções eram poucas, mas não ficou desempregado por muito tempo. Logo conseguiu trabalho como tipógrafo, no jornal "A Tarde" e no "Jornal da Manhã". Ficou pouco, nesses veículos de comunicação. Em busca de melhor salário, foi para Bebedouro/SP, cidade distante 81 quilômetros de onde nasceu, para trabalhar nas oficinas de tipografia de três jornais: "A Vanguarda", "Jornal de Bebedouro" e "Gazeta de Bebedouro".

Desse período, Amador Aguiar guardou marcas físicas. Em um acidente ele cortou parte do dedo indicador da mão direita. Sua profissão como linotipista estava encerrada.

Ainda muito jovem, com 21 anos, casou-se com Eliza Silva e um ano depois os dois foram para Birigui, distante 252 quilômetros de Bebedouro. Amador foi trabalhar como contínuo, na agência do Banco Noroeste, e a esposa, a quem chamava de Lili, passou a cuidar da casa. Os primeiros anos não foram fáceis. O primeiro filho, Rubens, morreu aos seis meses, de disenteria bacilar. Dois anos depois, a segunda filha, Clarice, morreu no parto. Nesse ano, o casal já estava morando em Penápolis, depois de uma passagem por Presidente Alves. O jovem ribeirão-pretano estava assumindo novas posições no banco e tinha que aceitar as transferências. Uma atrás da outra, voltou para Birigui, depois ficou por seis anos em Lins.

Mesmo distante de sua mãe e dos irmãos, quando o pai morreu, Amador passou a enviar dinheiro para sua casa. Acompanhava tudo o que acontecia e dava atenção especial aos mais jovens, com destaque para Emília, que passou a morar com ele e a esposa.

Foi ali em Lins, em 1938, que o casal Lili e Amador resolveu adotar as gêmeas Lia e Lina[2].

Antes de se mudarem para Marília, em 1943, o bancário assumiu a presidência da Associação dos Bancários de Lins. Cada vez mais, Amador destacava-se, não só nas entidades representativas, mas também assumindo novas posições no Banco Noroeste. Ele foi nomeado subdiretor da agência e, quando foi outra vez transferido, a cidade organizou uma despedida com muitas homenagens.

Apesar de suas promoções, já não tinha como crescer mais no banco da família Simonsen. A hierarquia na instituição financeira estava consolidada entre os irmãos Wallace e Roberto e os primos Jorge e Leo.

Outros bancos apresentavam a mesma realidade. Eram grupos fechados, com núcleos de poder aristocráticos.

A chance de Amador Aguiar, na avaliação dele, era se aproximar de uma organização menor, mas com perspectivas de crescimento. Naquele momento pós-guerra, havia registro de muitas pequenas casas bancárias, uma espécie de instituição pré-banco, que possuía capital igual ou menor do que 500 contos de réis, dinheiro da época em que foi aprovado o Decreto 14.728 regulamentando o sistema geral dos bancos, no Brasil. Em 1940, eram 354 casas. Quatro anos depois, o número tinha aumentado para 663[3].

A Casa Bancária Almeida & Cia pareceu ser uma boa oportunidade. Criada pelo cafeicultor Galdino Alfredo de Almeida, chamado de Coronel, pretendia aumentar seu capital e figurar como banco. Para essa transição, o grupo familiar contrataria um profissional com

---

[2]Em 1964, o casal adotou a terceira filha, Maria Ângela Aguiar.

[3]CAVALCANTI, P. **Amador Aguiar**: Uma história de intuição e pioneirismo. Grifo, 2015. Obra realizada por meio da Lei de Incentivo à Cultura.

experiência no mercado financeiro. Seria José Carlos de Almeida Negreiros, mas ele faleceu antes de assumir. Então, Amador Aguiar foi convidado e aceitou, passando a ter 10% do novo banco.

De tipógrafo, em Ribeirão Preto, em 1919, a gerente-geral do Banco Brasileiro de Descontos S. A., em 1943, na cidade de Marília/SP, o marido de Lili fez muitas outras coisas. Lia sempre, muito, toda vez que lhe sobrava tempo e aprendeu a pilotar, no Aeroclube de Lins, quando tirou seu brevê.

Assim que assumiu o seu novo cargo, foi rápido em montar a equipe para colocar em prática os seus planos. Sim, já há muito tempo, Amador Aguiar vinha se preparando para aquela oportunidade. Logo conseguiu mostrar suas habilidades e sua liderança.

A primeira grande mudança foi ampliar o campo de atuação do banco, permitindo ou provocando maior aproximação de outra clientela. O gerente queria aumentar o número de usuários do serviço bancário. Um público que lhe interessava muito eram os imigrantes. No caso de Marília, principalmente os japoneses.

Por diversas vezes, em muitas entrevistas concedidas, Amador Aguiar explicou sua estratégia. Queria fazer transações bancárias com todos e não somente com os magnatas. Assim como queria aumentar o número de acionistas e correntistas. Essa proposta de fazer um banco do povo foi estruturante, no crescimento do Bradesco. Ele foi o primeiro a acreditar e investir no varejo.

Foi preciso educar o cidadão a ser usuário dos serviços bancários. Em vez de devolver cheques preenchidos de forma errada, o banco chamava o cliente para ensiná-lo a usar o talão corretamente. O Bradesco foi o primeiro banco a aceitar o pagamento de conta de luz e a receber declarações de Imposto de Renda (IR).

Em relação aos japoneses, Aguiar abriu espaço na agência para uma comunicação mais direta com esses imigrantes, que, por

restrições legais, não podiam falar em japonês em público. Um intérprete foi contratado para aproximar o cliente do banco. Mas as tratativas estavam apoiadas em relação de confiança. Os japoneses de Marília já conheciam bem Amador Aguiar e confiavam.

Amador Aguiar |Foto: http://museubradesco.org.br/pages/capitulos/museu.html. Acesso em: 22 maio. 2022.

Os resultados surgiram muito rapidamente. Em um ano, o número de agências do banco saltou de 7 para 20 unidades.

Quando 1946 começou, o Bradesco estava instalado na capital paulista. Aquela mudança, mais do que simbólica, era importante para garantir representação no cenário financeiro do Brasil. O primeiro endereço foi na Rua Álvares Penteado. Ali, definitivamente, Amador Aguiar deixava de ser bancário para ser banqueiro.

Como diretor, teve a oportunidade de mostrar tudo o que sabia e, em oito anos, o Bradesco ocupou o lugar do maior banco privado do país.

De São Paulo para o Paraná, o número de novas agências só aumentava. Depois no Rio de Janeiro. As pequenas aquisições levaram o Bradesco para outros novos dez estados e o Distrito Federal. Em 1951, Amador Aguiar já ocupava a superintendência.

Transferir a sede do Bradesco para Osasco, em 1953, levou benefícios ao então bairro, só elevado a município em 1962[4]. A inauguração foi no dia 10 de março e contou com as presenças do governador Lucas Nogueira Garcez, o jornalista Assis Chateaubriand, o senador Alencastro Guimarães e diretores do banco. Primeiro foi o núcleo residencial dos funcionários e a matriz central de serviços, que recebeu o nome de Cidade de Deus, dado por Chatô, inspirado nas obras de Santo Agostinho[5].

Entre os benefícios proporcionados pelo Bradesco, a Osasco, teve a organização da Companhia Telefônica Suburbana Paulista (Cotespa). Para atender aos funcionários, foi criada uma linha privada de ônibus, ligando o Vale do Anhangabaú à sede, na Cidade de Deus.

---

[4]Câmara Municipal de Osasco. Disponível em: https://www.osasco.sp.leg.br/institucional/osasco-cidade/bairros/entre-a-imaginacao-e-o-real-nasce-a-cidade-de-deus. Acesso em: 5 mar. 2022.

[5]Quando da instalação do município de Osasco, toda a diretoria do Bradesco colocou-se à disposição do primeiro prefeito, oferecendo, dentre outras contribuições: a doação de móveis e utensílios para o início de sua gestão; o recolhimento antecipado dos impostos; e crédito à prefeitura para que nada faltasse ao Executivo e ao Legislativo, para o bom desempenho das suas funções. Amador Aguiar recebeu o título de "Cidadão Osasquense", por meio do Decreto Legislativo n. 768, de 15 de março de 1969, em sessão solene realizada em seu gabinete, na Cidade de Deus.

Três anos depois, Amador Aguiar criou a Fundação Bradesco, com o objetivo de proporcionar educação e profissionalização a crianças, jovens e adultos. Em 1962, atendia a 300 estudantes com sete professores. Em 2013, eram 7 mil estudantes, em duas unidades em Osasco. Em 2020, eram 46 mil, em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal[6].

Seus projetos paralelos não distraiam o banqueiro. A compra do banco Inco (Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina) agregou novas 108 agências ao grupo, que já possuía, naquele ano de 1968, 326 endereços.

Seu modelo característico de fazer a gestão da instituição bancária só lhe trazia bons resultados, levando-o à presidência do banco, em 1969, em substituição a José da Cunha Júnior.

Do banco da Praça XV de Novembro, em Ribeirão Preto, até a Presidência de uma das maiores instituições financeiras privadas da América Latina, Amador Aguiar construiu um patrimônio jamais imaginado pelo jovem que perdeu parte do dedo na oficina de linotipo. Acidente que mudou sua vida.

Amador Aguiar faleceu em 1991, aos 86 anos. Entre as muitas entrevistas concedidas por ele, ao longo dos 48 anos que ficou à frente do banco, algumas são replicadas como lição de governança. É o caso de quando ele respondeu para a jornalista sobre a crise econômica divulgada pela imprensa: "Eu não leio jornais. Acredito no meu negócio e continuo investindo. Se eu fosse acreditar no que está nos jornais ainda estaria com a casa bancária em Marília"[7].

---

[6]Disponível em: https://fundacao.bradesco/pt-BR/Resultados. Acesso em: 5 mar. 2022.

[7]SILVA, João Bosco. Linkedin, 24 de fevereiro de 202. Disponível em https://www.linkedin.com/pulse/lições-de-governança-amador-aguiar-fundador-do-bra-

Outra resposta, também replicada: "Nunca empresto muito a poucos, e sim pouco a muitos"[8], deixa em evidência como o homem simples se tornou um dos banqueiros mais bem-sucedidos do Brasil.

desco-silva/?originalSubdomain=pt. Acesso em: 22 maio. 2022.

[8]SILVA, João Bosco. Linkedin, 24 de fevereiro de 202. Disponível em https://www.linkedin.com/pulse/lições-de-governança-amador-aguiar-fundador-do-bradesco-silva/?originalSubdomain=pt. Acesso em: 22 maio. 2022.

1906

Extra, extra, a história do jornalista Antonio Machado Sant'Anna: Embaixador de Ribeirão Preto

Adriana Silva

O livro de capa dura, impresso em preto e branco, que exibe o jornalista Antônio Machado Sant'Anna na Praça São Pedro, em frente ao Vaticano/Itália, guarda histórias que extrapolam as narrativas contidas na obra[1]. As dezenas de fotos impressas permitem um ir e vir frenético. Como janelas que deixam o leitor entrar e sair, convidam a conhecer o que não foi escrito, mas está aparente. A trajetória do ribeirão-pretano nascido no distrito de Bonfim Paulista, em 1906, amplifica, redimensionando sua própria narrativa. Ao

[1]SANT'ANNA, Sérgio Rubens Machado; KOGA, Cristina. **Jornalista Antônio Machado Sant'Anna**: Levando a informação de Ribeirão Preto para o mundo (1906-1981). Ribeirão Preto, 2015.

propor uma cronologia dos seus 75 anos de vida, necessariamente, as abordagens laterais colocam em evidência a história da imprensa, do jornalismo e da própria cidade de Ribeirão Preto.

O amor desse homem, pelo lugar onde nasceu, era reconhecido por quem com ele convivia. Uma manchete publicada no Jornal "A Cidade", em 15 de outubro de 2006, explicita sua relação com o município: "Machado Sant'Anna, o amigo número 1 de Ribeirão Preto" . Mas o que fez esse homem, para ser considerado tão próximo de sua cidade?

Nascido em uma família grande, com nove irmãos, o menino Antônio estudou os primeiros anos, ali mesmo em Bonfim Paulista. Depois, somou-se a uma lista de dedicados estudantes do Gynásio do Estado, em Ribeirão Preto. Seus pais, dona Maria da Glória e o senhor Lindoro Vicente, deixaram o Vale do Paraíba para administrar fazendas cafeeiras nessa localidade.

Aos 18 anos de idade, já casado com Mathilde Pinho Sant'Anna, o jovem bonfinense iniciou seu caminho na imprensa. Quando começou, como aprendiz no Jornal "A Cidade", o periódico criado em 1905, era dirigido por Enéas Ferreira da Silva e Durval Vieira de Souza. Dois anos depois, Sant'Anna já estava atuando como jornalista no "Diário da Manhã" que viria a ser de sua propriedade, no futuro. Sua primeira atuação foi como cronista esportivo.

Cinco anos após ter iniciado sua trajetória no jornalismo, o jovem empreendedor da comunicação criou o "Diário d'Oeste" com Luiz Gomes. E assim seguia Sant'Anna, num misto de jornalista e empresário da notícia, até que, em 1940, tornou-se dono do jornal "A Tarde", em sociedade com Onézimo da Mota Cortez. Fundado em 1919, o jornal teve, durante um tempo, o advogado Rubem Cione como um de seus redatores[2].

---

[2]Reportagem Especial comemorativa aos 24 anos do Jornal "A Tribuna" publicado em 4 de novembro de 2019.

Depois de uma década conduzindo "A Tarde", Antônio Machado Sant'Anna tornou-se proprietário do "Diário da Manhã", até então, patrimônio da família de Costábile Romano. A primeira edição do periódico histórico circulou em 1º de julho de 1898. Nomes relevantes do jornalismo ribeirão-pretano passaram pelo "Diário da Manhã", entre eles, Albino de Camargo Neto, Veiga Miranda e Oswaldo de Abreu Sampaio. Prestigiado veículo de comunicação impressa, o jornal chegou a enviar correspondentes para outros países. Não raras vezes, as notícias chegavam direto de Washington/EUA, Montevidéu/Uruguai, Buenos Aires/Argentina e Santiago/Chile.

O jornalista seguiu administrando o jornal até 1964. Com o início da ditadura, o periódico foi fechado por apoiar as reformas de base defendidas pelo governo de João Goulart. Sant'Anna, mais do que um narrador dos fatos, apropriava-se da arte escrita para defender suas ideias. Às vezes, uma causa simples, como o fortalecimento da gestão dos times de futebol de Ribeirão Preto; a pavimentação asfáltica das ruas; a retirada dos trilhos da Mogiana do centro da cidade; a mudança do telefone a manivela pelo automático; e muitas outras intensamente polêmicas. O jornalista sempre foi um defensor dos temas que prometiam impulsionar o desenvolvimento de Ribeirão Preto. Quando não, colocava-se à frente de causas nacionais.

Em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo", em junho de 2013, seu filho Sérgio Rubens Machado Sant'Anna esclareceu ao jornalista, Luís Fernando Wiltemburg, que o fechamento do jornal pelo comando militar foi um grande equívoco. Embora muito crítico, quando necessário, aos acontecimentos políticos, "meu pai era um municipalista convicto, um nacionalista fervoroso, mas nunca foi um homem de esquerda."

O filho lembra, ainda, do pai, sempre acompanhado de sua máquina fotográfica *rolleiflex* e perto da *remington* portátil, de onde registrava as imagens e originava seus textos. Segundo o neto,

Guilherme Chaves Sant'Anna, para quem o avô era "Toni", o som da máquina de escrever era trilha sonora dos textos assinados com o codinome Pedro Brando.

Machado Sant'Anna não era homem de um projeto só. Enquanto dirigia jornais, fundou, em fevereiro de 1939, a "Revista de Ribeirão Preto", órgão oficial da Sociedade União dos Viajantes. Na primeira edição, o jornalista exibiu suas habilidades literárias. Como um cronista nato, mais do que simplesmente apresentar narrativas, trabalhava as palavras com harmonia para promover encantamentos. Ele escreveu: "Muitos sonhos acalentei durante a minha curta vida real e palpável. Muitas ilusões guardei no velho baú das recordações... Mas dentre todas, talvez a única que persistiu, que agitou as moléculas do meu cérebro, incentivada pela vontade férrea daqueles que advinham algo de promissor para a insignificância do átomo, foi sem dúvida a de querer alçar aos pícaros da gloria efêmera de escritor"[3].

Com o título "O Cometa da Vida", o artigo do jornalista, ainda grafado com as duplas consoantes "ph" e palavras introspectivas, começa questionando "o que somos na imensidade dos mundos?" e ao concluir que "viver é lutar e lutar é vencer", o jornalista se identifica como "o cometa que sai pelos mundos" .

Sant'Anna passou a vida escrevendo. Desde anotações sobre o cotidiano da família, como se fossem legendas amplificadas de fotos que adorava fazer, até livros em que defendia suas teses. Em "A Implantação da Universidade de Ribeirão Preto[4]", publicado em 1975, com prefácio de Zeferino Vaz, então reitor da Universidade

---

[3]SAN'ANNA, Antônio Machado. **A implantação da universidade de Ribeirão Preto**. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, 1975.
[4]SAN'ANNA, 1975.

de Campinas, o jornalista evidencia suas crenças a favor da educação universitária e critica a lentidão dos processos políticos.

Zeferino Vaz, em seu texto, identifica Sant'Anna como "incansável batalhador pelo desenvolvimento cultural de Ribeirão Preto ". E tudo passa a fazer muito sentido. Antes mesmo da história terminar, a resposta escancarada do porquê o jornalista foi identificado como o amigo número 1 de sua cidade.

Em 1952, o jornalista estava lá, quando o governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, fez a aula inaugural da Faculdade de Medicina, ao lado do prefeito de Ribeirão Preto, Alfredo Condeixa Filho. Aquela vitória era também de Antônio Machado Sant'Anna. Tanto que, como convidado especial de Zeferino Vaz, ele estava nas fileiras iniciais, na colação de grau da primeira turma da Medicina, em 1957. Em seu terno de gola acetinada, com gravata borboleta e olhar introspectivo, o jornalista celebrou, com os outros, o resultado de todo o empenho pela criação do curso em Ribeirão Preto.

Depois de sua passagem pelos Jornais "A Cidade", "A Tarde", a "Revista Ribeirão Preto" e o "Diário da Manhã", Sant'Anna mudou-se para São Paulo, em 1964, onde trabalhou no "Diários Associados", de propriedade de Assis Chateaubriand, de quem se tornou amigo pessoal. Mas a geografia não o distanciou. Ainda seguia publicando, em vários jornais da região, suas crônicas e comentários.

Mesmo depois de aposentado, em 1966, Sant'Anna seguiu com sua coluna no Jornal "Diário da Noite" e atuava em vários movimentos. Como municipalista que sempre foi, dedicou-se à causa com presença marcante na Associação Brasileira dos Municípios e constante atuação nos congressos estaduais de municípios.

Ao folhear as páginas do livro organizado pelo filho, com pesquisa da jornalista Cristina Koga, e observar as fotos, é possível reconhecer as empreitadas de Antônio Machado Sant'Anna

a favor de Ribeirão Preto. Desde apoio ao Comercial Futebol Clube, logo no seu início, em pose registrada em 1926, até homenagem da Associação Brasileira dos Municípios, em 1973, passando pela Revolução Constitucionalista de 1932, com foto ao lado dos homens da Cavalaria Rio Pardo. Como jornalista, ou homem interessado pelas coisas da cidade e da região, Sant'Anna sempre estava por perto. Acompanhou a inauguração da Usina Junqueira e fez o trajeto do trem, pela estrada de ferro, com a primeira carga de cana para moagem e produção de açúcar.

Dois anos depois, quando a Viação Aérea São Paulo (Vasp) iniciou a linha São Paulo – Ribeirão Preto – Goiânia, o jornalista estava no voo inaugural. A aeronave imponente, com suas três hélices, fazia os homens de terno parecerem pequeninos na foto posada para a história. E assim foi, uma reportagem atrás de outra fazendo, do jornalista, uma figura constante nos acontecimentos históricos da cidade.

No ano de 1936, Sant'Anna participou e reportou uma série de acontecimentos na cidade. Acompanhado dos profissionais da empresa construtora, visitou a obra do Edifício Diederichsen. A foto faz referência à última laje do prédio prestes a ser inaugurado. Considerado o primeiro edifício alto do interior paulista, o patrimônio de Antonio Diederichsen foi também um dos primeiros com utilização mista: hotel, comércio, escritórios e residências, em um mesmo imóvel.

Quando o imigrante italiano conde Francisco Matarazzo, que tinha, em 1936, negócios em Ribeirão Preto, um depósito de algodão e outro de sal, visitou a cidade, Sant'Anna estava na comitiva de recepção. Assim como acompanhou a visita de dona Joaquina Gomes, irmã do maestro Carlos Gomes.

A partir de 1936, o jornalista apaixonado por Ribeirão Preto passou a integrar o Centro de Imprensa da cidade, vinculado à

Associação Paulista de Imprensa. Esse ativismo de Sant'Anna o identifica como alguém dedicado à proteção da profissão e dos profissionais do jornalismo. Em 1939, foi um dos membros fundadores da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo (Apisp). Durante a 1ª reunião de jornalistas, com profissionais de Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, Antônio Grellet, redator chefe do jornal "Diário de Notícia", fez uma palestra sobre a categoria e contou com os aplausos de Antônio Amoroso, do "Diário da Manhã"; José Silva Lisboa, do "Diário de Notícias"; João Palma Guião e Orestes Lopes de Camargo, do jornal "A Cidade". Antonio Machado Sant'Anna representou o Jornal "Diário de São Paulo".

Antonio Machado Sant'Anna, Joaquina Gomes e Max Bartch | Foto : Jornalista Antônio Machado Sant'Anna: Levando a informação de Ribeirão Preto para o mundo (1906 a 1981), 2015.

Com a Segunda Guerra Mundial, em 1939, algumas das instituições classistas anteriormente criadas foram desativadas. Esse foi o

caso do Centro de Imprensa de Ribeirão Preto. Somente em 1948, também com Sant'Anna como um dos articuladores, a categoria voltou a ter uma entidade para defesa de suas pautas profissionais. A criação da Associação Regional de Rádio e Imprensa aglutinou cidades do entorno para intensificar os debates.

Da esqu. para a dir.: Orestes Lopes de Camargo, prefeito Costábile Romano, Antônio Juscelino Kubitschek, Machado Sant'Anna e Amim Calil | Foto: Jornalista Antônio Machado Sant'Anna: Levando a Informação de Ribeirão Preto para o mundo (1906 a 1981), 2015.

Sua militância a favor dos jornalistas o levou à fundação também do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, com delegação em Ribeirão Preto, e da Ordem dos Velhos Jornalistas; essa última, em atividade até os dias de hoje. Foi também um dos fundadores da Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos de Ribeirão (Acle), entidade que teve importante atuação durante muitos anos,

reunindo os cronistas da cidade. Com várias emissoras de rádio, dois times de futebol, Ribeirão Preto sempre teve presença nessa área e nomes conhecidos da população se destacavam, entre eles, Jovino Campos e Wilson Roveri.

No cenário político, Sant'Anna se fez influente. Apesar de não ter sido eleito deputado estadual e nem federal, em campanhas nas quais se lançou, sempre manteve contato direto com líderes do Estado. Era amigo de Jânio Quadros, inclusive comparecendo em sua posse, em Brasília, em 1961, e de Juscelino Kubitschek, com quem sempre trocava cartas. Em uma das correspondências, em 25 de setembro de 1973, Juscelino inicia: "Meu caro Antonio Machado Sant'Anna, recebi sua belíssima carta, escrita de Ribeirão Preto, essa poderosa cidade paulista, princesa do café, cuja voz pesou na história da República...". Como essa, foram várias.

Antônio Machado Sant'Anna foi eleito duas vezes vereador, em Ribeirão Preto. Para os mandatos de 1948 a 1951 e 1952 a 1955. Era filiado ao Partido Social Progressista (PSP), fundado em São Paulo por Ademar de Barros, em junho de 1946.

O jornalista foi ainda Secretário de Educação durante o segundo governo de Alfredo Condeixa Filho, eleito em 1952 e depois em 1960. Os dois eram do mesmo partido.

Por manter relações próximas com líderes de estado, políticos influentes e sempre ser convidado a compor comitivas que viajavam para o exterior, Antônio Machado Sant'Anna era chamado de "Embaixador de Ribeirão Preto". Às vezes mais influente do que os deputados eleitos pela cidade. Além dos amigos importantes já mencionados, o jornalista conheceu os presidentes dos EUA, John Kennedy, e Dwight Eisenhower.

As muitas homenagens recebidas iluminam a trajetória e refletem seus exemplos. Além de nominar uma avenida no bairro City Ribeirão, Antônio Machado Sant'Anna dá nome à rodovia que

liga Ribeirão Preto a Araraquara, e nomina o prédio da Câmara Municipal de Ribeirão, localizado na Avenida Jerônimo Gonçalves, onde foi instalado um busto em sua homenagem. O jornalista morreu em 1981, aos 75 anos de idade.

1908

Zeferino Vaz e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto: Uma missão cumprida

Adriana Silva

O paulistano, nascido em 1908, foi tão enfático ao afirmar que mais do que uma Faculdade de Medicina, ele criaria, em Ribeirão Preto, o melhor centro de educação médica e de pesquisa científica do hemisfério sul, que, repetidas vezes, essa frase introduz a narrativa que percorre a história de criação e instalação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) – Universidade de São Paulo (USP).

Especialista em parasitologia e doenças parasitárias, biologia, genética e zoologia, Zeferino Vaz, formado na USP de São Paulo, em 1932, mostrou-se, ao longo de sua vida, um homem de diálogo, gestor de projetos e comprometido com suas causas. A essas qualidades, sempre são vinculados adjetivos superlativos

de competência. Não somente nos livros[1] mas, com destaque, nos vários discursos dos oradores das turmas em que ele foi o paraninfo e, com mais ênfase ainda, nos discursos de homenagens a ele dedicadas.

Entre os muitos projetos que realizou, ao longo da vida, dois o evidenciam como educador influente e gestor público requisitado: a direção dos trabalhos em Ribeirão Preto, quando da criação da Faculdade de Medicina e, 16 anos depois, a fundação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e sua reitoria.

Profissionalmente, Zeferino Vaz começou como professor catedrático de zoologia médica e parasitologia, na Faculdade de Medicina Veterinária da USP, onde também foi diretor, no período de 1936 a 1947. Deixou essa função para presidir a comissão que criaria a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Chegou a ser secretário de Estado da Saúde Pública e Assistência Social, em 1963.

Por indicação do governador Ademar de Barros, presidiu a Comissão Organizadora da Unicamp, inclusive assumindo a reitoria, em 1966, cargo que ocupou até se aposentar, aos 70 anos. O *campus* da universidade, uma rodovia, uma escola pública, o arquivo da universidade e um prêmio concedido anualmente para celebrar

---

[1]DUTRA, José Eduardo de Oliveira, (org). **De alunos a médicos**: A trajetória dos primeiros 60 anos da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto – o dia da volta. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2014; RODRIGUES, Maria de Lourdes Veronesse; MARCHINI, Júlio Sergio; SALGADO, Hélio Cesar; CARLOTTI JUNIOR, Carlos Gilberto. F**aculdade de medicina de Ribeirão Preto – USP primeiras décadas**. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2018; SANT'ANNA, Antônio Machado. **A implantação da universidade de Ribeirão Preto**. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, 1975.

bons trabalhos científicos, levam seu nome em Campinas, como forma de agradecimento às suas realizações.

Também em âmbito nacional, o reconhecimento dá-se com a criação do Grande Prêmio Capes de Tese Zeferino Vaz.

Mesmo aposentado, presidiu a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), até 1981, ano de sua morte, vítima de problemas coronarianos.

Zeferino Vaz era um homem prático. Quando perguntado sobre o que era necessário para montar uma faculdade, ele respondia: "Primeiro de homens, segundo de homens, terceiro de homens, depois bibliotecas, depois equipamentos e, finalmente, edifícios"[2].

Essa frase é banhada de verdade, quando se observa a trajetória de instalação da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto. Assim que designado para a função de colocar o projeto de pé, em 1951, Vaz rodeou-se de homens para cumprir a missão. Fez parcerias para garantir as salas de aula e começou, mesmo sem ter uma sede própria. O que só aconteceu dois anos depois.

A favor de Ribeirão Preto, pela deliberação de criar a faculdade na cidade, havia a demanda reprimida. Por sucessivos anos, a unidade da USP, na capital, não conseguia garantir vagas para vestibulandos excelentemente avaliados. Outra corrente a favor era a realidade geográfica e econômica de Ribeirão Preto. Havia ainda a promessa do então candidato ao governo do estado, Adhemar de Barros. Em entrevista concedida ao jornalista Sebastião Porto,

---

[2]Biografia de Zeferino Vaz. Disponível em: https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/130/BIOGRAFIA-ZEFERINO-VAZ.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

ele foi assertivo ao dizer que, se fosse eleito, criaria na cidade a Universidade do Interior. Isso motivou a criação de movimentos políticos e da imprensa. Muitos manifestavam-se a favor da oferta de um *campus* da USP. Entre esses propagadores da ideia, estava o jornalista Antônio Machado Sant'Anna, que até escreveu livro sobre o tema[3], apoiado pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto que, logicamente, também articulava com seus políticos influentes.

Personagem importante desta história prévia à instalação da FMRP foi Paulo Gomes Romeu. Então presidente do Centro Médico da cidade, ele liderava reuniões e apresentava argumentos sólidos para justificar a instalação da faculdade em território ribeirão-pretano.

Ao professor Zeferino Vaz foi solicitado que preparasse um relatório sobre as condições e perspectivas para a instalação da faculdade no interior do estado de São Paulo, especificamente em Ribeirão Preto. Esse documento foi primordial para a decisão final. Somente depois da análise técnica do material foi aprovada a Lei estadual n. 1.467/1951, autorizando a instalação da FMRP. Era governador do estado, naquele momento, Lucas Nogueira Garcez.

As primeiras atividades da Faculdade de Medicina aconteceram no prédio da rua Visconde de Inhaúma, 747, no centro da cidade. A meta, naquele momento, era iniciar o projeto e Zeferino aproveitou todas as oportunidades, muitas vezes acelerando os processos, tantas outras sendo paciente, até mesmo político, nas negociações. As atividades clínicas só foram iniciadas dois anos depois, utilizando os espaços da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

---

[3]SANT'ANNA, Antônio Machado. **A implantação da universidade de Ribeirão Preto**. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, 1975.

LEI N. 1467, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Dispõe sôbre organização e finalidades da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ , GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.0 – A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, criada pela Leis Estadual n. 161, de 24 de setembro de 1948, terá por fim ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino e o estudo das Ciências Médicas, em curso de seis anos, que compreenderá as seguintes disciplinas:

1 – Bioquímica
2 – Anatomia sistemática
3 – Anatomia topográfica
4 – Histologia

Fac-símile da página do Diário Oficial que divulga a Lei 1.467/1951 | Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo, 26 de dezembro de 1951

Em passagem pela rodovia que o levava para a estação de trem de Barrinha, Zeferino Vaz observou o prédio da Escola Prática de Agricultura (EPA), instalada na antiga fazenda Monte Alegre, do Rei do Café Francisco Schmidt. Ao consultar o médico Paulo Gomes Romeu, seu braço direito por anos, em Ribeirão Preto, certificou-se ser o melhor lugar para a expansão da Faculdade de Medicina.

A fazenda tinha sido desapropriada em 1940 e a unidade da Escola Prática de Agricultura foi instalada dois anos depois, como um projeto do presidente Getúlio Vargas. A proposta era preparar jovens moradores da zona rural, filhos de pequenos produtores, para seguirem atuando no campo. Mas o projeto não avançou

conforme o planejado e algumas unidades começaram a diminuir significativamente suas atividades no início da década de 1950, entre elas, a de Ribeirão Preto.

A ideia não foi aceita, logo que apresentada. Muitos defendiam propostas diferentes, como a de manter a EPA e construir novos prédios no centro da cidade. Mas as unidades agrícolas seriam fechadas inevitavelmente, por isso Zeferino Vaz manteve-se firme em sua defesa de ocupar o espaço para a instalação da faculdade. O que se mostrou acertado em futuro muito breve, quando o projeto de faculdade virou a Universidade de São Paulo.

Zeferino Vaz explica o projeto da Faculdade Medicina no Centro Médico de Ribeirão Preto. | Foto: Cremesp s/d . Disponível em: http://www.cremesp.org.br/pdfs/eventos/eve_02122014_110228_ Jos%E9%20Alberto%20Mello%20Oliveira%20%20Faculdade%20de%20Medicina%20de%20Ribeir%E3o%20Preto%20Os%20primeiros%20anos.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

Alguns poucos artigos científicos, dissertações e um livro: *Zeferino Vaz, Ideia de Universidade*[4], escrito a partir de documentos doados pela família e guardados no Arquivo da Unicamp, tratam da obra do brasileiro. Todos os materiais acessados dão ênfase para sua atuação à frente da Universidade de Campinas, deixando um aparente silêncio sobre sua passagem por Ribeirão Preto. Um exemplo é o artigo publicado na revista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com o título A Concepção de uma Universidade – Com Senso Prático e Habilidade Política, Zeferino Vaz foi o Executor do Projeto Unicamp[5].

Mas o silêncio não diminui a importância desse educador para a cidade de Ribeirão Preto. Ainda que, para muitos, sobre ele se fale pouco, por esses cantos do estado. Talvez porque tenha vindo de São Paulo e ido para Campinas sem nunca ter se instalado de fato em Ribeirão Preto. Sua permanência como diretor da faculdade foi de 1952 a 1964, antes disto, pairava pelos hotéis da cidade, quase sempre no Umuarama. Mas, mesmo que durante um percurso e não uma paragem, a contribuição desse brasileiro para a cidade foi imensurável.

Seu desafio era montar a quarta Faculdade de Medicina do estado de São Paulo. Antes dela, existiam a da USP, na capital paulista; a Escola Paulista de Medicina, também em São Paulo; e a de Sorocaba, fundada dois anos antes, no modelo particular.

---

[4]PEREIRA, Elisabete M. de Aguiar. (org). **Zeferino Vaz, ideia de universidade**. Mercado de Letras, 2018.

[5]MARCOLIN, Neldson. **A concepção de uma universidade** – Com senso prático e habilidade política, Zeferino Vaz foi o executor do projeto Unicamp. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/a-concepcao-de-uma-universidade/. Acesso em: 16 jan. 2022

No livro que narra os 65 anos da Faculdade de Medicina[6], o professor José Antunes Rodrigues, ao prefaciar a obra, afirma ter sido, Zeferino Vaz, "ambicioso, vocacionado, inteligente, hábil, visionário e muito ativo". Com os objetivos de promover a educação médica, a investigação científica e estudar os principais problemas médicos da coletividade, ele também, em palestras, repetia: "Precisamos de homens vocacionados para produzir conhecimentos novos e colocá-los à disposição de nossa comunidade".

Zeferino Vaz. Primeiro prédio da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto | Foto: Acervo USP Imagens, s/d.

[6]RODRIGUES, Maria de Lourdes Veronesse; MARCHINI, Júlio Sergio; SALGADO, Hélio Cesar; CARLOTTI JÚNIOR, Carlos Gilberto. **Faculdade de medicina de Ribeirão Preto – USP primeiras décadas**. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2018.

Nesse sentido, Zeferino Vaz foi muito aguerrido. Os professores e pesquisadores que, por força das circunstâncias, ele não encontrou em terras brasileiras, foi buscá-los em vários outros países dos continentes americano e europeu, permitindo uma oxigenação intelectual na faculdade e por toda a cidade de Ribeirão Preto. Muitos desses professores, diferente de Zeferino, fincaram o pé na cidade. E essa também foi uma contribuição. Homens e mulheres que vieram de localidades distantes, com histórias diversas de vida e produção, aprendizados variados, interferiram e contribuíram na consolidação da cultura local.

Instalada a Faculdade de Medicina, era preciso garantir as melhores condições possíveis de aprendizado clínico. Depois de ocupar, por alguns anos, as dependências da Santa Casa, a empreitada seguinte foi uma parceria com a Fundação Sinhá Junqueira que cedeu, por meio de convênio, as instalações para o funcionamento do Hospital das Clínicas (HC), na rua Bernardino de Campos, n, 1.000, atualmente com atividade de emergência. Em 1957, também depois de muitas tratativas políticas e demandas burocráticas, Zeferino Vaz lançou a pedra fundamental para a construção do HC da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto que só foi concluído em 1977.

Costuma-se afirmar que têm prestígio aqueles que são prestigiados. Nesse caso, Zeferino Vaz foi um gigante. Ele chamou a atenção de Nelson Rockefeller e do escocês Alexander Fleming, médico bacteriologista, que descobriu a penicilina e recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina, em 1945.

Talvez soubesse, ele, os grandes feitos científicos que seriam registrados nesse hospital. Mas, certamente, em nenhum momento, poderia ter prospectado o real sucesso de sua empreitada educacional. Como em sua trajetória, seu legado também precisou de bibliotecas, equipamentos e novos edifícios, mas

principalmente, ecoando certezas sempre proferidas pelo grande intelectual, precisou de homens e mulheres que, cotidianamente, enfrentam o desafio de produzir ciência e transformar as condições sociais deste país.

Alexander Fleming, Zeferino Vaz e Paulo Gomes Romeu | Foto: Acervo USP Imagens, maio de 1954.

Quando deixou a direção da FMRP, Zeferino Vaz pronunciou, em seu discurso de despedida, que entregava o produto de sua missão, e aproveitou para anunciar o futuro:

"Entrego-vos, pois, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, completa em suas peças físicas essenciais, dispondo ainda de vasta área livre de mais de 100 alqueires para que nela instaleis a Universidade de Ribeirão Preto que, como fatalidade

socioeconômica que é, aqui será construída cedo ou tarde, queiram ou não os homens porque representa um imperativo social legítimo e inarredável".

Em 1967, Zeferino Vaz deixou a direção da FMRP e iniciou o seu novo projeto de criação da Universidade de Campinas (Unicamp). Ao concluir esse desafio, deixou um legado tão grande quanto foi a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Nelson Rockefeller: A agricultura do Brasil agradece

Adriana Silva

Somente depois de passadas algumas décadas, muitas coisas se esclareceram sobre as reais intenções de Nelson Rockefeller para com o Brasil. Naquele momento, final dos anos 1930, até meados da década de 1950, pairavam dúvidas sobre suas visitas; os altos investimentos realizados; suas amizades com grandes empresários e importantes políticos; o mecenato cultural expressivo e sua magnânima benevolência social para com os brasileiros.

Mais de 70 anos depois, releituras dos fatos; pesquisas acadêmicas; publicações de artigos e livros; e, mais importante, a possibilidade de medição dos resultados dos projetos por ele implementados, permitem enxergar o que, naquele momento, diante da predisposição em condenar um americano, não permitia fosse visto por muitos.

No livro *O Amigo Americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*, o autor, Antônio Pedro Tota[1], registra, em 477 páginas, uma trajetória detalhada de idas e vindas do empresário ao Brasil e sua proposta de contribuir com a modernização da pátria do futebol e do samba.

Nelson A. Rockefeller | Foto: Rockefeller Archive Center. Disponível em https://www.pbs.org/wgbh/americanexperience/features/rockefellers-nelson/. Acesso em 15 fev. 2022.

Entre essas muitas viagens, Nelson visitou várias vezes o nordeste do estado de São Paulo. Embora não haja registro de que ele, pessoalmente, tenha passado por Ribeirão Preto, outros integrantes da Fundação Rockefeller estiveram na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), instituição apoiada por eles com recursos para pesquisa, compra de equipamentos e oferta de bolsas de estudos nos Estados Unidos da América (EUA) para estudantes de medicina e médicos.

Não há como sentenciar um valor exato dos aportes feitos pela Fundação Rockefeller para a FMRP, mas, em registros fotográficos do acervo da faculdade e de material organizado pelo Conselho Regional de Medicina[2], repete-se a presença dos representantes da Fundação nos vários espaços da faculdade, com legendas que anunciam as benfeitorias viabilizadas pelos Rockfeller.

Uma dessas fotos foi publicada no livro *Revivescências*, do memorialista Rubem Cione.[3].

Zeferino Vaz, Lucien Lison e Dean Rusk, presidente da Rockfeller Fundation, 1956.

[2]Disponível em: http://www.cremesp.org.br/pdfs/eventos/eve_02122014_110228_Jos%E9%20Alberto%20Mello%20Oliveira%20%20Faculdade%20de%20Medicina%20de%20Ribeir%E3o%20Preto%20Os%20primeiros%20anos.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

[3]CIONE, R. **Revivescências**. Tradições, folclore, mitos pitorescos, curiosidades na história de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Imag, 1987.

Cione informa, na legenda da foto, a presença do presidente da Fundação Rockfeller, o secretário de Estado dos EUA, Dean Rusck, em Ribeirão Preto, com permanência no município por dois dias, a convite de Zeferino Vaz, diretor da Faculdade de Medicina. E anuncia também que, como resultado da visita, momento em que o americano teve a oportunidade de conferir as pesquisas realizadas na Faculdade, houve o aporte de cerca de US$ 1 milhão em aparelhos e livros para a instituição.

De família Batista, doar parte dos lucros, como mostrado pelo historiador Tota, era uma crença. Neto de John Davison Rockefeller, filho de Júnior, Nelson Aldrich Rockefeller, membro de uma das famílias mais ricas do mundo, mencionada até no livro dos recordes, com acumulados US$ 192 bilhões, em 2018, vinculada à Standard Oil, refinaria de petróleo dos EUA, que monopolizava o mercado de querosene, lubrificantes e depois gasolina e as dezenas de empresas dela derivadas, como a Esso, declarava ver o Brasil como um país com potencial parecido com o seu.

A primeira visita aconteceu em 1937 e foi anunciada como férias com a esposa e outros familiares, que se estendeu a vários países da América Latina. Mas Nelson Rockefeller aproveitou a estadia para se reunir com empresários e lideranças políticas. Depois, voltou em setembro de 1942, em pleno processo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e no cenário da política de boa vizinhança inaugurado pelo presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, como coordenador das Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas.

Uma das primeiras metas de Nelson era garantir coesão entre os países latinos quanto ao posicionamento deles na Segunda Guerra Mundial, mantendo-os contrários ao Eixo, logo, favoráveis aos Aliados. E, depois, fosse como representante político ou

cidadão americano, a missão do empresário era distanciar o Brasil das bases comunistas.

Além disso, também se pretendia garantir, posteriormente, espaço para implantação de indústria e, por meio do *soft power*, gerar demanda, no Brasil, para as exportações americanas. Para ele, a ideia de progresso, liberalismo, democracia e modernização do modelo americano deveria servir de inspiração para o Brasil. O herdeiro da família Rockefeller se pôs a proferir sua tese pelos quatro cantos do país.

A ligação dessa família com as universidades vem desde 1901, quando o patriarca criou o Rockefeller Institute for Medical Research e os sucessivos apoios a instituições, como a Universidade de Chicago, entre outras. No caso de Nelson Rockefeller, em sua segunda visita ao país, ele discursou na Faculdade de Direito no Largo São Francisco, em São Paulo e foi aplaudido quando destacou o papel da universidade na luta pela causa da liberdade defendida por norte-americanos e brasileiros.

Apesar de alguns tropeços nas relações estabelecidas entre EUA e Brasil, como, por exemplo, com a estereotipagem feita por Wall Disney, com a criação de Zé Carioca, mostrando, algumas vezes, que todos os latinos eram mexicanos, Nelson parecia aberto a entender as identidades culturais do país. Tanto que encomendou um estudo envolvendo antropólogos, sociólogos e arqueólogos, especialistas em cultura latino-americana, para melhor entender o Brasil.

Desligado da função política de coordenador, Nelson Rockefeller continuou a se relacionar com o Brasil. Cada vez mais. Primeiro, criou a American Internacional Association (AIA), instituição filantrópica criada proposta para desenvolver projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, assim como programas de saneamento básico e até mesmo de

alfabetização, no Brasil e na Venezuela[4], com atividades entre 1946 a 1968. A agência apresentou duas áreas de atuação: modernização tecnológica e mudança cultural.

No esboço de criação do AIA, rascunhado por Nelson Rockfeller, estava escrito: "ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas"[5]. Na estratégia do empresário, os programas a serem implementados deviam seguir atrelados à ideia de fortalecimento dos atendidos, para que eles pudessem avançar posteriormente, sem mais necessitar de auxílio paternalista.

Assim que começou a atuar, em 1946, a AIA mirou o interior do Estado de São Paulo e implementou projetos em Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo e implantou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), que teve como primeiro diretor o pernambucano Josué de Castro, que viria, no futuro, se destacar como o autor do livro *A Geografia da Fome no Brasil*. Nessa obra, publicada em 1946, o brasileiro traçou o primeiro mapa da fome no Brasil.[6]

---

[4]SILVA, Claiton Marcio da. A**gricultura e cooperação internacional**: A atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Osvaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz , Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.google.com/search?client=safari&bih=795&biw=1440&hl=pt.Acesso em: 16 jan. 2021.

[5]Idem, p. 69.

[6]"Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro introduz os conceitos de áreas alimentares, áreas de fome endêmica, áreas de fome epidêmica, áreas de subnutrição, mosaico alimentar brasileiro e, por consequência, traça o primeiro mapa da fome no país. Por *áreas alimentares*, concebe uma determinada região geográfica que dispõe de recursos típicos, dieta habitual baseada em determinados produtos regionais e com seus habitantes refletindo, em suas características biológicas e

Para completar seu projeto para o Brasil, Rockefeller criou o International Basic Economy Corporation (Ibec), uma corporação que visava a obter lucro em diversos empreendimentos no Brasil, mas todo ele seria aplicado no próprio País, em setores como educação, saúde e empreendimentos que tivessem destacado papel social, inclusive a agricultura.

É importante lembrar que o cenário agrícola do interior do Estado de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960, era composto de terras muito férteis - mais ou menos 30% da área - usadas para o cultivo do café e terras pouco férteis - 70% da área - ocupados por uma vegetação de menor altura, chamado de cerrado.

Com essa motivação, foi criado o Ibec Research, uma entidade dedicada a pesquisas agrícolas com sede na Fazenda Cambuy – Matão /SP, em terras pertencentes a Walter Moreira Salles. Dedicado às questões de nutrição vegetal, realizaram pesquisas experimentais, mostrando que os cerrados eram terras mal aproveitadas com sua destinação somente para a pecuária extensiva de corte e leite. A pesquisa

socioculturais, a influência marcante da dieta. Por *área de fome endêmica*, concebe uma determinada área geográfica em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações de carências nutricionais permanentes. Por *áreas de fome epidêmica*, concebe uma determinada área geográfica em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações nutricionais transitórias. Por áreas de subnutrição, concebe uma determinada área geográfica em que os desequilíbrios e as carências alimentares, sejam em suas formas discretas ou manifestas, atingem grupos reduzidos da população. E por *mosaico alimentar brasileiro*, concebe a diferenciação regional dos tipos de dieta existentes no país, oriundas das variadas categorias de recursos naturais (alimentos) e das distintas etnias que constituíram a nação brasileira." VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a geografia da fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 2710-2717, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf. Acesso em: fev. 2021.

mostrou que a baixa produtividade era derivada da acidez dos solos. Para corrigir essa composição, passaram a indicar o uso de calcário e a adubação mineral com nitrogênio, fósforo e potássio (N.P.K.). A partir daí, as terras do cerrado tornaram-se de alta produtividade.

Na época, essas áreas valiam 20% do valor das terras dedicadas à cafeicultura.

Além dos experimentos efetuados na Fazenda Cambuy, outras práticas foram implementadas, inclusive uma delas em São Joaquim da Barra, em terras onde se situa a Usina Alta Mogiana, com o intuito de mostrar aos agricultores que a exploração agrícola do cerrado era plenamente viável.

Logo, a exploração desse tipo de solo foi tomando corpo, adentrando aos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Iniciava-se uma revolução agrícola no Brasil. O País é hoje um dos maiores produtores de alimentos do mundo, utilizando-se das terras dos cerrados da Região Central.

Outra pesquisa realizada desenvolveu sementes de milho híbrido. A iniciativa incentivou a já existente Agroceres, criada pelo brasileiro Antônio Secundino e motivou a criação da Sasa[7], que viria a ser uma das seis maiores companhias de semente de milho híbrido do mundo[8].

Uma das empreitadas do Ibec foi associar-se à Cargill Agrícola e Comercial S. A., grande empresa na industrialização de cereais

---

[7]Sigla em inglês para Science & Advice for Scottish Agriculture.

[8]COLLIER; HOROWITZ *apud* OLIVEIRA, Mauro Marcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciiencia & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, maio/ago. 1999, p. 119. Disponível em: http://jararaca.ufsm.br/websites/deaer/download/VIVIEN/Texto05/criacaoernobr.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

para atuação conjunta na área de armazenamento e estocagem de alimentos.

Outra atividade conduzida diretamente por Nelson Rockefeller, na Empresa de Mecanização Agrícola S. A. (EMA), foi a compra de 45 tratores e outros veículos destinados, inicialmente, a propriedades rurais de Bebedouro, Mococa, São Joaquim da Barra e Assis, em São Paulo, e Jacarezinho, no Paraná.

A partir daí, Nelson retornou várias vezes ao país, relacionando-se com muitas lideranças políticas e empresariais. Implantou muitos negócios e expandiu para diversos estados. Uma matéria publicada no jornal *Correio da Manhã*, descreveu suas intenções. "Nelson Rockefeller faz parte dos que [...] vêm se dedicando [...] a [...] aproximar os povos latinos da América de seu irmão estadunidense, isto é, tudo empreendendo por elevar o nível dos primeiros ao padrão do segundo"[9].

É importante notar que o cenário da Guerra Fria foi de intensa disputa cultural, econômica e política, entre as duas grandes potências, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E que nesse palco, quanto maior a zona de influência, maior o ganho. Mas esse aspecto não inviabiliza o fato de que, na prática, as teses iniciais de Nelson baseavam-se na ideia de que a melhoria no nível de vida dos brasileiros, apoiado no sistema de saneamento básico, condições sanitárias adequadas, modernização das atividades agrícolas e das próprias indústrias, levaria o Brasil a uma posição de destaque no cenário político mundial. Ele acreditava que isso somente seria possível em uma parceria público privada.

---

[9]TOTA, Antônio Pedro. **O amigo americano** – Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 188

O livro de Tota (2014) é minucioso em descrever os projetos financiados pelas instituições Rockefeller, que atuaram diretamente no Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo, assim como em tantos outros em dezenas de cidades brasileiras. Mas o destaque fica para as atividades agrícolas, com apoio e investimento em muitos setores. Na ideia de Nelson, fortalecer uma classe média rural seria um caminho sólido. Apesar da dificuldade que teve com a concentração de terras no Brasil, ele não desistiu e apoiou vários programas de agricultura familiar.

O empresário do setor sucroalcooleiro, Maurilio Biagi, quando era dono da Usina Santa Elisa, instalada no município de Sertãozinho, foi um dos brasileiros que se beneficiou das iniciativas da Fundação Rockefeller. Em 1951, conforme conta seu biógrafo, Geraldo Hassi, o empresário ficou sabendo que os americanos, herdeiros da Standard Oil, haviam instalado em Matão, a 97,7 quilômetros de Ribeirão Preto, uma base de pesquisa sobre correção de solos. O objetivo do projeto era difundir conhecimentos que abrissem mercado para máquinas, implementos agrícolas, sementes e tudo o que constituía a moderna tecnologia agrícola norte-americana.[10]

A Fundação Rockefeller tinha recorrido ao professor Eurípedes Malavolta, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq - USP) para conduzir estudos sobre como corrigir os solos dos cerrados. No caso de Matão, buscaram quebrar o vínculo entre acidez e baixa fertilidade, com o calcário.

Mesmo depois de eleito governador de Nova York, Rockefeller não perdeu o contato com o Brasil. Entre seu acervo documental,

---

[10]HASSI, Geraldo. **Maurilio Biagi**: O semeador do sertão. Ribeirão Preto: Terra e Céu, 2003.

existem muitas cartas com remetentes brasileiros. Algumas pedindo, outras agradecendo. Em uma delas, fica explícita sua relação de proximidade. Dirigentes do Comercial Futebol Clube de Ribeirão Preto escreveram em março de 1960. A carta não tinha endereço do destinatário, simplesmente indicava Nelson A. Rockefeller – New York, N.Y. – U.S.A. Quem enviou confiava na eficiência do correio americano e acertou. A correspondência foi entregue e, segundo Tota (2014), continua arquivada no acervo de Nelson.

No corpo do documento, depois de introduzir com "*Dear Sir*" e fazer muitos elogios, agradecem as muitas doações feitas à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e pedem a doação de US$ 250 mil para a construção de um estádio. A fim de se mostrarem idôneos, afirmam que o empresário poderia contratar ele mesmo a empresa construtora. Como reconhecimento pela ajuda, o estádio seria batizado de Nelson Rockefeller Stadium.

Quem é de Ribeirão Preto sabe que a gratidão pelo apoio dado à Faculdade de Medicina da cidade será sempre validada, mas que o pedido dos dirigentes esportivos nunca foi atendido, como não teria pertinência ser.

1910

Capitã Altamira: Do interior paulista para o front italiano

Luciana Squarizi

Há cerca de 80 anos, a capitã Altamira Pereira Valadares traçava um novo destino para sua vida, ao se voluntariar para servir na Força Expedicionária Brasileira (FEB) como enfermeira, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Aos 34 anos de idade, a batataense Altamira fez parte do primeiro quadro de mulheres do serviço da ativa do Exército brasileiro. Integrou o grupo de 67 enfermeiras consideradas aptas para a guerra pelo Serviço Médico de Saúde da FEB e que estiveram na linha de frente do conflito durante o período da participação brasileira, entre agosto de 1944 e julho de 1945. Enfrentou toda série de adversidades, medos, privações e perigos, durante sua permanência nas zonas de combate, ao lado dos países aliados, contra as forças totalitárias da Alemanha.

A capitã Altamira[1] deixou precioso legado à humanidade, ao registrar suas vivências profissionais e pessoais em diversos materiais, como correspondências, fotografias e num diário narrando o seu dia a dia na guerra. Além dos documentos, montou o que ela mesma chamou de Mostruário de Guerra, uma espécie de coleção com objetos relacionados à participação do Brasil no conflito

Registro fotográfico em estúdio do Loyola de Altamira Pereira Valadares em sua última visita a Batatais, antes de partir para o conflito armado em 1944 | Fonte: Acervo do Centro de Documentação da II Guerra – Batatais/SP

[1]O termo capitã é pouco usado nas Forças Armadas, o mais comum é o uso de capitão. Altamira optou pelo uso da expressão capitã.

armado. Todo esse acervo culminou com a fundação do Centro de Documentação da II Guerra Mundial Enf. Cap. Ref. Altamira Pereira Valadares, em Batatais/SP.

Caminhos e trincheiras

A biografada Altamira Pereira nasceu no dia 15 de julho de 1910, em Batatais, cidade do nordeste paulista. Seu pai, o então alfaiate, José Pereira Júnior, era português imigrado da Ilha da Madeira e sua mãe, Maria Carolina Gomes Pereira, dona de casa, nascida em Batatais. A mãe era proveniente de uma família tradicional da cidade – filha do capitão Camillo José Gomes, professor de música. Altamira teve oito irmãos: Aída, Adalberto, Áurea, Altina, Alpha, Aymoré, Affonso Henrique e Arminda, sendo, ela, a quinta filha.

Altamira pertenceu a uma família de origem mais simples, e teve a infância e juventude modestas, mas com diversas oportunidades, que ela e seus irmãos sempre aproveitaram com sabedoria. Em Batatais, residiu com a família nas proximidades da Praça da Igreja Matriz, na antiga Rua Frei Caneca, atual Av. Dr. Chiquinho Arantes.

Em 1924, quando Altamira tinha 14 anos, morre sua mãe e o pai não se casa novamente, ocupando-se integralmente da criação dos filhos; consegue manter a família coesa e os filhos determinados, com vontade de "vencer na vida".

Inicia seus primeiros estudos, tardiamente, aos 9 anos, no Grupo Escolar Dr. Washington Luís e destaca-se pelas brilhantes notas alcançadas.

"Só aos 9 anos foi que me permitiram matricular no Grupo Escolar 'Dr. Washington Luiz' de Batatais, indo até ao 3º ano. Neste período foi suprimido o 3º e 4º ano escolar, sendo forçada a interromper o

curso por dois anos, até que se revogasse a Lei, durante a gestão do DD. Dr. Washington Luiz, como presidente da República. [...] Passei então esse tempo, na fazenda Porangaba, em Jardinópolis, a melhor que jamais vi até hoje, de propriedade do Dr. Candido Pereira Lima. [...] Quando reorganizaram o 4º ano, foram lá em casa me buscar e, foi com certa relutância que voltei para concluir o meu curso escolar. Sentia-me revoltada e sem estímulo, por ter perdido 2 anos, preciosos tempo! Foi então um ano intenso mas, em compensação consegui o 1º lugar nos exames finais, entre ambos os sexos. Na festa de formatura fui a oradora e representei ainda 13 números diversos do programa, no palco do Teatro São Carlos. Nessa altura já se esboçavam as minhas tendências para: Enfermagem, Canto-Lírico, Medicina e para o Exército"[2].

Fez seus estudos intermediários numa escola particular de Batatais, o Colégio Almeida, como aluna bolsista, por ter conquistado o prêmio Cesário Motta, em 1º lugar. Durante o ano de 1928, realizou com êxito os exames parcelados do antigo "Gymnasio de Ribeirão Preto", atual E. E. Prof. Otoniel Motta. Conforme depoimento, termina seus estudos secundários no Liceu Pindorama, na capital paulista. Finalizados os estudos básicos, Altamira trabalha por cerca de 2 anos na Empresa de Força e Luz.

Em 1930, sai sozinha, da pacata Batatais, aos 20 anos de idade, para viver na capital do país, Rio de Janeiro, com o propósito de tornar-se uma mulher graduada e emancipada e, dessa forma, ajudar de maneira mais efetiva à sua família.

Alimenta, na juventude, o sonho de cursar medicina e, estimulada por conhecidos, vai para o Rio de Janeiro estudar. Infelizmente, não consegue fazer o curso de medicina, porém, permanece na área de saúde, e decide fazer Enfermagem. Lá conquista uma vaga

[2]VALADARES, s/d.

na melhor escola de Enfermagem profissional da época, denominada Escola de Enfermeiras Anna Nery, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

A concretização do sonho de estudar, para Altamira, só foi possível porque, como aluna interna de uma instituição federal, pagava com serviços parte do curso e tinha direito a moradia estudantil; a outra parte era custeada pelo governo federal.

"Para entrar na Anna Nery era preciso ter 10 anos de estudo. Faltava-me completar duas matérias. A secretária da escola examinou-me e me julgou apta. As candidatas eram principalmente normalistas. Era preciso também ter 20 anos completos, de modo que fui aceita para o 2º semestre de 1930."[3]

Não se tem informações sobre o período em que foi estudante de Enfermagem.

No final de 1933, sai diplomada e empregada da Escola de Enfermeiras Anna Nery. Permanece no Rio de Janeiro por longos anos, trabalhando no Hospital-Escola São Francisco de Assis – local em que estagiou como aluna. Ocupou, em diversos momentos, cargos de chefia, como substituta, nos diferentes setores e especialidades; foi também professora na Escola Anna Nery enquanto trabalhou no hospital.

Logo depois de formada, Altamira conheceu, no mesmo hospital, seu futuro marido, Hélio Bastos Valladares, que era residente de Medicina e promissor urologista. Casaram-se em 1937, quando Hélio havia acabado de se formar. A data escolhida para o casamento foi a do seu próprio aniversário: 15 de julho, quando completou 27 anos de idade. Hélio tinha 25 anos, na época. Nasceu em 24 de novembro de 1912, na cidade de

[3]MEDEIROS, 2001, p. 78

Mathias Barbosa, na Zona da Mata mineira, mas viveu sua juventude em Belo Horizonte. A cerimônia religiosa aconteceu na Matriz de Nossa Senhora de Lourdes, em Vila Isabel, no Rio de Janeiro.

Com apenas dois anos de casamento, em 10 de maio de 1939, Altamira fica viúva. O casal não teve filhos. Com a morte do marido, vitimado pela tuberculose, Altamira convida sua irmã Áurea, que trabalhava nas Indústrias Matarazzo de Tecelagem, na capital paulista, para morar em sua companhia, no Rio de Janeiro. Altamira e sua irmã permaneceram na capital federal, trabalhando: ela, como enfermeira no Serviço Federal de Saúde e, sua irmã, como funcionária pública na Superintendência do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER). Altamira teve a companhia de Áurea até o ano de 1957, quando sua irmã voltou para São Paulo para casar-se. Altamira não se casou novamente.

No mesmo ano da morte de seu marido, é deflagrado, na Europa, o maior conflito bélico da história, que acabou envolvendo nações de todos os continentes. O governo brasileiro, presidido por Getúlio Vargas, posicionou-se como neutro, no início do conflito. Porém, em 1941, concede bases estratégicas - aéreas e navais - às tropas norte-americanas, em solo brasileiro, nas cidades de Salvador/BA, Recife/PE e Natal/RN, consideradas fundamentais para a defesa do continente. Era o alinhamento do Brasil às forças aliadas, principalmente aos EUA, "tomando forma".

Entre fevereiro e setembro de 1942, depois de sucessivos ataques a navios mercantes, em plena costa brasileira, que levaram a óbito cerca de 600 pessoas e provocando uma indignação generalizada, o Brasil saiu da situação de país neutro para país beligerante.

Após os últimos ataques alemães, pressionado pela população, por alguns ministros simpáticos à causa e pelos EUA, em 22 de agosto

de 1942, o governo brasileiro declara "estado de beligerância" contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) ao romper relações diplomáticas com esses países. A declaração oficial de guerra aconteceu no dia 31 de agosto. O novo posicionamento brasileiro veio acompanhado de promessas e acordos com os EUA; um desses foi a integração do Exército brasileiro ao V Exército Americano, na Europa, mas isso só acontece depois de dois anos do acordo.

No ano seguinte, em dezembro de 1943, foi constituída a FEB, para organização de um corpo militar, para lutar contra os regimes totalitários na Europa. A partir de julho de 1944, foram enviados em torno de 25 mil membros da FEB para o *front* italiano.

Mulheres treinadas e fardadas

Dentre as solicitações do Exército americano para a integração do Brasil ao lado de suas tropas, estava a formação de um Serviço Médico de Saúde composto também por um corpo de enfermeiras. Essa imposição norte-americana muda o destino de Altamira. Aos 31 anos, cogita sua participação no conflito como enfermeira de guerra, no teatro de operações bélicas, na Itália. De acordo com a própria biografada, "poderia servir de forma patriótica seu país e assim ser grande e importante para a Nação".

Além de diplomada, enquadra-se nos outros quesitos impostos pela FEB: era viúva e sem filhos[4]. Desse modo, lança-se bravamente aos treinamentos e cursos propostos pelo Ministério da Guerra para atuar como enfermeira nos campos de batalha

[4]Foram enviadas 73 enfermeiras: 67 delas pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) e 6 pela Força Aérea Brasileira (FAB).

italianos contra a Alemanha, como o Curso Complementar de Guerra pela Cruz Vermelha brasileira e o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (Ceere). Finalmente, é selecionada para atuar como enfermeira pela FEB. Chega a manifestar seu desejo em participar, como enfermeira, da Aeronáutica, mas a organização do Grupo de Caça ainda não havia ocorrido.

"Sinto em mim chegando o momento de agir, dando larga expansão ao que vinha pressentindo em longa latência, desde os meus primeiros anos de vida. Prova é que abracei de há muito a profissão de enfermagem, uma vez que não me fora possível a de medicina [...]. Sei que serei útil ao meu país e a todos que sofrem nesta hedionda fase de iniquidade. Também sei que não morrerei e ainda viverei muitos anos na terra, antes de chegar a hora bendita de algar as paragens siderais de Deus!"[5]

Treinamento estratégico e físico

Mesmo com uma seleção por vezes considerada frágil, as enfermeiras voluntárias da FEB devem ser vistas como desafiadoras do pensamento tradicional da época, ao romperem várias crenças e posicionamentos, daquele tempo. A começar pela própria formação acadêmica; eram mulheres graduadas e/ou com experiência de trabalho na função e, com isso, tinham certa autonomia profissional e financeira.

Além disso, as voluntárias combateram o preconceito dentro do Exército, da sociedade e da própria família. Havia, à época, forte resistência à presença feminina como membro efetivo do corpo

[5]VALADARES, 1965-1970.

militar. Alguns dos discursos propagados eram de que a presença feminina no conflito poderia distrair os soldados e as mulheres seriam tratadas como possíveis acompanhantes.

As mulheres eram proibidas de integrar as Forças Armadas, no Brasil, por isso, as enfermeiras brasileiras foram como voluntárias civis, depois dos treinamentos de guerra. Isso aconteceu também com os soldados voluntários. As enfermeiras brasileiras arvoraram o grau de 2º tenente, depois de estabelecidas no *front* europeu.

Em 4 de agosto de 1944, Altamira parte secretamente na 2ª turma de enfermeiras voluntárias para a missão de guerra na Itália, como membro da FEB.

Começa a experiência de vida mais marcante de Altamira e das demais enfermeiras da FEB. Para esse grande desafio, lança mão de estar ao lado do pai moribundo e demonstra sua força de vontade de servir à Pátria. O pai morre três dias após sua partida; fato que ficou sabendo após meses do ocorrido, por meio de uma carta não censurada, cheia de códigos e metáforas, para que Altamira entendesse a notícia.

Desde a sua partida para o palco de operações de guerra europeu, para dar apoio de saúde ao corpo militar brasileiro, Altamira, sabendo da importância histórica daquele evento, coleta diversos materiais, que julga interessantes para a composição do seu "mostruário de guerra". Esses objetos fizeram parte significativa do idealizado e futuro *Centro de Documentação do Brasil na II Guerra Mundial*. Nesse mostruário, há desde a areia do deserto do Saara/África, às insígnias e os botões dos variados uniformes militares, além dos objetos bélicos.

Querido diário, amanheço e adormeço na guerra!

Uma das grandes ações de Altamira, para além da enfermagem e a coleção de objetos, foi o registro da epopeia da guerra num diário pessoal. Narrou o dia a dia de suas vivências pessoais e profissionais no conflito bélico. Um verdadeiro testemunho *in loco* do que viveu durante sua participação brasileira nesse conflito armado.

A leitura do diário permite conhecer as impressões e situações vividas por ela: hábitos, alimentação, sensações, temores, hostilidades, privações, ressentimentos, riscos, hábitos, higiene, dificuldades com os idiomas, lazer, amigos, lugares e clima, entre outras situações possíveis e passíveis de serem relatadas durante a II Guerra Mundial. Dessa forma, um aspecto interessante do diário é justamente a oportunidade de compreender o cotidiano das pessoas que estavam atuando diretamente nesse cenário de guerra.

Dentre os fatos narrados, um acontecimento evidencia sua coragem, ao ajudar a salvar pacientes e instrumentos cirúrgicos da base de saúde em que atuava e sem se esquecer do seu *Diário de Guerra*, em meio a uma inundação provocada pelos alemães, em novembro de 1944, no Rio Arno, próximo a Pisa/Itália. Por essa bravura no incidente, Altamira recebeu menção elogiosa do comandante do 38º Hospital de Evacuação.

"Pontes e barragens destruídas [...] Manter-se nos postos os que estivessem em serviço e, não dar a perceber aos doentes, a gravidade da situação. [...] Pedi às colegas que quando elas acabassem de se preparar, uma delas viesse me substituir por uns instantes, para que eu pudesse fazer o mesmo, mas ninguém apareceu [...] Os doentes e sala de operações evacuados primeiros. Sentia as tabuas do assoalho se elevando do solo, flutuando sobre as águas. Íamos pulando de um tablado para outro, com os pacotes e caixas de material cirúrgico, até chegar

junto ao caminhão gigante, na porta da tenda. Parece incrível, mas, tudo isto foi feito em silêncio, no escuro e rápido. De repente, me vi só na Sala de Operações quase vazia - Todos tinham saído. Inundação já aqui. Só tive tempo correr, já nas águas, [...] Apanhar o embornal, meu Diário, o capacete, mas não aguentava a cama rolo. Por milagre o Capitão De Cello estava ali, sempre prestativo – não havia tempo a perder – As colegas me gritavam lá do caminhão último, pois a tenda ficava longe, era a última, bem no alto. Ele capitão, nem pestanejou, colocou o rolo no ombro e descemos até o caminhão, onde as águas já subiam. Fui uma das últimas a tomar o transporte."[6]

O atendimento aos soldados brasileiros, nos hospitais de campanha, foi tratado em várias passagens de seu diário. Altamira atuou, sobretudo, em cirurgias, nas unidades próximas às linhas de frente, com a finalidade exclusiva de atender apenas aos feridos intransportáveis, cujo estado de saúde impunha socorro de máxima urgência.

Descreve a situação dos soldados brasileiros, muitas vezes despreparados para o embate, embora reafirme, em todos esses momentos, a bravura desses homens. As enfermeiras brasileiras tinham que atender, além dos soldados brasileiros, prisioneiros de guerra e civis italianos.

"Logo começou a chegar feridos, sendo que alguns após exames R.X. foram evacuados para outros hospitais de retaguarda [...] Ás 17,50 começou a chegar feridos: 3 brasileiros, 1 italiano e 1 americano (contra ataque alemão). Pelo que vejo vamos varar a noite toda. Os brasileiros: Geraldo Elias (preto) e Mario Mar Gilson Vilarino. […] Trabalhei o dia todo 16hs seguidas – 4 feridos graves – inclusive o capt. Bueno – 1 operado morreu logo depois na Ward 1 com embolia […] Operaram o tempo todo trabalhei

[6]VALADARES, 2 nov. 1944.

sem parar até a hora do café pela manhã - 8hs morta de dor nos pés e na cabeça. Bela operação – perfurações de intestino 9 e 1 de estomago e retirada de 1 rim fora diversos debridamentos – Tomou 12 frascos de sangue de 500 l. […] Mais feridos: americanos – brasileiros – alemães- italianos, etc. […] muitos feridos e o que mais me entristeceu foi ver morto na padiola – o Sargto Dias que outro dia tão gentilmente levou 1 carta para Humberto (datilógrafo do Cel Marques Porto) […] caso do Tórax = 2 estilhaços (sendo 1 no nariz) Tivemos sorte – correu tudo bem e rápido pois as 8hs estava tudo terminado […] O paciente vai mal (que pena – congelamento). […] chegou 1 ferido brasileiro bastante grave Whime Chaves Sebastião tanto que os médicos atestaram óbito logo após, porém para surpresa de todos o Dr. Godofredo sentiu-lhe vida e então foi uma correria – Os americanos levaram-no para O.R. […] Operaram até 2hs (grandes estilhaços até com letras alemã – Só terminei tudo as 3,20 foi q. subi para deitar […] O paciente Sebastião Chaves infelizmente veio a falecer as 24hs,15 com Carmem."

A alimentação, ou a falta dela, foi outro assunto que esteve em constante pauta nos registros de Altamira. Seja pela ausência, pela inapetência, pela falta de assimilação cultural, ou pela saudade do cheiro e sabor das coisas da terra natal, Altamira mostrou-se pouco familiarizada com a comida processada norte-americana. Chegou a passar fome e narrou a situação extrema de pegar farelos e restos de alimentos caídos pelo chão de sua tenda. Sentia falta do modo como era feito o café brasileiro.

"Não almoçamos e jantei sem apetite [...] Ás 17hs jantar – sem apetite – as colegas jantaram no posto saúde do Cel. Borba e trouxeram farofa – arroz e galinha para mim […] Perdi o jantar ontem, o almoço, o jantar ou ceia hoje – estou cansada e sem apetite. […] Descemos os 6 correndo para o Mess (arroz e feijão brasileiros - que prazer!) Porém já tudo frio e o café também, mas foi tudo assim mesmo – a fome e a saudade são rainhas e imperam."

Todo o estresse da guerra, aliado a uma alimentação deficitária e desordenada, acabaram por afetar a saúde física e mental de Altamira, sempre envolta em mal-estares físico, gripal e intestinal. "Dormi mal a noite – doe a garganta – ouvido e cabeça […]Estou ligeiramente afônica […] Estou nervosa e perdi toda calma e satisfação. […] Passei mal a noite: mal estar geral (cefalalgia – dor de garganta, ouvido – náusea – estômago – intestino – cialorrea) levantei-me sem coragem e desci […] Estou muito magra e sinto cansaço quando faço esforço (subo ou desço escada ou ladeira) [...] entrei em serviço á 1hs da noite na Ward 3 – sinto-me indisposta, com um peso na cabeça porque me aborreci ao ponto de chorar (cousa excepcional). Estou com urticaria nas pálpebras e nos lábios: Tomei 2 comprimidos de Bicarbonato Sódio, assim que recebi o serviço da Ward nº3, com 1 só doente de malária – Pinheiro Claudino [...] Nada que fazer – deitei-me um pouco umas 2 horas e depois o sargento enfermeiro Bahia, foi descansar 1 pouco também – Eles trabalham de 7 as 7 = 12 horas."

Muito provavelmente, o que acentuou o estado caótico em que as enfermeiras viveram foram as condições geoclimáticas. Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são de inverno rigoroso, na Itália. Tempo completamente adverso e incomum ao que o brasileiro estava habituado. Fica claro na leitura dos manuscritos de Altamira que o inimigo natural dos brasileiros foi o clima. Boa parte da estadia da FEB na Itália foi acompanhada desse frio intenso, neve e lama, com temperaturas próximas a 20o abaixo de zero. Altamira descreve também o imenso calor que sentiu no início da estadia na Itália.

Um foco constante de reclamação de Altamira diz respeito ao vestuário que o Exército brasileiro concedeu às enfermeiras, considerado inadequado desde à época dos treinamentos de guerra. O uniforme oficial das enfermeiras foi alvo de piadas ainda no Brasil por parte da população. Conforme narra Altamira, muitas das roupas confeccionadas não serviam ou não eram adequadas às situações impostas. Com a chegada do intenso inverno, a vestimenta

foi completamente insuficiente, não tinham muita utilidade para aquela época e lugar: não as protegiam do frio intenso, da neve, da chuva e da lama. Na maioria das vezes, as enfermeiras moravam em tendas, que, ou eram muito quentes no verão, ou gélidas no inverno.

Em várias passagens, Altamira fala sobre a falta de sapatos de seu número e como usava galochas de números maiores recheadas de papel e panos.

"Estou usando uniforme completo americano (de lã) para o serviço e já estou mais preparada para o inverno (calças e blusões lã verde – brasileiro) – Faltam galochões – […] Ganhei do boy da noite 1 par de galochão = combatente vou vendê-lo e pagar o meu que encomendei (pois é enorme para mim) […] Vesti toda a roupa de lã que podia suportar e eu e a Carmem ainda levamos 1 cobertor, cada uma – descemos para o *breakfast* e de lá seguimos com Dr. Waldemar, rumo a Florença – A temperatura caiu consideravelmente – a tempestade aumentou – chegamos em Florença geladas e imóveis e caladas – parecíamos 2 freirinhas [...] Sinto frio e dor no corpo de frio […] Quarto muito frio – sem lenha para estufa e sem luz […] Hoje está caindo neve grande e forte. […] Chove sempre […] Estamos a 0 grau fora e 4 dentro com aquecimento e neve nos montes."

Os momentos de distração e lazer eram incentivados com a finalidade de minimizar o estado de tensão do cotidiano da guerra. O Exército americano promovia jantares, bailes, concertos, cinema, *shows* e pequenas reuniões. Bebidas alcoólicas e cigarros eram facilmente encontrados entre os membros do alto escalão do Exército americano ou do brasileiro.

Altamira dá a entender que as enfermeiras brasileiras deveriam ir às festas oferecidas pelos membros do Exército americano. Em alguns trechos do diário, nota-se essa imposição em relação aos eventos promovidos pelos americanos.

"Ás 16,30 jantar – Eu e Neuza na cama bem frescas quando tivemos que descer para aniversário de 2 capitães americanos – foi uma cousa louca – assim que pude fugi – Carmen e Jura chegaram de Florença e entraram na dança – Jacyra tomou 1 porre e nos deu o que fazer – Carmem me comprou no P.X. 2 ceroulas e 6 cartões de Natal por 380 liras – […] os americanos instalaram um clube e tivemos todos que ir – apesar de indisposta fui e acabei dançando até ao fim – Depois as *nurses* fizeram barulho até 2hs,30 da madrugada – Pela manhã não fui ao café."

Além das dificuldades apresentadas, Altamira, assim como as demais enfermeiras, passavam por situações inconvenientes de assédios, que não deixaram de ser relatados em seu diário: "[...] começou o combate e pela 1º vez chove e tenho vontade de beber água do céu da chuva, pois penso que não tem cloro, mas passou logo – aborrecida porque o sargento enf. Bahia quis ter intimidade comigo (horror!)."

As enfermeiras tinham direito a folgas como os demais oficiais e com isso podiam fazer o "passeio de guerra, ou seja, pequenas viagens próximas aos locais de trabalho ou", dependendo da licença, traslados a locais mais afastados, dentro da própria Itália. Altamira aproveita todas as folgas mais longas a que tem direito, para conhecer as cidades italianas, mesmo em meio a um cenário de destruição. Nesses momentos, hospedava-se em pousadas e hotéis dominados pelo V Exército americano.

Em dado momento, descreve o cenário de destruição das cidades italianas. Um exemplo é a cidade de Sorriento. "Casas velhas, italianos pelas ruas, mal vestidos e mal calçados – Apanham os cigarros do chão. Aqui, até as crianças fumam – andam sujas, andrajosas, cheias de feridas e de moscas – é uma tristeza – voam sobre nós pedindo cigarros, comida e liras."

Outra atividade recreativa era a audição dos programas da Rádio do 5º Exército, isso quando conseguiam um bom aparelho

com sintonia. Os programas da rádio ofereciam músicas brasileiras: "Agora todos os dias temos 15' de "Nossa Terra" programa brasileiro no Radio 5º Exército d'aqui; é um grande prazer ouvir o brasileiro falar e os doentes até choraram de comoção ao ouvir as canções de nossa terra".

A higiene e a vaidade feminina foram praticamente anuladas, na guerra, em função das dificuldades para se usar um simples vaso sanitário ou lavar o rosto. Descreve, no diário, os banheiros coletivos usados, que, por ela, foram batizados de Yvone: "Tomei banho bacia […] as meninas foram o Q. G. avançado tomar banho […] Á 1hs,30 + subi para o quarto. Todas dormindo – mesa banho, escovei os dentes deitei-me […] banho duro e água vidrada […] Subi – tomei 1 banho gato".

Altamira solidariza-se com parte da população italiana oprimida e explorada pela ocupação alemã. Exatamente como descrevem outros soldados: os brasileiros ajudavam como podiam a população local, em troca de serviços, por comida, cigarros e roupas. Altamira, inclusive, estabelece relações sociais com a família Bacci residente em Valdibura. Essa amizade permanece após a guerra.

É interessante observar que as relações comerciais davam-se, na maioria das vezes, por troca, principalmente de cigarros, ração (comida), produtos de higiene pessoal e roupas. Além das trocas e compras nos vilarejos, havia o PX, um posto de troca móvel - na tradução literal - que funcionava como uma loja só para os militares.

Quanto aos hospitais de campanha, das construções em pedra e cal às tendas e barracões, Altamira pondera que eram extremamente equipados e organizados.

Sobre os locais em que esteve alojada, foram os mais diferentes possíveis: viveu em tendas de campanha e casas ocupadas. As condições de moradia variavam conforme o local: em dada passagem fala de percevejos e ratos nos quartos.

Percebe-se, desse modo, que muitos temas podem estar contidos nos escritos de um diário, principalmente se possui relatos de uma história mundial.

Não deixem a história das enfermeiras da FEB morrer!

Aproximadamente um ano depois, em 16 de julho de 1945, chega ao Rio de Janeiro, retornando da guerra. Tem início outras batalhas, para Altamira.

Ao regressar para o Brasil, com as demais enfermeiras do quadro da FEB, Altamira cumpre ampla agenda exigida pelo governo brasileiro e o Exército, durante os primeiros anos do pós-guerra.

Isso não impediu que as enfermeiras voluntárias da FEB, antes mesmo de pisarem em solo brasileiro, fossem desmobilizadas, por decreto do governo; e, a partir de setembro do mesmo ano, desligadas oficialmente do quadro do Exército. Altamira foi licenciada do serviço ativo em 6 de outubro de 1945, no posto de 2º tenente; definitivamente considerada incapaz em 1949 e reformada no posto de 1º tenente.

Essa situação fez Altamira tornar pública sua indignação e seus ressentimentos com as ações do Exército para com os membros da FEB. Nessa época, escreve em jornais e revistas sobre o desmantelamento da FEB, antes mesmo da chegada ao Brasil e a situação das enfermeiras, no pós-guerra, como o desligamento delas do serviço ativo do Exército e a não valorização do trabalho das enfermeiras militares após o conflito. Toda a experiência adquirida por elas não foi absorvida pelo Exército. Simplesmente foram excluídas. Somente depois de quase 10 anos, graças às lutas incessantes, é que foram reincorporadas ao serviço ativo.

Uma amostra da invisibilidade das enfermeiras da FEB acontece logo após o retorno do grupo ao Brasil. Para a Parada da Vitória, o corpo de enfermeiras não foi convocado para participar do evento. Numa resposta sutil, as enfermeiras voluntárias foram, uniformizadas, assistir ao desfile, como público.

Outro assunto que dominou os textos e discursos de Altamira nos eventos em que participava, graças às experiências marcantes na guerra, diz respeito à defesa do estado e ideais democráticos e a paz diplomática entre as nações, que fervorosamente defendeu e a acompanharam em sua relevante biografia.

Ainda em 1945, visita oficialmente sua cidade natal, Batatais. No evento, estavam também os expedicionários que combateram na Europa.

"[...] em Setembro 1945 vim a Batatais uniformizada sendo recebida desde a gare da estação pela população inteira, prefeito, coronel do 3º B.C, colégios, amigos, com vivas, flores, música, uma festa estrondosa e banquetes, enfim uma carinhosa acolhida e que tanto não merecia. Faltava-me meu papai. [...] na nossa casinha da Avenida Frei Caneca não cabiam as autoridades, amigos, familiares e crianças curiosas. Houve missa campal, discursos, baile, tudo organizado pelo saudoso Dr. Oswaldo Scatena. Fui madrinha de 80 atiradores."[7]

Depois da guerra, reassume seu antigo cargo civil como enfermeira, exercendo atividades no Serviço de Coordenação de Enfermagem do Departamento de Higiene da Prefeitura do Distrito Federal do Rio de Janeiro, até sua aposentadoria, em 2 de março de 1950.

Altamira mostra-se uma defensora crítica do tratamento que os membros da FEB recebiam do governo federal. Propaga o

[7]ACERVO, s/d.

descaso que o Exército brasileiro mantinha para com os soldados e enfermeiras, pois não oferecia oportunidades e reconhecimento de quem tinha essa responsabilidade. Apresenta-se, também, como verdadeira pesquisadora e guardiã da memória das Enfermeiras Voluntárias e do Serviço de Saúde da FEB. Consegue, ainda, ampliar seu mostruário de guerra, com livros, documentos, fotografias, depoimentos, vestimentas, recortes de jornais, postais e diversos objetos, com foco na participação das enfermeiras brasileiras na II Guerra Mundial e o Serviço de Saúde da FEB e ainda documenta sua árvore genealógica de maneira extremamente completa.

Demonstra o desejo de publicar seu *Diário de Guerra*: "Quando parti, levei comigo um espesso caderno, para meu DIÁRIO DE GUERRA, e após muitas peripécias, voltei com meu manuscrito completo. Procurei a 'Editora José Olympio', por ser de Família Batataense, conterrânea, para publicá-lo, mas nada consegui, devido ao acúmulo de obras atrasadas pela guerra. Foi um MAL, porque, se tivesse me desabafado, por certo ter-me-ia curado. E, foi um BEM, porque, com o passar dos tempos, fui perdoando tudo, me elevando mais, deixando o EGOISMO".[8]

Foi homenageada, várias vezes, com honrarias militares e civis; recebeu a Medalha de Campanha (1946); Medalha de Guerra (1946), oferecidas pelo governo federal; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, dada pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB (1975). Durante todos os anos, não deixou de participar do Clube Militar Brasileiro e das Associações de Ex-combatentes da FEB.

Depois de muita luta, em 1951, recebe merecidamente outra promoção, o título de capitão, com efeito retroativo. No entanto, a sonhada reincorporação das enfermeiras da FEB ao Exército brasileiro aconteceu somente em 1957.

---

[8]VALADARES, 1965-1970, s/p.

Em 1964, volta a residir em sua cidade natal, Batatais (SP), onde dá continuidade ao seu incansável projeto de recuperar as memórias do Brasil na II Guerra Mundial, reunindo todo o tipo de dados e objetos sobre as enfermeiras 'febianas'. Em Batatais, passa a dedicar-se também às memórias e biografias dos expedicionários batataenses.

Inicia outra nova e árdua batalha, com a administração pública municipal: conquistar um espaço definitivo e adequado para abrigar e expor sua coleção privada de guerra. Nas décadas de 1970 e 80, parte do acervo fica exposto temporariamente no Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, em Batatais, e no Museu do Café, em Ribeirão Preto; porém, a relação de Altamira com a municipalidade sempre foi rodeada de atritos.

Descontente com o tratamento dado ao seu mostruário de guerra, nos espaços cedidos pela municipalidade de Batatais, Altamira começa uma nova batalha pela conquista de um espaço independente. Após solicitação formal, recebe autorização do Ministério do Exército para a construção de local para abrigar o futuro Centro de Documentação, anexo ao Tiro de Guerra 02-047 de Batatais, em julho de 1993.

No dia 6 de maio de 1994, com recursos financeiros próprios, Altamira inaugura o Centro de Documentação da II Grande Guerra Mundial Capitã Altamira Pereira Valadares. Esse espaço de memória foi aberto ao público na tradicional Semana da Vitória, período cívico-militar em que se comemora a vitória dos países aliados sobre os países do Eixo, na Europa (Itália e Alemanha). Além da data da inauguração não ter sido casual, o espaço carrega em seu nome o contexto histórico e o nome da idealizadora e patrona do projeto.

Por todo esse tempo do pós-guerra, Altamira enfrentou silenciosamente algumas sequelas físicas e psicológicas, decorrentes do

conflito vivenciado. Durante a guerra, Altamira, vítima do intenso frio, gelo e chuva, enfrentados no conflito, adquiriu um processo alérgico, possivelmente do estado de estresse proveniente da guerra: a popular Febre do Feno, doença de cunho alérgico gerado pela exposição em excesso ao pólen.

"Depois que voltei [...] estava tão mal que era incapaz até de segurar uma colher. [...] Não tinha condições de trabalhar com pacientes [...] Adquiri uma tal alergia (ou algo do tipo) que ensopava uma toalha. Às vezes as lágrimas espirravam longe, embora eu não estivesse chorando. Fizeram várias juntas médicas, fui operada; melhorei pouco. Nunca ficou claro qual era o meu problema de saúde. Suponho que, sobretudo em Valdibura, desenvolvi uma alergia que me persegue até hoje. Não me agasalhava direito e não tomava *whisky* como os americanos".[9]

Com o passar do tempo, vieram também os problemas de saúde devido à idade avançada. No início dos anos 2000, precisou de cuidados cotidianos e contou com o apoio incondicional de sua sobrinha e afilhada, Ivete Pereira Lavagnoli Montanha. Altamira compartilha com ela sua paixão pela história do Brasil na II Guerra Mundial. Passa um breve período com Ivete, em São Roque, que acaba se mudando com a família e Altamira para Batatais.

Em 2001, ocorre o ato de entrega do prédio e acervo do Centro de Documentação para a guarda permanente da municipalidade. Porém, o controle do espaço permaneceu sob os cuidados de Altamira, então com 90 anos, até sua morte, o que dificultou o acesso público ao local. Altamira viveu uma relação contraditória com seu acervo: conquistou o tão desejado espaço de memória, mas teve dificuldades para socializar seu acesso, devido ao seu maior

[9]MEDEIROS, 2001, p. 89.

temor: de que as pessoas pudessem danificar ou subtrair seus documentos ou objetos ali expostos.

Altamira tornou-se uma mulher cada vez mais austera, com o tempo, fazendo exigências por vezes consideradas desnecessárias. Era solícita com todos – alunos, curiosos e pesquisadores – quando lhe era pedido uma entrevista, ou participação em eventos. Já em relação ao acervo do Centro de Documentação da II Guerra, tornava-se mais resistente à visitação e pesquisa por terceiros. Uma exigência contínua de Altamira era que, durante sua presença no espaço de memória, deveria haver um atirador do Tiro de Guerra local. Andava constantemente vestida com uniforme militar.

No dia 19 de março de 2004, numa existência quase centenária, aos 93 anos, a capitã enfermeira Altamira Pereira Valadares, debilitada pela própria idade, falece vitimada por um derrame. Seu sepultamento foi concorrido e acompanhado de honras militares e homenagens, como desejado por ela própria. Está enterrada no antigo Cemitério Paroquial de Batatais.

Altamira, tão cuidadosa com as memórias da FEB e de suas enfermeiras do Serviço Médico de Saúde, instituiu como sua sucessora legal para continuar a luta pela preservação da História das Enfermeiras da FEB, sua sobrinha Ivete, que tomou o desejo de Altamira como uma missão e é uma das grandes apoiadoras e colaboradoras do Centro de Documentação da II Guerra, assim como a municipalidade e o Ministério do Exército.

A morte da capitã Altamira não significou o fim da batalha por preservar e divulgar a participação do Brasil no maior conflito bélico registrado; ao contrário, seu legado permite a perpetuação da História e das Histórias, dentro da II Guerra Mundial, por grupos interessados no assunto.

Professora Glete de Alcântara e a Cidade de Ribeirão Preto

Luciana Barizon Luchesi
Amanda Colnaghi Nassorri

A Profa. Dra. Glete de Alcântara, nascida no dia 24 de junho de 1910, na cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, teve uma passagem de quase 20 anos, pela cidade de Ribeirão Preto, entre 1952 e 1971. O impacto de seu trabalho nos campos da saúde, enfermagem e cultura, no município, poderia ter facilmente sustentado uma proposição de cidadã ribeirão-pretana, devido às suas contribuições à comunidade. Os caminhos que trouxeram a ilustre mineira a Ribeirão Preto perpassam a história das mulheres, da Universidade de São Paulo (USP), da Enfermagem e de Ribeirão Preto.

Filha de José Proença de Alcântara e Maria Pimenta de Alcântara, a jovem Glete de Alcântara ficou encarregada de cuidar e educar os irmãos, após o falecimento de sua mãe. Sua perseverança e seu dinamismo possibilitaram a ela desbravar uma das

consistentes barreiras para as mulheres de seu tempo: o acesso à Educação. O censo brasileiro de 1940 destaca que 56,8% dos brasileiros com idade acima de 10 anos eram analfabetos, com aumento dessa porcentagem para o sexo feminino. No estado de São Paulo, eram 41,9% de alfabetizados, com 58,4% do sexo masculino e 45,7% do feminino.

Ela ingressou, em 1928, na Escola Normal da Praça da República, na cidade de São Paulo, e exerceu o magistério por breve período. Em 1930, concluiu o curso de educadora sanitária,

Glete de Alcântara, estudante do curso de graduação em Enfermagem, no Canadá, de 1941-1944 | Fonte: Imagem gentilmente liberada para uso gratuito pela Lawrence S. Bloomberg Faculty of Nursing, Arquivo da Universidade de Toronto, pela diretora da instituição, em 2009, Sioban Nelson, RN, PhD, FAAN, FCAHS.

do Instituto de Higiene da USP, atual Faculdade de Saúde Pública da USP, iniciando, assim, sua trajetória na área da Saúde.

Em função das negociações entre a USP e a Fundação Rockefeller, no âmbito de auxílio, para a criação da primeira Escola de Enfermagem da USP (EE-USP), na cidade de São Paulo, Glete de Alcântara é escolhida, em virtude do curso de educadora sanitária, para uma bolsa de estudos de 1941-1944, na cidade de Toronto/Canadá, na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, atual Laurence S. Bloomberg Faculdade de Enfermagem.

Como contrapartida, a futura enfermeira, ao regressar ao país, deveria tornar-se docente da Escola de Enfermagem da USP. Ao retornar ao Brasil como enfermeira, torna-se docente da EE-USP, cumprindo acordo com a Fundação Rockefeller, ministrando a disciplina de Técnica de Enfermagem e, também, Enfermagem Médica.

Nesse momento, a Profa. Glete de Alcântara iniciava uma segunda graduação, dessa vez em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tendo como um de seus mestres o professor Florestan Fernandes. No decorrer do trabalho na EE-USP e o novo curso de graduação, recebe uma bolsa internacional da Fundação Kellogg para cursar a pós-graduação na Faculdade de Professores da Universidade de Columbia, Nova York/EUA; no seu retorno, em 1951, retoma o curso de graduação, com diplomação de Licenciatura em Ciências Sociais, em 1952.

Em 1952, a Profa. Glete de Alcântara é eleita para presidir o mais prestigiado cargo político-acadêmico da enfermagem brasileira: a Presidência da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (Abed), atual Associação Brasileira de Enfermagem (Aben).

Em sua primeira gestão enquanto presidente da Abed, teve a hercúlea tarefa de realizar, pela primeira vez nas Américas, uma edição do Congresso Internacional, do Conselho Internacional

de Enfermeiros, em 1953, com mais de 1.300 participantes, de 46 associações nacionais, realizado no magnífico Hotel Quitandinha, de Petrópolis/RJ, em julho de 1953 – tarefa essa considerada ousadíssima à época. A Profa. Glete de Alcântara, cujo desempenho pelo fortalecimento da Abed já se registrava, desde 1947, atuou de forma incisiva em diferentes frentes de trabalho, para o desenvolvimento da enfermagem nacional.

Em 1952, a história da enfermeira mineira inicia seus enlaces com a história da inserção da USP em Ribeirão Preto, bem como com a própria cidade. Nesse ano, a USP encontrava-se em vias de iniciar as atividades da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) e, anexa, a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP). O Conselho Universitário da USP aprovou, em 1952, a sugestão do Prof. Dr. Zeferino Vaz, diretor da FMRP-USP, a partir de uma indicação do conselheiro Prof. Dr. Paulo César de Azevedo Antunes (diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, à época), para que a criação e direção da EERP-USP ficasse sob a responsabilidade da Profa. Glete de Alcântara.

Apesar da orientação inicial para seguir o modelo da Escola de Enfermagem da USP, situada na cidade de São Paulo, ao assumir a EERP-USP a docente propôs inovações, para o currículo da Escola de Ribeirão Preto, como o fortalecimento do ensino teórico e prático de administração, as Ciências Sociais, Psicologia Educacional, Didática e a prevenção articulada a todas as disciplinas. A busca pela atualização e inovações parecia ser um objetivo da docente a se realizar em longo prazo, nesse período.

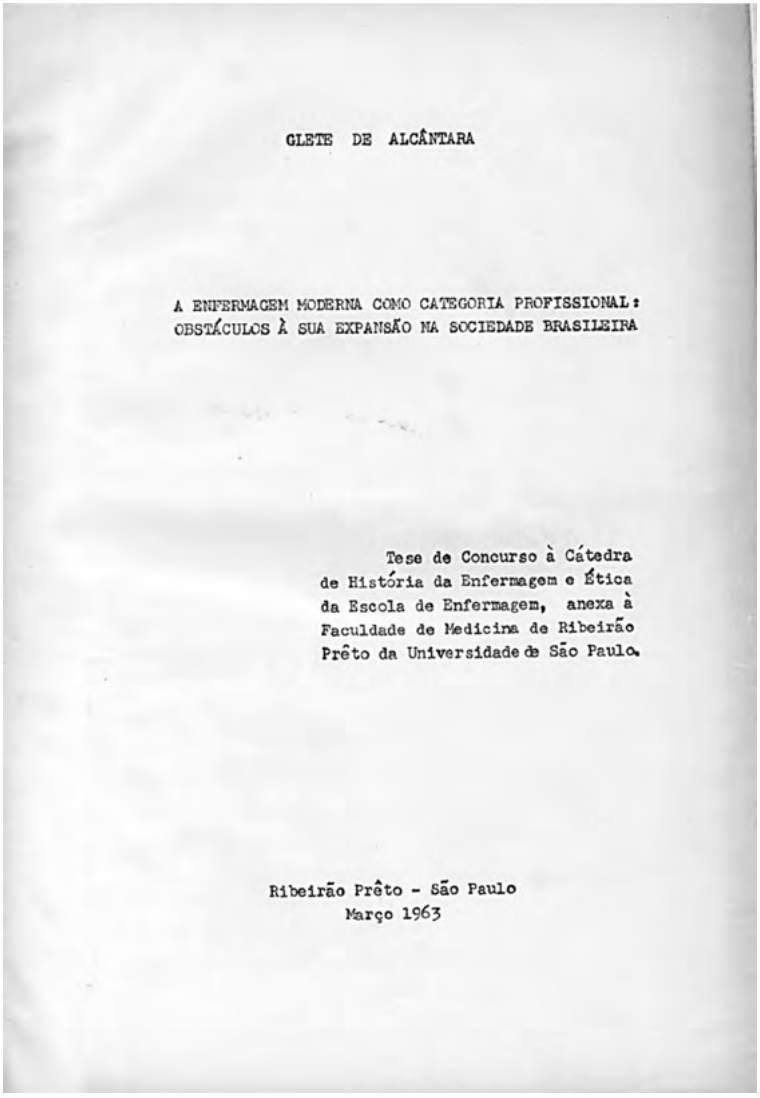
Nos anos seguintes, continuou fazendo viagens para visitas técnicas e organizando o currículo da EERP-USP, pautando-se em modelos internacionais. Observou-se, por exemplo, importante influência do currículo canadense e da graduação da docente em Ciências Sociais, no primeiro ano do currículo da EERP-USP. Além

disso, a professora organizou a EERP-USP, de forma que a pesquisa e o serviço de saúde à comunidade estivessem articulados ao ensino.

No ano de 1963, a Profa. Glete de Alcântara submeteu a primeira tese de cátedra de um enfermeiro, na América Latina, à FMRP-USP, intitulada A Enfermagem Moderna como Categoria Profissional: Obstáculos à sua Expansão na Sociedade Brasileira. Ela defendeu a cadeira 4 de História da Enfermagem e Ética (aplicada à Enfermagem), considerada pedra fundamental da pesquisa em enfermagem, hoje tão avançada. Aprovada com o título de catedrática pela USP, a Profa. Dra. Glete de Alcântara desbravava importante caminho para toda a enfermagem latino-americana, colaborando com o desenvolvimento da identidade profissional, evidenciando a importância da pesquisa e da História da Enfermagem no entendimento e construção de novos horizontes.

Sua tese de cátedra, que perpassa 10 anos de atividades junto à sociedade ribeirão-pretana para infundir a ideia do enfermeiro diplomado e analisar sua visibilidade, foi tarefa árdua, inspirada pela dificuldade de recrutamento de enfermeiros para atuarem nos mais diferentes cenários e nas escolas de enfermagem – dificuldade essa que está relacionada a uma ideia desatualizada e distorcida, que se tinha à época, sobre a capacidade intelectual, de liderança e científica, do profissional.

A professora menciona, em sua tese, que a primeira tentativa da cidade de Ribeirão Preto para organizar uma escola de enfermagem foi em abril de 1935, pelos médicos da cidade, devido à necessidade de preparar profissionais para o campo hospitalar. A escola chegou a ser criada pelo Ato n. 44 da prefeitura, anexa à Santa Casa, mas não teve continuidade, apesar de tentar aproximar seu currículo ao da Escola de Enfermagem Ana Neri, considerada currículo "padrão nacional" – vindo daí a expressão antiga, mas ainda conhecida pela cultura popular, "enfermeiro padrão".



GLETE DE ALCÂNTARA

A ENFERMAGEM MODERNA COMO CATEGORIA PROFISSIONAL:
OBSTÁCULOS À SUA EXPANSÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Tese de Concurso à Cátedra
de História da Enfermagem e Ética
da Escola de Enfermagem, anexa à
Faculdade de Medicina de Ribeirão
Prêto da Universidade de São Paulo.

Ribeirão Prêto - São Paulo
Março 1963

Tese de Cátedra: A enfermagem moderna como categoria profissional: Obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira. | Fonte: Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP.

Esse termo não tem mais legalidade, desde 1949, quando o padrão nacional de enfermagem foi substituído por currículos nacionais, mas o termo ainda está no imaginário popular. Além disso, desde 1961, no Brasil, o enfermeiro é o indivíduo aprovado em um curso universitário, hoje com duração mínima de quatro anos; mas a maioria dos enfermeiros, após os quatro anos de graduação, engaja-se em especializações, residências, mestrados e doutorados, podendo ter uma formação de quatro a nove anos, ou mais, com alta complexidade científica e humanizada em sua formação.

Apesar de a Profa. Dra. Glete de Alcântara mencionar que não existiram outras iniciativas em Ribeirão Preto, até a criação da EERP-USP, estudo recente aponta que, em função da II Guerra Mundial, foi criada a Cruz Vermelha de Ribeirão Preto e, concomitantemente, o desenvolvimento de um Curso de Socorros Urgentes da Cruz Vermelha Brasileira, Filial de Ribeirão Preto, entre os anos de 1942 e 1943.

Apesar de ser um curso breve e não formar o "enfermeiro padrão" à época, apresentou extenso currículo, com realização em três meses, no ano de 1942, composto por corpo docente de 28 médicos e a diplomação de 52 enfermeiras socorristas. Entretanto, ainda não é conhecido se essas estudantes foram posteriormente incorporadas aos serviços de saúde de Ribeirão Preto. Segundo a Profa. Dra. Glete de Alcântara, em sua tese, havia apenas uma enfermeira diplomada em toda a cidade de Ribeirão Preto, quando a EERP-USP chegou à cidade. Os demais profissionais vinham de formação técnica.

A EERP-USP, que iniciou suas atividades em agosto de 1953, casa mais importante da Profa. Dra. Glete de Alcântara, teve a honra de ocupar o inestimável Palacete Innecchi, de 1955 a 1969, período áureo, em que as alunas referiram se sentir as "princesas

do palácio". O regime de internato era rígido, com controle de entradas e saídas e de comportamento.

Era preciso que a EERP-USP fosse elegante e atrativa para as moças da cidade e região. A imagem era uma preocupação constante da diretora, que inclusive dava aulas de etiqueta, postura, arte e incentivava o estudo da língua inglesa. Isso estava atrelado ainda à estratégia de formação de estudantes de elite, com vistas, ao alcance de cargos de liderança no campo científico nacional e internacional.

As estudantes eram incentivadas a conhecer toda a programação cultural de Ribeirão Preto e a participar das atividades. O cinema foi muito incentivado e teve, na diretora, uma entusiasta, que chegou a estar presente na criação do Clube de Cinema de Ribeirão Preto, incentivado pelo historiador de cinema Paulo Emílio Sales Gomes – esse, por sua vez, por convite da FMRP, esteve em Ribeirão, em 1959, data em que já existia o Cine Foto Clube de Ribeirão Preto.

No segundo semestre, no mesmo ano, de acordo com Rubens Francisco Lucchetti, reuniram-se na casa de Dr. Ithamar Vugman, Dr. Carlos Diniz, Dra. Glete de Alcântara, D. Gita (esposa de Ithamar Vugman), Bassano Vaccarini e uma outra senhora, para discutir a criação do Clube de Cinema. O primeiro presidente foi o Dr. Carlos Diniz, e a Dra. Glete de Alcântara não assumiu cargo no grupo, mas continuou colaborando.

A Profa. Glete de Alcântara era entusiasta das plantas, quase uma especialista no assunto. Particularmente em relação a orquídeas, ela chegou a presidir a Associação Orquidófila de Ribeirão Preto; sua casa, em Campos do Jordão, era repleta de flores e o Palacete Innechi chegou a possuir um orquidário – hoje há um orquidário em sua homenagem, na EERP-USP, que pode ser apreciado em um dia de visita ao museu da escola, sob agendamento, e onde se encontra grande parte da história da docente.

Inauguração do Orquidário da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP, 2000. | Fonte: Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP. Código IO2661.

Seu convívio cultural envolveu a alta sociedade de Ribeirão Preto e até mesmo Tarsila do Amaral – nascida em Capivari/SP, em 1º de setembro de 1886, foi uma artista que marcou a Cultura Modernista do Brasil – que, a pedido do irmão da professora, a retratou na obra Retrato de Glette de Alcântara, de 1960, quadro pouco conhecido da obra de Tarsila, mas localizado recentemente pela Catálogo Raisonné® de Tarsila do Amaral (http://www.base7.com.br/tarsila) e disponibilizado no *site* do catálogo. O quadro hoje encontra-se na cidade de Araraquara, pertencente à coleção Laura Gimenes de Marqui, onde foi realizado estudo sobre a obra.

Como pesquisadora, foram localizadas, até o momento, 54 produções acadêmicas, algo imponente para a época e até para os dias atuais. Publicou em revistas brasileiras, para a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Organização Mundial da

Saúde (OMS), The American Journal of Nursing e Ministério da Educação4. A Profa. Dra. Glete continuou ativa na USP até se aposentar, em 1972, e foi eleita, nesse mesmo ano, novamente presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, vindo a ficar doente e falecer jovem, em 1974.

São incontáveis as facetas da vida e obra da Profa. Dra. Glete de Alcântara e já se vão quase duas décadas de estudo sobre sua obra em nosso grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos em História da Enfermagem (Laeshe). Sua história desafia os caminhos da educação feminina de seu tempo; para a enfermagem, seu legado é incontestável, seja na pedra fundamental para o reconhecimento da pesquisa de enfermeiros na América-Latina, seja para a enfermagem brasileira e mundial junto à Aben, seja pelos quase 20 anos dedicados à EERP-USP, cujo legado inovador reflete na continuidade de sua excelência pelos que a sucederam.

A EERP-USP, atualmente, é reconhecida internacionalmente como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem. Destaca-se, ainda, seu legado deixado para a cidade de Ribeirão Preto e seus cidadãos, seja na Saúde, Educação e Cultura. Uma mineira, mas, certamente, uma cidadã ribeirão-pretana.

1914

Maurílio Biagi: De semeador do sertão a formador de homens

Adriana Silva

Uma olhada mais detalhada na estante e lá estão expostos muitos títulos que retratam a vida e a obra do empresário Maurílio Biagi. Neto de imigrante italiano, foi um homem inovador, que empreendeu ao longo de toda sua existência. De indústria de bebida, a projeto de inseminação animal, metalurgia e, com destaque, fazendas de cana e usinas de açúcar e álcool.

Em *O Semeador do Sertão*, Geraldo Hasse[1] biografa o empresário que nasceu em 1914, no sítio Vargem Rica, de propriedade de seus pais, na cidade de Pontal/SP e que faleceu em 1978, aos 64 anos,

[1]HASSE, Geraldo. **Maurilio Biagi**: O semeador do sertão. Editora Céu e Terra, 2003.

em Ribeirão Preto, onde passou a maior parte de sua vida. Mostra, o neto do senhor Natali, o filho do senhor Pedro Biagi, o marido de dona Edilah Lacerda Biagi, e o pai de Maurílio, Luís, André, Alexandre, Edilah Maria, Beatriz e Carla.

Em *Filhos do Fogo: Memória Industrial de Sertãozinho 1896 – 1996*[2], do mesmo autor, o empresário protagoniza como um dos mais influentes cidadãos no município, em especial por causa da indústria Zanini, que remodelou o perfil industrial e tecnológico da localidade.

Em muitas outras obras, com temas circundantes, Maurílio Biagi desfila como um catalizador. É o caso no livro que celebra os 70 anos da Usina Santa Elisa,[3] uma potência agroenergética na qual o empresário exercitou suas habilidades de pesquisador. Na publicação, com a narrativa cronológica do Engenho Central e da Fazenda Vassoral[4], lá está ele, importante articulador, preservador da história.

Outros títulos que abordam o tema cana-de-açúcar, necessariamente, registram os feitos de Maurílio Biagi, personagem importante na criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975.

Além dos livros, a imprensa também registrou sua passagem. Em matéria publicada na revista *Isto É Dinheiro*, em 2010[5], o periódico, em sua versão digital, referiu-se à família Biagi como responsável

---

[2]HASSE, Geraldo. **Filhos do fogo**: Memória industrial de Sertãozinho 1896 – 1996. Editora Céu e Terra, 1996.

[3]ROCHA, Ana Augusta. **Usina Santa Elisa, 70 anos, Sertãozinho**. Sertãozinho, 2006.

[4]BIAGI, Edilah Faria de Lacerda (org.). **Ribeirão Preto**. 2014.

[5]Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/o-adeus-de-uma-dinastia/, Acesso em: 5 mar. 2022.

por uma dinastia. "Se um sobrenome pudesse definir a história do açúcar e do álcool no Brasil, da maneira como Gerdau significa aço e Ermínio de Moraes, cimento, esse nome seria Biagi." Então, colocou os fatos em uma linha cronológica. "Uma dinastia que nasceu quando o imigrante Pedro Biagi criou a Usina da Pedra, ainda na década de 1930. Seu filho, Maurílio, se tornou a figura mais importante do Proálcool."

Está ali, na plataforma educativa, para ser ensinado nas escolas: "Assim como nos outros países, o Brasil também sofreu as consequências da crise do petróleo. Um problema que impediu a continuidade do desenvolvimento econômico. Preocupados com o sucesso brasileiro, os governantes da época lançaram em 14 de novembro de 1975 o Programa Nacional do Álcool. Criado pelos engenheiros Lamartine Navarro Júnior e Cícero Junqueira Franco e pelo empresário Maurílio Biagi, o programa contava com os projetos do físico José Walter Baptista Vidal e do engenheiro Urbano Ernesto Stumpf que desenvolveram o motor à álcool"[6].

Maurílio Biagi defendeu, sempre que teve a chance e quando ela não se abria naturalmente ele criava oportunidades, que o álcool poderia ser utilizado como combustível de veículos e que o país tinha condições de ter uma matriz renovável e positiva para o meio ambiente.

Tributos a ele já foram muitos. Seu nome está na avenida que praticamente corta a cidade de Ribeirão Preto; no parque que guarda as obras do artista Bassano Vaccarini; no instituto que a Associação Comercial e Industrial mantém para analisar e refletir sobre a economia da região. Para chegar em Sertãozinho, uma das opções é pela Rodovia Maurílio Biagi.

---

[6]Disponível em: https://www.infoescola.com/combustiveis/proalcool/. Acesso em: 5 mar. 2022.

E, já no município, é possível visitar o Conjunto Habitacional que homenageia o visionário que tanto debateu o desenvolvimento da localidade. Uma visita ao Museu da Cana, instalado no antigo Engenho Central, entre Pontal e Sertãozinho e, muito rapidamente, se ouve agradecimentos a ele pelo cuidado em guardar o que precisava ser guardado como herança histórica.

Não raras vezes, se ouve dizer que Maurilio Biagi é de Pontal, cidade onde nasceu. Quem é de Sertãozinho, diz que ele foi um dos mais ilustres sertanezinos. Para quem mora na maior das cidades entre essas, afirma que sua história é ribeirão-pretana. E, de uma certa forma, nenhuma assertiva está errada. Suas propriedades circulavam por todos esses lugares e até por outros mais longínquos. Nasceu em Pontal, foi vereador em Sertãozinho, criou os sete filhos em Ribeirão Preto.

Família Biagi com os pais e os doze filhos. | Foto: Casa da Memória Italiana, s/d.

O sétimo filho, em uma família de 12 irmãos, Maurílio aprendeu muito com os pais, Eugênia e Pedro Biagi. De olaria à produção de álcool, ele viu muita coisa acontecer antes de ter que tomar suas próprias decisões. Mas quando esse tempo chegou, mostrou não titubear diante de uma proposta de negócio.

Formado guarda-livros, em escola de Campinas, Maurílio decidiu que queria trabalhar. De volta a Ribeirão Preto, em 1933, foi tomar conta da balança, na primeira safra da Usina da Pedra, em Serrana. Assim como em uma agenda escolar, o jovem mudava de função a cada ano, acumulando aprendizados. Em 1934, "foi deslocado para a supervisão dos trabalhos rurais, do plantio ao corte de cana". Na sequência, teve maior contato com "o setor industrial", em especial, a "moagem de cana" enquanto auxiliava o gerente da usina. Apenas em 1936 "foi considerado maduro para responder pela gerência da Pedra". E, então, após "quatro anos, completou seu 'curso de administração' da mais antiga agroindústria existente no Brasil"[7].

Quando o pai resolveu dividir suas propriedades entre os filhos, coube a Maurílio a gestão da Usina Santa Elisa, anteriormente comprada de João Marchesi, pela família Biagi. Foi ali, naquele momento, que o menino ficou grande e passou a tomar suas próprias decisões. Desde as mais simples, como não plantar a cana mais bonita aos olhos, e sim a com maior teor de sacarose, como comprar ou não comprar uma nova usina.

Amante de música clássica, que aprendeu a ouvir quando viveu em Campinas, Maurílio era um estudante de tempo integral. Aprendia o tempo todo. Quando faltava resposta para suas perguntas, ele buscava ajuda nos livros técnicos e nos periódicos

---

[7]HASSE, Geraldo. **Maurílio Biagi**: O semeador do sertão. Editora Céu e Terra, 2003.

especializados em agricultura. Quando essas fontes deixaram de subsidiá-lo, o empresário passou a investir em pesquisa de ponta e em tecnologia para viabilizar os resultados.

Maurílio Biagi, na Usina Santa Elisa | Foto: Reprodução a partir do livro *Zanini Sempre*, 2005.

Por interferência de Maurílio, a Cooperativa dos Usineiros do Oeste de São Paulo (Cooperest) da qual era um dos fundadores, firmou um convênio com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), de Piracicaba, para a realização de pesquisas diversas sobre qualidade do solo, mudas de cana e tudo o mais que pudesse melhorar o desempenho da produção. O avanço foi tanto,

que a Cooperest investiu em sua própria estação experimental de pesquisa de campo, numa área de 15 alqueires, na antiga Fazenda Dumont, contrariando, inclusive, as normas impostas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) que só autorizava experiências na Estação de Piracicaba.

Maurílio aprendeu "que para corrigir a acidez dos solos, era preciso adicionar-lhe calcário, fosfato de Araxá, salitre do Chile e incorporar matéria orgânica plantando leguminosas e aplicando resíduos como torta de mamona e torta de filtro e vinhaça"[8]. Parece tudo muito simples, nos dias de hoje, mas ele começou a estudar a qualidade do solo e os nutrientes necessários para ampliar a produtividade em uma época em que todos ainda propagavam o dito popular "em se plantando tudo dá".

Alguns resultados desses experimentos empíricos podem ser descritos. Enquanto, em 1969, um canavial dava um único corte com 30 toneladas, por hectare, nas décadas de 1980/1990 chegava a dar 12/13 cortes, com 100 toneladas por hectare, em média[9].

A lógica da sentença acima permite redimensionar o campo, a indústria, a economia e o lugar de possível potência agrícola do Brasil. Fazer o mesmo solo gerar mais e melhor era a reposta de Maurilio Biagi para as demandas de produção.

Os números da Usina Santa Elisa confirmam. Em 1939, foram moídas 13.919 toneladas de cana-de-açúcar. Em 1977, um ano antes da morte do empresário, a usina moeu 1.489.576 toneladas[10]. E seguiu crescendo.

---

[8]Zanini Sempre. Edição institucional da própria Zanini, 2005.

[9]Idem.

[10]ROCHA, Ana Augusta. **Usina Santa Elisa, 70 anos, Sertãozinho**. Sertãozinho, 2006.

Maurílio Biagi era, sem dúvida alguma, uma das lideranças mais influentes do setor sucroalcooleiro. E não buscava respostas no presente. Sua erudição, vinda das muitas leituras, permitia-lhe fazer conexões entre as experiências passadas, mesmo que não fossem as dele, com as perspectivas de futuro. Sensível, sabia ouvir. Falava o necessário e nunca subestimava a realidade, mas também não desviava das incertezas; ele as enfrentava como alguém sempre pronto a tomar uma decisão.

Ainda que muitos livros sobre ele e seu legado tenham sido publicados, muitos outros poderiam ser escritos, especialmente para revelar sua astúcia como empresário.

A visão de Maurílio sobre o potencial da Coca-Cola, quando o produto ainda não era uma atração no Brasil, é um exemplo de sua genialidade de empreendedor. Ao criar a fábrica Refrescos Ipiranga, em Ribeirão Preto, inicialmente para produzir o refrigerante e depois para outros derivados da indústria de bebidas, e fazer de sua unidade uma referência, revela a sua perspicácia.

Maurílio dialogava com a realidade. Foi assim que começou a história da Zanini. No início, era uma oficina para atender à demanda da Usina Santa Elisa. Ele não queria mais depender do fornecedor de Piracicaba. Mas a pequena unidade cresceu tanto que passou a ser chamada de "empresa mãe". Há quem diga que era uma empresa de fabricar empresas.

Fica claro, quando se sabe como pensava o seu criador.

Seu filho mais velho, de mesmo nome, gosta de repetir uma frase que o pai sempre dizia: "Eu acredito muito na capacidade dos homens. A tarefa mais importante de uma empresa é formar pessoas. O administrador que espera encontrar homens feitos, fracassará. Eles não existem" .

Maurílio Biagi Filho reitera sempre quanto aprendeu com o pai. Assim como Luiz Lacerda Biagi. Ele deixou uma declaração

de gratidão ao pai, no livro que celebrou a história da Zanini, publicado em 2005.[11]

Na obra, o pai é chamado de "o formador".

Faz sentido. Foi dele a ideia de criar uma escola técnica vinculada à Zanini para qualificar e especializar os trabalhadores.

A parceria com Ettore Zanini, em 1950, não tinha muitas pretensões. Mas, para Maurílio, por que seguir uma oficina quando se tem potencial, mercado e demanda para se tornar uma das seis mais bem-sucedidas empresas do setor no País? Então, ele decidiu ser grande.

O homem que sabia aproveitar o que o solo tinha de melhor e aumentar a produtividade, precisava ampliar, também, a capacidade de moagem da sua usina. Logo, a Zanini deixou de ser uma oficina para demandas internas e começou a receber estímulo para criar equipamentos mais potentes, modernos e tecnologicamente de ponta.

Maurílio tinha aprendido da pior maneira possível, vendo algumas empresas sucumbirem, como a primeira siderúrgica de Ribeirão Preto, por falta de autonomia. Dependência de fornecimento de energia elétrica, componentes agrícolas, maquinários adequados e outras relações de insuficiência. Ele estava decidido a produzir tudo o que precisasse.

A Santa Elisa importava alguns equipamentos da Alemanha e a operação de transporte e manutenção era ameaçadora. Tudo sempre podia dar errado. O empresário estava convicto de que poderia atender a todas as necessidades da agroindústria, a partir da Zanini.

---

[11]Zanini Sempre, edição da empresa, 2005.

Algum tempo depois, a empresa estava atuando em outros mercados, como hidrelétricas e portos, com a oferta de seus equipamentos pesados. A indústria que foi criada para garantir que a Usina Santa Elisa não mais precisasse importar equipamentos, passou, fruto dos anos de expansão, a exportar para vários lugares do mundo.

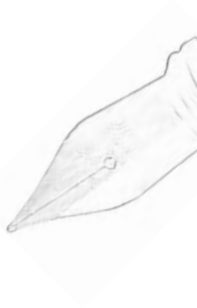
Maurílio Biagi presidia um conjunto de empresas vinculado a três grupos. As do setor sucroalcooleiro, ligadas ao grupo Santa Elisa, mais de dez unidades distintas, como a Case, Lagoa da Serra, Vale do Rosário, MB, para citar as mais influentes. Outro grupo de empresas no ramo de bebidas, imediatamente ligadas à Refrescos Ipiranga, como a Kaiser, a Transribe e a Água Prata. E um conjunto formado por 15 outras empresas vinculadas de várias formas diferentes à Zanini, como as filiais de Recife e Araçatuba, a Renk Zanini, AKZ, Sermatec, Meppam, Cachoeira, Etelco, Zinc, Zaci, ZEPD, Cianorte e Zanini Foster Wheeler.

Quando a história de um homem continua viva, mesmo depois de sua morte, é a materialidade da importância de seus feitos. Muitas pessoas, nos dias de 2022, ainda vivem derivações das decisões tomadas por Maurílio Biagi. Podem até não saber. Mas se ele não tivesse começado, o sucesso máximo da Zanini não teria acontecido.

Dissertações e teses, frutos de pesquisas sobre o trabalho e a indústria de Sertãozinho apontam números expressivos de outras empresas que foram criadas a partir da Zanini; mais de 300 unidades de novos negócios foram se fazendo necessários. Ou mesmo homens que foram formados dentro da indústria, e que, em outros momentos, empreenderam inspirados ou não por Maurílio Biagi.

Se pudesse ver, um tempo depois, como sua ideia de oficina interferiu na vida de tantas famílias de Sertãozinho, e até mesmo de outras cidades, o empresário poderia dizer, sem qualquer chance de parecer arrogante: Eu sabia que, se investíssemos em homens, eles cresceriam autônomos e capazes.

1929



Saulo Ramos: O jurista poeta

Adriana Silva

Aprendi na escola quem era Saulo Ramos. Autor da letra do hino de Ribeirão Preto. Jamais podia imaginar, naqueles dias, no distrito de Bonfim Paulista, estudante no oitavo ano, que eu viria a entrevistar o famoso jurista, ex-ministro da Justiça, escritor, poeta, homenageado da 8ª edição da Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto.

A biografia de Saulo Ramos encerra este livro anunciando uma nova época. Nascido em 8 de junho de 1929, em Brodowski, faleceu em 28 de abril de 2013, aos 84 anos, em Ribeirão Preto. O único, entre todos, a cruzar o segundo milênio.

Filho de Floriano e Helena, foi registrado como José Saulo Pereira Ramos. Conterrâneo do artista Candido Portinari, mais novo do que ele 29 anos, os dois conviveram. Saulo tem um retrato seu, desenhado pelo artista em 1953.

Retrato de Saulo Ramos, Pintura de Candido Portinari, 1953 | Disponível em: www.portinari.org.br. Acesso em: 12 mar. 2022.

Seu pai foi cafeicultor, herança de cinco gerações de sua família. A infância, na Fazenda Santa Luzia, em Cravinhos, deu-lhe detalhes poéticos. Na escola rural, aprendeu as letras e criou afinidade com as palavras. Em conversa com Guilherme de Almeida[1], Saulo revelou seu apego à poesia: "Sem sair da fazenda – de cima dos tratores ou na poeira das colheitas – achava sempre algum assunto: e de noite

[1]Trecho de texto escrito por Guilherme de Almeida em 1953, publicado no livro *Fora da lei* – Obra poética. São Paulo: Editora Leya, 2012. Originalmente publicado como prefácio de uma das edições do livro *Café*.

escrevia para jornais do interior... Quinze anos, com minha família, dentro do cafezal: nenhum contato com sociedade, com divertimentos... Acostumei-me a isso[2]".

O cafezal, que podia ser o melhor dos reinos, vivia dias quentes de inferno, desde a queda da bolsa de Nova York, em 1929. O senhor Floriano decidiu que os filhos não seriam homens da roça e resolveu vender a propriedade, encerrando ali uma longa hereditariedade.

Oitava de enxadeiro

Perdi roça, perdi tudo,
menos a esperança em Cristo.
Pobre, creio em Deus e tanto!
Nada me roubará isto,
nem seca, enchente ou geada,
creio em Deus e resisto.
E se Deus não existir,
nele, porque creio, existo.
(Cravinhos, 1949)

Chamado por Guilherme de Almeida como o Poeta do Café, Saulo Ramos fez-se urbano, mas levou para a poesia toda sua meninice experimentada nos espaços da antiga fazenda de café.

Quando Ribeirão Preto completou 150 anos, em 2006, Saulo Ramos me concedeu uma entrevista[3], oportunidade em que contou

[2]Trecho de texto escrito por Guilherme de Almeida em 1953, publicado no livro *Fora da lei* – Obra poética. São Paulo: Editora Leya, 2012. Originalmente publicado como prefácio de uma das edições do livro *Café*.

[3]Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp). Ribeirão Preto

sobre seu poema, escolhido para ser a letra do hino da cidade. Ele o tinha escrito quando ainda era adolescente, aos 16 anos. De tão bonito, foi publicado na primeira página do Jornal *Diário da Manhã*. E até aí era um poema para a cidade. Algum tempo depois, durante as celebrações dos 100 anos do município, a musicista Diva Tarla de Carvalho resolveu participar de um concurso para escolher o hino a Ribeirão Preto e musicou o poema de Saulo Ramos, que só soube do fato depois de vencer a disputa. Naquele ano, ele já estava advogando em São Paulo. Diva Tarla ligou informando a vitória e se desculpou por não ter lhe dito antes.

O poeta declarou ter ficado feliz com a escolha do seu texto, já que gostava muito da cidade.

A minha terra é um coração
Aberto ao sol pelas enxadas
Sangrando amor e tradição
No despertar das madrugadas
...
História exemplo, amor e fé
Assim traçamos teu perfil
Ribeirão Preto, terra do café
Orgulho de São Paulo e do Brasil
...
Nasceste do destino nacional
Das caminhadas rumo ao Oeste
E ainda guardas o belo ideal
Dessa epopeia em que nasceste.

---

150 anos – episódios 3 e 4. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1XeeWiQE5kc e https://www.youtube.com/watch?v=E9y-cnSHx0Q. Acesso em: 18 mar. 2022.

...
A minha terra é um coração
Aberto ao sol pelas enxadas
Sangrando amor e tradição
No despertar das madrugadas
...
História exemplo, amor e fé
Assim traçamos teu perfil
Ribeirão Preto, terra do café
Orgulho de São Paulo e do Brasil
...
Ribeirão Preto esse destino
Que consagrou a tua gente
É do trabalho o grande hino
Que há de viver eternamente
...
És linda joia no veludo
Dos nossos verdes infinitos cafezais
E se em ti amada terra temos tudo
Ainda procuramos dar-te mais.
...
A minha terra é um coração
Aberto ao sol pelas enxadas
Sangrando amor e tradição
No despertar das madrugadas
...
História exemplo, amor e fé
Assim traçamos teu perfil
Ribeirão Preto, terra do café
Orgulho de São Paulo e do Brasil

Autor de vários livros, dentre os quais o mais conhecido é a sua autobiografia *Código da Vida*, publicado em 2007, Saulo Ramos também tem livros de poesia: *Café – A Poesia da Terra e das Enxadas*, relançado em 2002, e *Fora da Lei – Obra Poética*, de 2012. Neste último, com prefácio de Jô Soares, Saulo explica: "Sempre que escrevo um poema tenho menos de vinte anos". E reitera: "Não importa minha idade. Tenho menos de vinte anos quando a poesia me desassossega". Na sequência, esclarece qualquer dúvida que possa pairar sobre suas assertivas: "Se tivesse mais, ela não me encontraria, mesmo porque ninguém pode ser inteiramente puro com mais de vinte anos".

Saulo Ramos sabia muito bem sobre o que estava escrevendo, afinal, como jurista de repercussão nacional, personagem constante nas cenas políticas, sua ingenuidade tinha ficado em Brodowski. Se assim não o fosse, jamais teria avançado nesse cenário de homens ávidos por vitórias.

Meu livro *Café*, ganhei do próprio autor. O que torna o exemplar especial. Fazia a ele uma visita, acompanhada do arquiteto Decio Tozzi, para uma conversa sobre um projeto de criação de um museu, em Ribeirão Preto. Os dois eram amigos de longa data. O jurista empolgou-se com a proposta. A conversa foi um presente. Soube ali a relação da família dele com a de Portinari. E, ainda, que ele tinha um par de óculos do poeta Fernando Pessoa, além de muitas ótimas histórias.

Durante toda a década de 1950, Saulo Ramos foi jornalista, com trabalhos publicados pelos jornais *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto; *A Tribuna*, de Santos e colaborador no *Jornal do Brasil*.

Formado advogado pela Faculdade de Direito de Bauru/SP, em 1958, trabalhou em Santos, depois em São Paulo, ao lado de grandes nomes. Seu primeiro sócio foi o jurista Vicente Rao, ex-ministro da Justiça e ex-ministro das Relações Exteriores.

A amizade com José Sarney, que durou até a sua morte, começou quando Saulo foi assessor do Presidente da República Jânio Quadros. Naqueles anos, Sarney era deputado federal pelo Maranhão.

No futuro, os dois viveriam juntos grandes impasses. Um deles, Saulo contou durante entrevista[4] de uma forma tão descontraída, que parecia relatar um fato ocorrido entre amigos do Ensino Médio.

Quando da morte do presidente eleito, Tancredo Neves, houve uma celeuma sobre o vice, José Sarney, poder ou não assumir o cargo, já que o presidente não tinha sido empossado. Antônio Carlos Magalhães e Mario Covas, políticos de expressão, naqueles anos, estavam do lado do grupo que concordava que o vice não poderia ser conduzido ao cargo de presidente, já que o titular não tinha tomado posse. Saulo conta que Sarney lhe perguntou sobre um episódio parecido, ocorrido em Santos, envolvendo Covas. E lhe pediu para falar com o político paulista, também muito seu amigo.

A narrativa de Saulo sobre esse telefonema foi tão peculiar, que merece ser transcrita na íntegra. Imitando a voz grossa de Mário Covas, o jurista reproduziu a explicação do santista.

– Saulo, eu sei que você é amigo do Sarney, mas a nossa posição é que o vice não pode tomar posse sem o titular.

– Mário, guarda a faca. A jurisprudência no Brasil já está firmada sobre isso. O vice tem direito autônomo.

---

[4]Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp). Ribeirão Preto 150 anos – episódios 3 e 4. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1XeeWiQE5kc e https://www.youtube.com/watch?v=E9y-cnSHx0Q. Acesso em: 18 mar. 2022.

– Mas quando aconteceu isso? – perguntou Mário Covas.

– Foi no seu caso.

– Meu caso?

– É, Zuza, no seu caso, – disse Saulo, mostrando muita intimidade ao chamar Mário Covas de Zuza – No caso do La Scala, que foi eleito prefeito de Santos e faleceu antes de tomar posse. Você foi o segundo colocado, nós quisemos interferir, mas foi empossado o vice.

– É verdade. Fica sossegado, eu vou falar com todos e vamos acabar com esse negócio.

E, como todos sabem, José Sarney assumiu a Presidência.

Ainda sobre a amizade de Saulo Ramos e Mário Covas, em artigo assinado por Clóvis Rossi, na *Folha on-line*[5], foi o primeiro que convenceu o segundo a disputar a vaga para a prefeitura na cidade de Santos. O sonho do engenheiro Covas não era muito ambicioso, pois se contentava em ser presidente do Santos Futebol Clube. Mas, animado pelo amigo, concorreu e teve 22.369 votos[6] ficando em segundo lugar. Dali para a frente, o santista avançou política a dentro e foi eleito deputado federal por três vezes, senador (1987/1995) e governador de São Paulo (1995, até morrer).

Saulo Ramos participou do governo de José Sarney, na Consultoria-Geral da República. Ele redigiu os decretos-leis do

---

[5]ROSSI, Clovis. **O engenheiro que sonhava ser presidente desde criança**. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/mario_covas-biografia.shtml. Acesso em: 19 mar. 2022.

[6]Folha de S. Paulo *on-line*. Banco de Dados. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc10129809.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

Plano Cruzado, programa econômico criado para controlar a inflação, naquele momento, exorbitante. Depois de três anos, foi nomeado ministro da Justiça[7].

Entre suas muitas batalhas jurídicas, Saulo Ramos apresentou proposta de alteração no Código Penal quanto aos crimes contra o Estado democrático e a humanidade. A matéria era extensa, mas alguns temas reverberaram, como, por exemplo, colocar fim na Lei de Segurança Nacional; punir ainda mais rigorosamente os crimes de genocídio; estabelecer várias responsabilidades para os agentes públicos; a criminalização da tortura; o fim do julgamento militar para os crimes políticos.

Muitas vitórias do jurista impactam diretamente o cotidiano dos brasileiros, sem que de forma alguma eles relacionem o benfeitor. Saulo Ramos foi o autor da lei que instituiu a prisão temporária para os suspeitos de crimes hediondos, sequestro, estupro e tráfico de drogas.

Outra lei do jurista, que interfere na vida das famílias de todo o Brasil, é a que criou a impenhorabilidade do bem de família; da casa própria; dos instrumentos de trabalho; e dos bens móveis para os inquilinos.

Quando Sarney deixou a Presidência, em 1990, Saulo entregou o Ministério da Justiça e retomou a advocacia. Voltou ao cenário político mais uma vez, na eleição seguinte. O jurista poeta candidatou-se, sem sucesso, a uma vaga para o Congresso Nacional. Sua

---

[7]FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) do Brasil. Gisela Moura. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-saulo-pereira-ramos. Acesso em: 18 mar. 2022.

plataforma incluía uma proposta de revisão constitucional prevista para 1993. Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que não tinha espaço na televisão, o alcance de Saulo era a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A notoriedade jurídica de Saulo Ramos o fazia sempre presente nos embates políticos legais. Fosse como membro de conselhos, em Brasília, representante do Senado, ou articulista em jornais de circulação nacional, como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Ele comumente era chamado a se posicionar. Saulo nunca se esquivava de um bom debate. Uma leitura de seus muitos artigos e, rapidamente, pode-se concluir que ele era contundente em suas teses.

Do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, a tratados internacionais, uma pauta recorrente defendida pelo poeta de Brodowski, era a revisão da Constituição. Em artigo publicado no *Estadão*, em 1994[8], ele se colocou contrário à proposta de controle externo do Judiciário. Para o jurista, esse modelo de gestão enfraqueceria a autonomia do Judiciário e fragilizaria as relações independentes dos poderes.

Em *Código da Vida*, Saulo Ramos conta sua trajetória misturando vida real e ficção. Um encontro entre o jurista e o poeta, dono de uma escrita melodiosa.

Entre os seus feitos, alguns se destacam, como as leis de proteção do meio ambiente e sua atuação na criação da fórmula da súmula vinculante do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar). Mas a pauta que mais fascinava o advogado

[8]O Estado de S. Paulo, 15 de dezembro de 1994. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19941215-36947-nac-0001-pri-a1-not. Acesso em: 18 mar. 2022.

era mesmo a Constituição. Há quem diga que sem a sua maestria o documento seria um amontoado de pequenas leis.

Em sua obra, ele faz revelações inesperadas, como a relação de Fidel Castro com a morte de Che Guevara; o comportamento de Luís Carlos Prestes para não ser preso e afirma que Evo Morales, no episódio da briga com a Petrobras, não recuou "por temer o governo brasileiro, mas porque os traficantes do Rio de janeiro ameaçaram importar somente cocaína da Colômbia[9]".

Saulo Ramos era influente. Disso todos sabiam. E, quanto mais sabiam e concordavam, mais influente ele se fazia. Por isso, era sempre chamado a opinar, avaliar, considerar e atuar. Reportagens seguidas do lançamento do livro *Código da Vida*, publicadas em vários jornais, exibem muitos personagens citados pelo jurista, contrariando suas narrativas. Mas, independentemente do contentamento dos mencionados, há um senso comum sobre a sagacidade de Saulo Ramos.

O próprio autor, mais de uma vez, chama de "molecagem", um feito seu. E da forma como conta, fica evidente seu espírito travesso. Esse comportamento, mais sua notória inteligência e perspicácia, fizeram dele um conhecedor das manobras permitidas pelo direito.

Em entrevista a Jô Soares[10], no SBT, em 12 de dezembro de 1993, Saulo Ramos falou sobre a importância de poderes livres que se autodepurem. Para ele, melhor um Congresso não bem avaliado do que instituições cerceadas. A pauta da entrevista era o

---

[9]RAMOS, Saulo. **O Código da vida** – Fantástico litígio judicial de uma família: Drama, suspense, surpresas e mistério. Editora Planeta, 2007.

[10]Jô Soares Onze em Meia, 13/12/1993. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=aN3isDuua2I. Acesso em: 19 mar. 2022.

impeachment de Fernando Collor de Mello e Saulo aproveitou para compartilhar conhecimentos da história com comentários sobre a atuação jurídica do marechal Deodoro da Fonseca e todo o trânsito da lei de impedimento no Brasil.

Com destaque ao embate político jurídico envolvendo o Congresso e o Tribunal Superior, a conversa toda circulou os efeitos da lei sob a decisão de Collor em renunciar uma hora antes de iniciar o julgamento. Na leitura de Saulo Ramos, a lei só previa punição ao homem político em atividade, ao renunciar antes da sentença, Collor "reescreveu a Constituição".

Chamado por alguns de Spielberg do Direito, as lógicas interpretativas de Saulo Ramos são descritas em seu livro e mostram um homem articulado com as causas a que se propôs a defender ao longo de toda sua vida profissional.

Sobre o poeta, melhor ficarmos com o comentário de Jorge Amado, publicado no livro *Fora da Lei*:[11] "Nunca ouvira dizer que Saulo Ramos fosse poeta. Sabia-o advogado, grande advogado, de renome nacional. Foi assim, com grande surpresa, que tomei conhecimento de seus poemas, surpresa que se fez maior ao constatar a alta qualidade dessa poesia emocionante".

No mesmo livro, Jô Soares apresenta a obra e entrega o escritor: "Teu livro faz com que o leitor se aproprie de Paris sem a conhecer, mergulhe nos lençóis da '*garçoniere* do amigo' – sonho quase adolescente de amor e humor –, desabafe, cúmplice do poeta, nas 'anotações do inconformismo' e conheça o Saulo filho, o Saulo pai e o Saulo pai do próprio pai".

Com poemas datados de 1952 a 2010, a obra reúne parte do livro *Café* e deixa aparente o tempo que passou.

---

[11]RAMOS, Saulo. **Fora da le**i – Obra poética. São Paulo: Leya, 2012.

Sobre os autores

Adriana Silva

Educomunicadora com graduação em Comunicação Social (Unaerp). Mestrado em Educação (Moura Lacerda). Doutorado em Educação (Ufscar). Pós-doutorado em Educação (Unicamp) e pós-doutorado em Administração das Organizações, Gestão de Políticas Públicas (FEA-USP). Consultora em Políticas Públicas de Educação, Cultura e Comunicação, com atividades desenvolvidas para órgãos nacionais e internacionais (MMA, MINC, MMFDH, Unesco, Pnud, UNFPA/Brasil). Foi secretária de Cultura do Município de Ribeirão Preto (2009-2012). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC)

desde 2013. Organizadora, autora e coautora de vários livros e artigos nas áreas de políticas públicas de educação, cultura, memória e identidades e três romances. Vice-presidente e curadora da Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto. Coordenadora do projeto Combinando Palavras.

Amanda Colnaghi Nassorri

Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Padre Albino (Unifipa). Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, pela Faculdade de Filosofia, Ciências, e Letras de Catanduva (Fafica). Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos em História da Enfermagem (Laeshe).

Helena de Oliveira Rosa

Internacionalista, com pesquisa em políticas públicas de intervenção urbana e atuação internacional de cidades. Graduanda em Direito. Sócia-diretora da Cocreare Consultoria; e pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Foi uma das pesquisadoras da coletânea *Café com Açúcar* (2018) e do livro *Memórias de uma Escola: 110 anos do Otoniel Mota* (2017). É coautora de capítulo de livro sobre políticas públicas e referências culturais.

José Manuel Lourenço

Experiência de mais de 30 anos em jornalismo, em áreas como edição, revisão e redação de textos para meios impressos e digitais. Autor dos livros Grama - *A Biografia de Magalhães Teixeira* e *Palace:*

Café, Poder e Política e diversas publicações voltadas para a preservação da memória e patrimônio histórico. Fundador do *blog Uma Ideia de Cidade*, voltado para as áreas de urbanismo, patrimônio histórico e preservação da memória.

Leila Heck

Bacharel em Comunicação Social. MBA em Gestão em Museus - Expomus, São Paulo/SP. Gestora do Museu da Cana desde 2013. Produtora cultural na área de preservação e organização de acervos privados, institucionais e de centros de memória desde 2001.

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Pós-doutorado em Administração das Organizações, Gestão e Políticas Públicas pela FEA-USP, com pesquisa em Planejamento Estratégico para o setor público. Mestre em História Política pela Unesp, com pesquisa na área de partidos políticos. Doutora em História Política, pela Unesp, com pesquisa em política externa no Arquivo Secreto Vaticano, onde possui carteira de pesquisadora permanente. Licenciada em História e em Geografia. Consultora em Políticas Públicas de Educação, Cultura e Direitos Humanos, com atividades desenvolvidas para órgãos nacionais e internacionais (Sase/MEC, MMA, Minc, MMFDH, Unesco, Pnud, UNFPA/Brasil). Foi diretora de Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto, da Secretaria Municipal de Cultura. Docente da Educação Básica por 12 anos e da Educação Superior por 23 anos. Coordenadora pedagógica e gestora educacional entre 2003 e 2021. Professora convidada do Mestrado em Políticas Públicas da Unesp-Franca. Presidente da Academia Ribeirão-pretana de Educação (ARE) e do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades

Culturais (IPCCIC). Organizadora, autora e coautora de vários livros e artigos nas áreas de políticas públicas de educação, cultura, memória e identidades.

Luciana Barizon Luchesi

Bacharel em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Licenciada em História, pelo Centro universitário Barão de Mauá. Mestrado e Doutorado em Enfermagem, pela EERP-USP. Possui mais de 19 anos de envolvimento em estudos na linha de História da Enfermagem. Professora Doutora 2 da EERP-USP, Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem. Docente de História da Enfermagem, na EERP-USP, desde 2009. Presidente da Academia Brasileira de História da Enfermagem (ABRADHENF) (2020-2023). Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos em História da Enfermagem (Laeshe), cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Luciana Squarizi

Historiadora e Pedagoga. Mestre em História Social pela Unesp/ Franca. Graduada em História (1993) e Pedagogia (2012) pela Ufop. Especialização em Letramento e Alfabetização em História (UFSJ); História Afro-brasileira e Relações Étnico-raciais (UnB); e em Educação a Distância (UFRJ) entre outras. Pesquisadora do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís e do Centro de Documentação da II Guerra Cap. Enfermeira da FEB Altamira Pereira Valadares. Participa dos Projetos Na Guerra com Altamira

– Narrativas e Representações; Territórios e Territorialidades do Povo Preto em Batatais; Inventário dos Cemitérios de Batatais; e Os italianos em Batatais. Membro do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Batatais (Comphac) desde 2016. Tem experiência na área de História, Arquivo e Museologia, com ênfase em pesquisas nas áreas de História e Patrimônio Cultural. Autora do material didático a *Descoberta e (Re)Conhecimento da Diversidade das Relações Étnico-Raciais* (2019) para a PMB. Foi professora no Ensino Básico e no Superior, nas redes municipal, estadual e privada.

Mônica Oliveira

Historiadora, arteeducadora, professora, estudante de museologia. Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Foi presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Membro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto. Membro do Conselho da Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto.

Nainôra Maria Barbosa de Freiras

Doutora em História pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp – Franca/SP (2006). Mestra (1991) e licenciada (1985) em História pela mesma Universidade. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto e do Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto (Cearp), em Brodowski. Leciona no Instituto de Teologia (Dom Miéle). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, da América e da Igreja Católica no Brasil; História de Ribeirão Preto; Patrimônio Histórico e Cultural. Autora dos livros: *Rivi Nigri:*

A Criação da Diocese na nova Eldorado e *Padre Lafayette de Godoy e o Projeto de Criação da Diocese de Batatais*. Membro da Academia Ribeirão-Pretana de Educação.

Renata Sunega

Arquiteta e Urbanista pela PUC-Campinas. Mestre em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Entre 2011 e 2012, ocupou o cargo de secretária municipal de Cultura, atribuição que também englobava as presidências do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) e do Conselho Municipal de Cultura. Entre suas publicações na área de arte e arquitetura, estão: *Quarteirão Paulista: Um Conjunto Harmônico de Edifícios Monumentais*, *Encontro das Artes, MACC Vida e Obra – Fundo Histórico, Anos 1960-1970*. Coordenação editorial dos catálogos das exposições Memória e Altar e Gênese e Celebração e do livro *Ruínas Paulistas*. Desde 2012, atua como coordenadora de Projetos em escritório próprio, que tem em seu portfólio projetos de restauro das fachadas externas da Igreja Matriz de São Sebastião em Valinhos /SP e da Igreja Matriz de Serra Negra /SP, e acompanhamento de obras de restauro da Igreja Nossa Senhora do Carmo de Mogi-Mirim/SP; Memoriais Técnicos de ações emergenciais e preventivas para conservação do conjunto arqueológico da Capela do Mocambinho em Jaíba/MG e Fábrica Real de Ferro em Morro do Pilar/MG, entre outros.

Robson Mendonça Pereira

Doutor em História (Unesp). Pós-doutor em História Social (USP). Professor do Departamento de História, *campus* CSEH/Anápolis, Universidade Estadual de Goiás. Pesquisador do PPGSS

em História, *campus* Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás. *E-mail*: robson.pereira@ueg.com.

Sandra Rita Molina

Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com o trabalho: (Des)obediência, Barganha e Confronto: A Luta da Província Carmelita Fluminense pela Sobrevivência (1780/1836). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) com a tese: A Morte da Tradição: A Ordem do Carmo e os Escravos da Santa Contra o Império do Brasil (1850-1889), publicada em 2016. Atuou como pesquisadora da Rede de Cooperação Identidades Culturais entre 2010 e 2013. Foi conselheira do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto (Conppac). Docente titular da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Coordenadora do grupo de pesquisa Memórias, Identidades e Políticas Públicas, certificado pelo CNPq. Também é colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Universidade do Porto/Portugal. Coautora nos livros: *O Menino que Virou Festa: A Cruz do Pedro em Ribeirão Preto* (2012); *Patrimônio Cultural do Café da Terra Vermelha* (2012); *Paisagem Cultural do Café - Ribeirão Preto* (2013); *Memórias dos Cafezais: A Vida nas Fazendas* (2014); *Memória, Identidades e Políticas Públicas de Cultura* (2016). Co-organizadora da obra T*ecnologia Social para a Gestão de Cidades: Cidadania e Cocriação* (2017). Coautora no livro *Café com Açúcar* (2018). Coautora no livro *Seis Passos para a Cidade Humana* (2019). Coorganizadora e coautora do livro *2020: Leituras sobre o Agora* (2020).

Referências

Francisco Schmidt

BIAGI, Edilah Lacerda (org.). **Engenho central e fazenda vassoural**. Ribeirão Preto: Edição do Autor, 2014. 231p.

BOTELHO, Martinho. **Brazil magazine**: Ribeirão Preto Le Pays Du Café. Paris: Cussac & Chaponet, 1911. v. 5, n. 57. 143p

MARSON, Michel Deliberali. **Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1960**. 2012. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 2012.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas**: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

MELO, José Evandro Vieira de. Café com açúcar: A formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX. **Seculum Revista de História**, 14: 74-93, 2006.

RICCIARDI, Rubens Russomano. **Remanescentes da Fazenda Monte Alegre no *campus* da USP de Ribeirão Preto** – Um projeto de preservação de patrimônio histórico, artístico e cultural integrado às atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão. USP, *Campus* Ribeirão Preto: Projeto Coesf-USP, 2010.

***Sites* consultados**

https://www.familysearch.org/wiki/pt/Alemanha,_Hamburgo,_Lista_de_Passageiros . Lista de Passageiro 1850. Acesso em: 2 fev. 2022.

http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0090d.htm. Santos. Acesso em: 25 jan. 2022.

https://www.museudacana.org.br/engenhocentral. Engenho Central. Acesso em: 2 fev. 2022.

http://www.maggieblanck.com/Immigration.html. imigração alemã. Acesso em: 7 fev. 2022.

https://pt.frwiki.wiki/wiki/Osthofen. Ostoffen. Acesso em: 2 fev. 2022

https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_fome_de_1845%E2%80%931849_na_Irlanda. Grande Fome. Acesso em: 6 fev. 2022.

https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html. Conversão hipotética dos reis. Acesso em: 2 fev. 2022.

www.museudacana.org.br. Engenho Central. Acesso em: 8 fev. 2022.

http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html. Família Francisco Schmidt. Acesso em: 8 fev. 2022.

Dom Alberto Gonçalves

BALHANA, Carlos A. de F. **Ideias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.

BALDIN, M. **A. Pacificador beligerante**: Alberto José Gonçalves - um padre na política paranaense na primeira República (1892-1896). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2006.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1996. v. IV.

DESCHAND, D. **A situação actual da religião no Brazil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

DOCUMENTOS avulsos. **Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto**.

ENGROSSAMENTOS. **A rolha**. Curitiba, 21 maio 1908.

FREITAS, N. M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro bispo D. Alberto José Gonçalves**. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp, Franca, 2006.

GAMA, Affonso D. **Esboço biográphico de Dom Alberto J. Gonçalves**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1911.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta pastoral do bispo de Ribeirão Preto sobre a sua administração da diocese. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto, ano 9, n. 99, p. 1-5, abr. 1938.

GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a apostasia de sacerdotes. *In*: **Archivo da diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918.

LAURIANO, Mons. João. As bodas de ouro sacerdotais de D. Alberto José Gonçalves. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto/SP, ano 3, n. 33, p. 1-10, set. 1932.

LAURIANO, Mons. J. (org.). **A diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz occurrencia das datas jubilares de seu sacerdócio e Episcopado**. Ribeirão Preto/SP, [s.n.], 1934.

LIVRO de Tombo da Matriz de São Sebastião, n. 2, 1890-1904. Arquivo da Catedral de São Sebastião.

OBRAS da Cathedral. Arquivo da Catedral de São Sebastião.

RAPPORTO di Mons. Nunzio Del Brasile all' Emo Cardinal Segretario di Stato. Petrópolis, 21 Gennaio 1908, p. 16/17. **Archivo Segreto do Vaticano**, Fasc. 141.

Coronel Quinzinho

GALVÃO, Luciana Suares. De volta ao café. Os cafeicultores de Ribeirão Preto na crise de 1929. **Economia & História**: Relatos de pesquisa, mar. 2021. Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif486-58-65.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

MATTIOLI, Alexandre Ferreira. **A teia de poder**: O coronel Junqueira e a política da Primeira Republica Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16485/1/TeiaPoderCoronel.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

MATTIOLI, Alexandre Ferreira. **O coronel e seu quintal**: Joaquim da Cunha Diniz e Ribeirão Preto durante a primeira república. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.

MONTI, Carlo Guimarães. **A trama do crédito**: Entre o café e o consumo conspícuo em uma loja de Ribeirão Preto – 1891 e 1892. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5740/574069672005/. Acesso em: 22 fev. 2022.

MONTI, Carlo Guimarães. O **empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto**: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915). 2014. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Nos tempos da "petit paris": A urbanização em Ribeirão Preto, Interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930). **Estudios Historicos** – CDHRPyB. año V, diciembre 2013, n. 11, ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/11/art.10%20-%20no%20tempo%20da%20petit%20paris%20-%20rodrigo%20ribeiro.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

REVIDE. Roubo de busto do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira completa 10 anos em 2018. 10 maio 2018. Disponível em: https://www.revide.com.br/noticias/cidades/pedestal-na-praca-xv-completa-10-anos-desde-que-teve-busto-furtado/. Acesso em: 22 fev. 2022.

TORNATORE, Nicola. O todo-poderoso Coronel Quinzinho. **Jornal Tribuna**. Ribeirão Preto, 14 maio 2018.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Souza. **Dos coronéis à metrópole**: Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no Século XX. Tradução de Maria Carla Magri. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

Washington Luís

CAMARGOS, Márcia. **Villa Kyrial**: Crônica da *belle époque* paulistana. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

DEBES, Célio. **Washington Luís**: Primeira parte: 1869-1924. São Paulo: Imesp, 1994.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança**: Força pública do estado de São Paulo: Fundamentos histórico-sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FONSECA, Luiz. **Washington Luís Pereira de Sousa** (**1897-1920**): O administrador, o político, o homem. São Paulo: Pocai & Comp., 1920.

MARQUES, Altino Arantes. Washington Luís em Batatais. *In*: **Washington Luís**: Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, s.n., 1957.

PEREIRA, R. M. **Washington Luís e a modernização de Batatais**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

PEREIRA, Robson Mendonça. **Washington Luís na administração de São Paulo** (**1914-1919**). São Paulo: Unesp, 2010.

REIS Filho, Nestor Goulart dos. Cultura e estratégias de desenvolvimento. *In*: DE LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: Sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Santos Dumont

BRANDÃO, Mauricio Pazini. The Santos Dumont Legacy to Aeronautics. 31st CONGRESS OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF THE AERONAUTICAL SCIENCES. Belo Horizonte, Brazil, September 9-14, 2018. Disponível em: https://icas.org/ICAS_ARCHIVE/ICAS2018/data/papers/ICAS2018_0089_paper.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

DERMATINI JR, Zeferino; GATTO, Luana A. Maranha; LAGES, Roberto Oliver; KOPPE, Luís Gelson. Henrique Dumont: How a traumatic brain injury contributed to the development of the airplane. **Arq. Neuro-Psiquiatr**. 77 (1), jan. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anp/a/pfYxWhMZrPFNk7DGBGBnNFL/?lang=en&format=html. Acesso em: 19 fev. 2022.

HOFFMAN, Paul. **Asas da loucura**: A extraordinária vida de Santos Dumont. Tradução de Marisa Motta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LINS, Henrique. Alberto Santos Dumont: o pioneiro da aviação. **Revista Exact**a, v. 4, n. 1, 2006. p. 35-46. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/exacta/article/view/643/612. Acesso em: 23 fev. 2022.

MARCONDES, Renato Leite. Vastos Cafezais e grandes dívidas: Crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 283-310, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/xW4F8tyzNSgs3SrXxj9Fkng/?format=pdf&lang=pt. Acesso em:

SANTOS DUMONT, Alberto. **Os meus balões** (**Dans L'Air**). Traduzido por A. de Miranda Bastos. Brasília: Fundação Rondon, 1986.

SANTOS DUMONT, Alberto. **O que eu vi, o que nós veremo**s. Small Axe Books, 1918.

ZAMBONI, Ernesta. Estudo da rede fundiária da área de Ribeirão Preto - Fazenda Lageado: um estudo de caso no período de 1874 a 1900. **Ribeirão Preto**. A cidade como fonte de pesquisa. USP-Ribeirão Preto, p. 17-43.

Meira Júnior

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**, v. I, II, III e IV, Ribeirão Preto: Legis Summa, 1992.

GUIÃO, João Rodrigues. **O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º centenário da independência nacional**. Almanaque, 1923.

MEIRA JÚNIOR, João Alves. **Processo judicial**. 1932.

Antônio Machado Sant'Anna

REVIDE. **Personalidades Ribeirão Preto/SP**. Antônio Machado Sant'Anna. Fascículo encartado da Revista, s/d.

SANT'ANNA, Antônio Machado. **A implantação da universidade de Ribeirão Preto**. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, 1975.

SANT'ANNA, Sérgio Rubens Machado; Koga, Cristina. **Jornalista Antônio Machado Sant'Anna**: Levando a informação de Ribeirão Preto para o mundo (1906-1981). Ribeirão Preto, 2015.

WILTEMBERG, Luís Fernando. **Folha de S. Paulo**, 19 de junho de 2013. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/06/1297046-amigo-de-jk-antonio-machado-santanna-foi-embaixador-de-ribeirao.shtml. Acesso em: 20 jan. 2022.

Glete Alcântara

ALCÂNTARA, G. **A enfermagem moderna como categoria profissional**: Obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira. 1963. (Tese de cátedra) -. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo,. 1963.

ALCÂNTARA, G. **Memorial**. Concurso para Docência. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto São Paulo: Universidade de São Paulo. 1963.

BASE 7 PROJETOS CULTURAIS, Pinacoteca do Estado de São Paulo. **Catálogo Raisonné de Tarsila do Amaral**. [Internet]. 1966, [cited 2017 Aug 10]. Disponível em: http://www.base7.com.br/tarsila. Acesso em: 10 ago. 2017.

BEZZON, R. F. A. **O japonês da gravata borboleta**: Trajetória, arquivo e imagem: A experiência de pesquisa no e com o arquivo Miyasaka. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2017.

BRIDGES, D, C. **A history of the International Council of Nurses 1899-1964**: The first sixty-five years. London, England: Pitman Medical Publishing,. 1967.

CAMARGO, R. A.; LUCHESI, L. B.; PORTO, F.; NETO, M.; MAZZIERO, A. S.; LIMA, C. C. C. A. Tarsila do Amaral and Glete de Alcântara: History in art and photography. **Revista Brasileira de Enfermagem**,. 2020; v. 73(2), p. e20170839. doi: 10.1590/0034-7167-2017-0839.

FERREIRA-SANTOS, C. A. A Enfermagem moderna como categoria profissional. Obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira. *In*: ANGERAMI, E. L. S.; PELÁ, N. T. R. **Glete de Alcântara**: Vida e obra (pp.55-71). São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 55-71, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. (2000). **Tendências demográficas**: Uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000. 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li v34956.pdf.

LUCHESI, L. B.; SANTIAGO, E. S., OGUISSO, T. **Glete de Alcântara**: Legado centenario de la enfermería brasileña. Cultura

de los cuidados. 2019, jun.; v. 53, p. 97-108. doi: 10.14198/cuid.2019.53.10.

MARCUSSI, E.; LUCHESI, L. B.; PORTO, F. R.; VANIN, J. C.; ALMEIDA, C. S. Visibility of the Ribeirão Preto College of Nursing in the newspaper (1951- 1952). **Revista de Pesquisa**: Cuidado é fundamental,. out. dez., 2019; v. 11(5), p.: 1250-59. doi: 10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1250-1259.

MAZZIERO, A. S. **Cruz vermelha brasileira, filial Ribeirão Preto e o curso de socorros urgentes**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

MENDES, I. A. C. Escola de enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo: Quatro décadas. **Rev Latino-Am Enferm**,. 1993; v. 1(esp.), p.: 7-24. doi: 10.1590/S0104-11691993000300004.

ROTHSCHILD, H. A. Aspectos culturais e personalidade de Glete de Alcântara. *In*: ANGERAMI, E. L. S. ; PELÁ, N. T. R. (orgs.). **Glete de Alcântara**: Vida e obra. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p. 29-33.

SANTIAGO, E. S. **Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP**: Inovações de Profa. Glete de Alcântara (1953 - 1963). 2015. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SOUSA, T. O. **Cotidiano das alunas pioneiras da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto**: 1953-1957. 2014. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

Capitão Altamira

Documentação consultada

ACERVO documental do Centro de Documentação do Brasil na II Guerra Mundial "Cap. Enf. da FEB Altamira Pereira Valadares", Batatais (SP).

MONTANA, Ivete Pereira Lavagnoli. **Depoimento sobre Altamira Pereira Valadares**. Entrevistadora: L. Squarizi. Batatais: Centro de Documentação da II Guerra Mundial, 2022. Entrevistas concedidas no anos de 2021 e 2022 ao Projeto Memórias de Altamira.

VALADARES, Altamira Pereira. **Diário de guerra**. v.1, v.2 e v.3 [04/08/1944 a 16/05/1946]. Manuscrito. Centro de Documentação da II Guerra Mundial, Batatais (SP).

VALADARES, A. P. **Álbum biográfico das Febianas**. Rio de Janeiro: Mauro Familiar, 1976.

VALADARES, Altamira Pereira. **Diário de guerra**. Datilografado, ~1965/1970. Centro de Documentação da II Guerra Mundial, Batatais (SP).

Bibliografia

PEREIRA, José Carlos Medeiros. A capitã-enfermeira Altamira Pereira Valadares conta sua participação na FEB. Entrevista concedida a José Carlos Medeiros Pereira. **Revista Amicus**, Batatais, SP, n. 3, ano 2, p. 77-89, maio 2001.

Sinhá Junqueira

CHATEAUBRIAND, Assis. **O pensamento de Assis Chateaubriand**. Fundação Assis Chateaubriand, 1998.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1996.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta. A **flor do café e o calo da cana**: Os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Uberaba: Ed. Vitória, 1993.

GARDE, Paulo. A participação política feminina-apontamentos sobre Ribeirão Preto. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.115-133, 2006

LAGES, José Antônio Correa. A organização fundiária e a construção das sociabilidades nas origens de Ribeirão Preto. **Ribeirão Preto**: A cidade como fonte de pesquisa, v. 1, p. 17-43, 2015. Disponível em: https://www.prefeiturarp.usp.br/cultura/CURSODIFUSAO/VOLUME1/01. Acesso em: 12 jan. de 2022.

MATTIOLI, Alexandre Ferreira *et al*. **A teia de poder**: O coronel Junqueira e a política da primeira república Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. Disponível em: http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16485. Acesso em: 5 fev. de 2022.

MOURA, Luanda de. **Mecenato**: Atores, objetos e práticas. 2012. Tese (Doutorado). Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10132. Acesso em: fev. 2022.

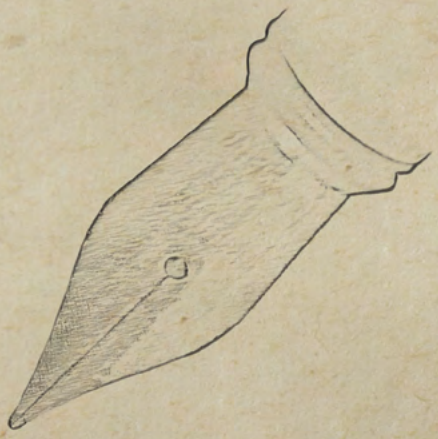
SÁ, Marcos Felipe Silva. O hospital das clínicas da faculdade de medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. **Medicina** (Ribeirão Preto), v. 35, n. 3, p. 397-402, 2002.

VERRI, Otávio. **A vida e obra de sinhá Junqueira**. Entrevista concedida a Celso Luiz para o programa Grandes Fatos Grandes

Nomes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gXl-YE0NVRZ0. Acesso em: jan. de 2022.

VIARTE, Paulo. Família Junqueira – Sinhá e Quito. **Revista Revide** 154, fascículo 4, Ribeirão Preto: Mic., 1999.

ZAMBONI, Ernesta. Estudo da rede fundiária da área de Ribeirão Preto - Fazenda do Lageado: Um estudo de caso no período de 1874 a 1900. **Ribeirão Preto**: A cidade como fonte de pesquisa, v. 1, p. 17-43, 2015. Disponível em: https://www.prefeiturarp.usp.br/cultura/CURSODIFUSAO/VOLUME1/01_Ernesta_Zamboni.pdf . Acesso em: 10 jan. 2022.



ISBN: 978-65-998084-0-1

CBL

9 786599 808401

Lei de Incentivo à CULTURA

Patrocínio

ALTA MOGIANA
açúcar • etanol • energia

Realização

FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL